

THIAGO DO VALE PEREIRA LIVRAMENTO

**AS MULHERES NA IMPRENSA ALTERNATIVA: GÊNERO E
FEMINISMO NAS PÁGINAS DO JORNAL *MOVIMENTO***

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Santa
Catarina para obtenção do Grau de
Mestre em História Cultural.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Roselane
Neckel.

Coorientadora: Prof^ª. Dra. Joana Maria
Pedro.

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Livramento, Thiago do Vale Pereira

As mulheres na imprensa alternativa : gênero e
feminismo nas páginas do jornal Movimento / Thiago do Vale
Pereira Livramento ; orientadora, Roselane Neckel ;
coorientadora, Joana Maria Pedro. - Florianópolis, SC,
2014.

183 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Jornal Movimento. 3. Feminismos no
Brasil. 4. Imprensa Alternativa. 5. Discurso. I. Neckel,
Roselane. II. Maria Pedro, Joana . III. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
História. IV. Título.

As mulheres na imprensa alternativa: gênero e feminismo nas páginas do jornal Movimento.

Thiago da Vale Pereira Livramento

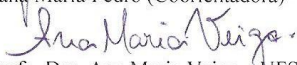
Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

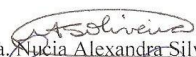
MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

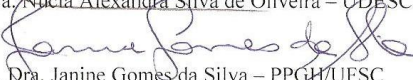
Banca Examinadora

Profa. Dra. Roselane Neckel (Presidente e Orientadora) – PPGH/UFSC



Profa. Dra. Joana Maria Pedro (Coorientadora) – PPGH/UFSC


Profa. Dra. Ana Maria Veiga – UFSC


Profa. Dra. Nucia Alexandra Silva de Oliveira – UDESC


Profa. Dra. Janine Gomes da Silva – PPGH/UFSC

Prof. Dr. Sérgio Luiz Ferreira (suplente externo) – UFSC


Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari
Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 19 de dezembro de 2014.

Para minha mãe, Jenny, por entender a importância desse momento para minha formação.

A minha professora e coorientadora, Dr.^a. Joana Maria Pedro, por tudo que me ensinou.

A minha companheira e namorada, Raquel, por me apoiar em todos os momentos dessa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Dra. Roselane Neckel, por ter aceitado me orientar, mesmo tendo muitas atribuições no cargo de Reitora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). À minha coorientadora, professora Dra. Joana Maria Pedro, pelos ensinamentos não só do curso de mestrado, mas também ao longo da graduação no curso de História. Minha gratidão as duas, pelo incentivo e confiança depositados em mim.

À Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), assim como ao Programa de Pós-Graduação em História da instituição, pela oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento da pesquisa.

As professoras Dra. Ana Maria Veiga e Dra. Nucia Alexandra Silva de Oliveira pelas ricas contribuições quando do exame de qualificação e por terem aceitado o convite para integrar a banca de defesa final. A professora Dra. Janine Gomes da Silva por ter aceitado o convite para integrar a banca de defesa final e por suas contribuições no transcorrer da disciplina cursada no mestrado. A professora Dra. Cristina Scheibe Wollf por suas orientações, as quais colaboraram para a escrita do texto final.

Ao arquivo Edgar Leuenrouth(AEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e as pessoas que lá trabalham, pela autorização da pesquisa e da reprodução das fontes utilizadas nesta pesquisa.

As pessoas que compõem o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), são muitas e não tenho como nomeá-las aqui, pelas valiosas discussões realizadas nas reuniões semanais, as quais contribuíram para eu entender um pouco mais a respeito do referencial teórico desta dissertação, assim como, acerca das bandeiras dos feminismos.

Ao professor Drº Jair Zandoná, pela sua minuciosa e criteriosa revisão do texto de qualificação, assim como, sua amizade e suas orientações em conversas durante o café no Instituto de Estudos de Gênero (IEG). À Rosângela Calza, pela cuidadosa e criteriosa revisão do texto final.

Às bolsistas do IEG/REF, Adriana Barth Barbaresco, Izabeli Cristina da Silva, Jenifer Willrich e Camila Marques, pelos momentos de alegria e descontração que vivenciamos durante os 18 meses em que fui colaborador da Revista Estudos Feministas (REF).

À Carmem Vera Ramos, pela amizade construída desde o período em que fui bolsista do IEG e que se consolidou durante minha colaboração na REF. Seu carinho, conselhos, incentivo foram muito importantes durante o curso.

À minha companheira e namorada, Raquel, pela amizade, carinho, afeto e compreensão. Foi muito importante ter você ao meu lado, apoiando-me, incentivando, debatendo e principalmente alegrando meus dias. Obrigado por aguentar minhas manias, meus dias de mau humor e os finais de semana em que fiquei escrevendo e não pude lhe dar a atenção que gostaria. Sei que esta é a concretização de um que construímos juntos!

À minha mãe, Jenny, pela amizade, carinho, apoio, incentivo, por aguentar meus momentos de mau humor durante a escrita. Além disso, por proporcionar condições materiais para eu realizar meus estudos até aqui.

Aos meus amigos, Felipe Neis Araújo e Clayton Hackenhaar, pela amizade, pelo incentivo e por todos os debates teóricos que tivemos desde a graduação, assim como nossas conversas informais, as quais acabavam funcionando como um desabafo sobre nossas angústias de pesquisadores. Fico feliz por saber que nossos planos de seguir a carreira acadêmica estão sendo concretizados!

Aos meus amigos, Luiz Kammers de Oliveira, Carlos Diego Rosa, Diogo Vieira Cardoso, Ricardo Aguiar, Hypolito Fernandes, Samuel Krautler (Samuka), pelos mais de 15 anos de amizade e por todos os momentos de alegria que vocês me proporcionam.

À todas as mulheres, feministas ou não, pois sem vocês essa pesquisa não seria possível.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho.

[...] não é tão óbvia quanto pode parecer a quem se satisfaça com o significado próximo das palavras, quer soltas, uma por uma, quer juntas e articuladas, pois tudo vai é da maneira de dizer[...].

(José Saramago, 2013)

RESUMO

Esta investigação teve como objetivo analisar os discursos acerca de questões ligadas aos feminismos – o trabalho das mulheres e o aborto – e os discursos de gênero veiculados pela imprensa alternativa brasileira entre 1975 e 1981, período não só marcado pela ditadura civil militar, mas também pela efervescência dos movimentos sociais. Para isso, selecionei como fonte o periódico semanal **Movimento**, fundado em 1975 por um grupo de jornalistas liderados por Raimundo Pereira, em razão de o jornal ser considerado um dos mais importantes alternativos da época. Para realização dessa proposta, foram avaliados ao todo 150 exemplares do jornal e selecionadas como objeto de análise: as capas que abordavam problemáticas feministas, as reportagens que tratavam de temáticas ligadas às mulheres e as cartas de leitores e de leitoras relacionadas diretamente às reportagens escolhidas. Metodologicamente me apropriei de ferramentas da disciplina da Análise do Discurso (AD), na acepção de Eni Orlandi (1994, 2011), buscando perceber como os discursos veiculados por **Movimento** sobre temáticas dos feminismos funcionaram tanto para atacar, como para divulgar o ideário feminista naquele contexto. Ainda em relação ao ponto de vista teórico, a categoria gênero, de acordo com Joan Scott (1990), foi de grande importância para a elaboração da pesquisa e também para as análises realizadas, assim como os apontamentos feitos por Tânia Regina de Luca (2005), acerca dos cuidados que se deve ter em transformar a imprensa em fonte histórica. Os resultados da pesquisa indicam que o **Movimento**, no que se refere ao trabalho das mulheres, deixou de lado problemáticas importantes, como a dupla jornada de trabalho. Para tanto, o jornal utilizava dos mesmos discursos das esquerdas da época que não reconheciam a exploração entre os sexos, somente entre as classes. No que diz respeito ao aborto e aos direitos reprodutivos, o jornal atuou de duas maneiras: reforçando a ideia de que o corpo das mulheres era um campo de experimentação, no caso, o uso da pílula anticoncepcional, não reconhecendo a autonomia das mulheres. Já em relação ao aborto, o jornal se aproximou do ideário feminista, defendendo a legalização do aborto e reconhecendo nisso um direito das mulheres. Além disso, foi possível verificar que os feminismos obtiveram espaço dentro do jornal, principalmente com cartas publicadas, e que o semanário foi um divulgador de algumas bandeiras dos feminismos, mesmo não tendo intenção explícita. Com essa proposta, busco contribuir para a construção da história dos feminismos

no Brasil, que, diante do que representou a ditadura civil-militar, teve muitas de suas histórias não expostas.

Palavras-chave: Movimento. Feminismos no Brasil. Discursos. Trabalho das mulheres. Direitos reprodutivos. Imprensa Alternativa.

ABSTRACT

This research aims to analyze the speeches on issues related to feminism - women's work and abortion - and gender discourse conveyed by Brazilian alternative press between 1975 and 1981, a period marked not only by military civilian dictatorship, but also by effervescence of social movements. For this selected as source the weekly newsletter **Movimento**, founded in 1975 by a group of journalists led by Raimundo Pereira, according to the newspaper be considered one of the most important alternative at the time. For realization of this proposal, were evaluated in all 150 copies of the newspaper and selected as analysis object: the covers that address women's issues, the reports which dealt with issues related to women and letters from readers and readers directly related to the chosen stories. Methodologically I appropriate discipline tools of discourse analysis (AD) within the meaning of Eni Orlandi (1994, 2011), seeking to understand how the discourses conveyed by **Movimento** on issues of feminisms worked both to attack, but also to advertise the feminist ideology in that context. Still on the theoretical point of view the gender category according to Joan Scott (1990), was of great importance for the development of research and also for the analyzes as well as the notes made by Tânia Regina de Luca (2005) , about the care to be taken to transform the press in historical source. The survey results indicate that the **Movimento** in relation to the work performed by women, no longer important problems first, as the two work shifts. To this end, the paper used the same discourse of the left of the time did not recognize the exploitation of the sexes, only between classes. With regard to abortion and reproductive rights, the newspaper acted in two ways; first reinforcing the idea that women's bodies was a trial court in the case, the use of the contraceptive pill, not recognizing the autonomy of women. Later, on abortion, the newspaper approached the feminist ideology, advocating the legalization of abortion and recognizing this as a right of women. In addition, we found that feminisms obtained space in the newspaper, especially with published letters, and that the Movement was a promoter of some flags of feminisms, even if no such intention. With this proposal seek to contribute to the construction of the history of feminism in Brazil, in front of which represented civil-military dictatorship, had many of its hidden stories.

Keywords: Movimento. Feminisms in Brazil. Speeches. Women's work. Reproductive rights. Alternative Press..

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 - Capa da última edição do Movimento..... | 59 |
| Figura 2 - O dia internacional da Mulher..... | 60 |
| Figura 3 - Anúncio Nós mulheres..... | 62 |
| Figura 4 – Capa sobre a pílula..... | 65 |
| Figura 5 – Capa sobre o trabalho das mulheres..... | 78 |
| Figura 6 – Capa o trabalho da mulher no Brasil..... | 80 |
| Figura 7 – Capa em busca da verdadeira igualdade..... | 82 |
| Figura 8 – Le Monde e os feminismos..... | 98 |
| Figura 9 – O aborto no Repórter autônomo e independente..... | 114 |
| Figura 10 – O aborto no De fato..... | 115 |
| Figura 11 – A pílula e seus segredos..... | 116 |
| Figura 12 – Posição da igreja..... | 126 |
| Figura 13 – Carta Amnéris Marosi..... | 128 |
| Figura 14- Cartas de grupos feministas..... | 131 |
| Figura 15 – Cartas feministas..... | 132 |
| Figura 16 – Cartas em favor do aborto..... | 137 |
| Figura 17 – A eterna mãe..... | 139 |
| Figura 18 – Legalização versus conservadorismo..... | 143 |

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 19 |
| 2 RESISTIR E LUTAR É PRECISO – A IMPRENSA ALTERNATIVA E OS FEMINISMOS..... | 31 |
| 2.1TEMPOS CONTURBADOS TOMAM CONTA DO PLANALTO..... | 31 |
| 2.2 A IMPRENSA ALTERNATIVA EMERGE EM TEMPOS DE TERROR..... | 37 |
| 2.2.1Os “pioneiros” – 1964 a 1968..... | 41 |
| 2.2.2A revolução e a resistência nos alternativos – 1968 a 1979..... | 43 |
| 2.2.3 O declínio da imprensa alternativa – 1979 a 1982..... | 46 |
| 2.3SOU UM ALTERNATIVO: DEFINIÇÕES SOBRE A IMPRENSA ALTERNATIVA E O USO DESSA TERMINOLOGIA..... | 48 |
| 2.4OS ALTERNATIVOS TAMBÉM FORAM CLASSIFICADOS..... | 51 |
| 2.5ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMPRENSA ALTERNATIVA..... | 53 |
| 2.6 SURGE O JORNAL DOS JORNALISTAS – MOVIMENTO..... | 54 |
| 2.6.1O lançamento, a ligação política e o fim do jornal..... | 56 |
| 2.6.2 Democrático e popular, até certo ponto..... | 60 |
| 2.7 MULHERES UNIDAS – O FEMINISMO SE (RE)ELABORA..... | 66 |
| 3 HÁ DIFERENÇA, MAS A CULPA É DO SISTEMA: O TRABALHO DAS MULHERES PERPASSA PELO MOVIMENTO..... | 73 |
| 3.1 O TRABALHO TAMBÉM É CAPA..... | 76 |
| 3.2 TRADUÇÕES DO TRABALHO DAS MULHERES..... | 84 |
| 4 ATÉ ONDE CONTROLO O CORPO? OS DIREITOS REPRODUTIVOS EM FOCO..... | 109 |
| 4.1 O CONTROLE POR MEIO DA PÍLULA..... | 110 |
| 4.2 UM TABU EM DEBATE..... | 121 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 149 |
| FONTES/DOCUMENTOS..... | 153 |
| REFERÊNCIAS..... | 155 |
| APÊNDICES..... | 163 |

INTRODUÇÃO

O objetivo do texto que forma esta dissertação é: cotejar os discursos de gênero e os discursos acerca de questões relacionadas direta e indiretamente ao feminismo de segunda onda¹ presentes nas páginas de o **Movimento**, periódico alternativo brasileiro do período da ditadura civil-militar². Sendo assim, a problemática elaborada para esta pesquisa – como o jornal abordou os feminismos e as questões de gênero, tendo como eixo temático reportagens que abordam o trabalho feminino e o aborto – baseia-se no contato que tive com os mais de 150 exemplares do jornal, no arquivo Edgar Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Nesse processo, pude perceber que, da mesma forma que as reportagens, as entrevistas e as cartas de leitores e leitoras colocavam muitas das pautas feministas em evidência, as imagens, as charges e os *cartoons*, incluídos nas publicações, estavam repletos de questões de gênero.

Inicialmente, o objetivo da dissertação era analisar as imagens veiculadas em dois periódicos alternativos brasileiros e em dois alternativos paraguaios, publicados no decorrer das ditaduras vivenciadas- 1964 até 1985 e 1959 até 1989 respectivamente- pelos dois países. No entanto, o contato com as fontes brasileiras e a dificuldade em conseguir referências sobre a imprensa no Paraguai fizeram com que eu elaborasse melhor o recorte nas/das fontes e ampliasse o objeto de análise. Escolhi, então, analisar apenas o periódico brasileiro **Movimento** como fonte de pesquisa e acrescentar como objeto para análise as matérias, as entrevistas e as cartas de leitores e leitoras encontradas em seus números.

A partir de cinco títulos de jornais pesquisados e fotografados (**Movimento, Opinião, De Fato, Repórter, Política**), a escolha pelo **Movimento** como fonte foi feita levando-se em consideração algumas

¹ O Feminismo convencionalmente é dividido em duas ondas: a primeira está diretamente ligada ao fim do século XIX e início do século XX. Nesse período, as principais reivindicações eram relacionadas à ampliação dos direitos civis para as mulheres. A segunda onda refere-se ao movimento compreendido pelas mulheres na década de 1960, em que a questão sobre a sexualidade, a luta contra o patriarcado e pelo direito do corpo estavam entre suas pautas.

² Utilizo esse termo tendo como base a ideia de que o governo golpista era composto por militares e grupos civis que tinham interesse em determinados setores da economia brasileira da época. Lembro que o termo tem sido muito debatido pela historiografia e que se uso muitas vezes é questionado, uma vez que, quem estava realmente no governo eram os militares e estes em diversos momentos surpreenderam até mesmo seus apoiadores civis. No entanto, por entender que mesmo com essas divergências alguns grupos de civis mantiveram seu apoio ao governo utilizarei tal terminologia para me referir ao governo do período.

características, como o tempo de circulação (estabeleci um período mínimo de três anos de circulação); a tiragem (escolhi aqueles com uma tiragem acima de quinze mil exemplares por número); a periodicidade (os escolhidos, mesmo sofrendo com a censura e com problemas financeiros, eram publicados com regularidade); e a circulação (leve em conta os títulos que detinham uma maior circulação), o que significava um número expressivo de leitores. Com relação às reportagens, às entrevistas e às cartas de leitores e leitoras, a inserção desses gêneros textuais foi efetuada após um estudo mais detido sobre a fonte já selecionada. O motivo para tal inclusão foi a frequência com que temas relacionados ao feminismo apareciam nas páginas do jornal alternativo. O feminismo desse período foi considerado um dos movimentos sociais mais importantes do século XX, principalmente no que diz respeito à revolução cultural que proporcionou, como afirmou Hobsbawm (2009).

A partir dessa primeira análise, ficou estabelecido o recorte temporal entre os anos de 1975 e 1981, em razão de o ano de 1975 ter sido considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher, assim como, o ano de fundação do jornal **Movimento**. Já a escolha de 1981 como o marco final desta pesquisa refere-se, primeiramente, ao ano de encerramento das atividades do jornal escolhido como fonte, depois, à lei de anistia de 1979, ao fim da censura aos meios de comunicação e, também, por causa dos rumos políticos que o Brasil estava tomando. Assim sendo, julguei esses marcos como adequados para a elaboração da pesquisa.

Se pensarmos na divulgação das pautas feministas e nas questões de gênero³ por meio dos veículos de comunicação tradicionais, é perceptível os diminutos espaços dados a essas temáticas no decorrer do século XX e nos primeiros anos do século XXI. Todavia, isso não pode nem deve ser observado como um possível fim dos feminismos no Brasil, uma vez que, atualmente, muitas das bandeiras e das pautas reivindicadas pelas feministas da segunda metade do século XX ainda não foram alcançadas e a essas ainda se somaram novas lutas e novos feminismos. Cabe ainda destacar que várias feministas passaram a ocupar e ainda ocupam cargos importantes em esferas e instituições de prestígio, o que possibilita o não esquecimento dos feminismos.

Nesse cenário, as novas esferas ocupadas pelas pautas feministas nos dias atuais e pelas questões de gênero são, na sua maioria, as organizações não governamentais (ONGs) e a academia. Esses espaços passaram a ser ocupados a partir das duas últimas décadas do século XX

³ Estou entendendo essas questões na relação entre homens e mulheres.

e ganharam maior força com a chegada do novo milênio. Outro ponto de ocupação feministas são as ruas, no qual uma nova juventude radical feminista ressignifica o feminismo e as definições identitárias de gênero, propondo um não binarismo como uma não identidade. Céli Pinto, em **Uma história do feminismo no Brasil** (2003), assinala que os novos caminhos tomados pelos feminismos nos últimos anos podem ser considerados equivocados ou mesmo apontar para um fim. A autora argumenta ainda que o surgimento de ONGs fez com que o Estado brasileiro abdicasse de suas responsabilidades (PINTO, 2003, p. 91). Entretanto, por mais que o movimento feminista tenha sofrido rupturas, modificações e críticas, não podemos deixar de destacar que muitos dos direitos⁴ usufruídos por mulheres atualmente apenas foram possíveis porque outras mulheres os conquistaram por meio de lutas.

Justifico este tema de pesquisa e a abordagem utilizada, pautado em minha trajetória como acadêmico do Curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). No decorrer da graduação, algumas disciplinas possibilitaram leituras sobre a história das mulheres, sobre os movimentos feministas, principalmente os de Segunda Onda, e sobre as questões de gênero. O contato tornou-se mais frequente, a partir do momento em que ingressei no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH),⁵ coordenado pelas professoras Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, cujo grupo realiza semanalmente reuniões de estudos, pesquisas e orientações, e tornei-me bolsista do Instituto de Estudos de Gênero (IEG)⁶ da UFSC. A partir de então, meu interesse a respeito dos estudos de gênero e feminismos se estreitou. A maior relação com essas temáticas possibilitou a realização de meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).⁷ Essa pesquisa instigou-me a seguir por esse campo de investigação no Mestrado em História da UFSC. Além disso, a maioria dos trabalhos e pesquisas feitas sobre o período da ditadura civil-militar não problematizaram as questões de gênero ou os feminismos e suas lutas, mantendo uma carência de estudos e de bibliografia com essas questões e com o

⁴ Elenco aqui alguns de tais direitos: ingressar em profissões que anteriormente eram consideradas masculinas, governar países, comandar grandes instituições, direito total ao divórcio e um controle ainda que limitado do corpo.

⁵ Para maiores informações acessar: www.legh.cfh.ufsc.br

⁶ Para maiores informações acessar: www.ieg.ufsc.br

⁷ Em meu Trabalho de Conclusão de Curso, **A publicidade reinterando o gênero**, orientado pela Prof^ª. Dra. Joana Maria Pedro, realizo uma breve análise de como a publicidade continua a reiterar o gênero na década de 1990 no Brasil. Foram fontes de análise anúncios publicitários, veiculados em revistas de circulação nacional (*Veja e Nova*).

feminismo que se desenvolveu paralelamente ao governo militar. Somente nos últimos anos é que têm surgido pesquisas que fazem essa problematização, com destaque para a equipe de pesquisadoras e pesquisadores do LEGH.

Direcionando o olhar às questões teóricas, este trabalho se utiliza de ferramentas importantes do campo de investigação da Análise do Discurso (AD) para o processo de análise das fontes selecionadas. Para a efetivação dessa ação, é preciso entender, *grosso modo*, que o discurso é o efeito de sentido entre locutores. Desse modo, trata da linguagem em seu funcionamento (ORLANDI, 1994, p. 52), funcionamento possível por meio da inscrição da História na língua.

A partir dessa definição, pode-se presumir o motivo pelo qual essa categoria passou a ter destaque dentro dos estudos das ciências humanas, principalmente em relação aos sentidos que podem ter, haja vista que todas as sociedades produzem diferentes formas de discursos. Essa produção é ao mesmo tempo controlada, organizada, selecionada e distribuída, com o intuito de controlar e dominar a materialidade do discurso (FOUCAULT, 2009, p. 8-9). Pois, como afirma Eni Orlandi, o “discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia” (ORLANDI, 2012, p. 38).

O controle é consequência da compreensão de que é por intermédio da linguagem ou do universo simbólico que se estabelecem sentidos e significados pelos (e para os) sujeitos. Foi pensando na língua funcionando na produção desses sentidos e significados que, nos anos de 1960, se constituiu o campo da AD – “espaço disciplinar que põe em relação a Linguística às Ciências Sociais” (ORLANDI, 1994, p.52).

Desde a sua criação, a AD procura “compreender a língua fazendo sentindo, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2012, p. 15). Outro ponto importante desse campo foi delineado por Michel Pecheux, ao assinalar que a AD transita entre duas formas de análise: a descritiva e a interpretativa (PÊCHEUX, 2002, p. 54). Sendo assim, nesta dissertação utilizo elementos desse campo como instrumentos metodológicos, a fim de enriquecer meu olhar histórico sobre as fontes selecionadas. Além disso, concordo com Eni Orlandi que essa disciplina não aponta para uma análise puramente linguística:

Como seu próprio nome indica não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de

curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2012,p. 15).

Nesse sentido, podemos afirmar que essa ciência procura realizar um trabalho de explicitação, de descrição e interpretação de/das montagens sociais e históricas dos sentidos que o discurso pode produzir. É preciso lembrar que o discurso não é algo fechado em um único sentido, está sempre em processo de construção, assim como os sujeitos que produzem esses discursos. Sujeitos estes que sofrem (e promovem) influências do contexto sócio-histórico e ideológico, no qual estão inseridos⁸. Por isso, em minha análise, atento para o fato de que as diferentes possibilidades de sentidos que os discursos podem ter são limitadas pelas fontes. Faço aqui apenas uma breve crítica a Orlandi, que na citação acima afirma que se pode observar o homem falando, assumindo assim o local do ser universal, algo que não existe e que foi construído historicamente. Sendo assim, gostaria de lembrar que também podemos observar a mulher falando e que na presente dissertação essa disputa discursiva, entre o universal e o fragmentado estará presente. Uma vez que, em vários momentos temos homens falando dos problemas enfrentados pelas mulheres, e em algumas dessas situações elas não são ouvidas. Em outras são as próprias mulheres que estão a descrever seus problemas e suas lutas cotidianas.

Entendo que os discursos produzidos pela imprensa alternativa, lembrando minha leitora e meu leitor que esse tipo de imprensa era comprado por uma pequena parcela da população conforme se verifica nas taxas de venda, afetam os leitores e leitoras, mas não na forma de simples transmissão de informação, haja vista que – como lembra Foucault –, “[...] os ‘discursos’, tais como podemos ouvi-los, tais como podemos lê-los sob a forma de texto, não são, como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras [...]” (FOUCAULT, 2005, p. 16). Portanto, compreendo que tanto o emissor quanto o receptor estão em constante processo de significação e ressignificação, isto é, ambos fazem parte de um intrincado procedimento de construção de sentidos, de subjetividades e de realidade.

Além disso, os sujeitos são inevitavelmente influenciados/permeados pela história, que atua por meio do imaginário,

⁸ É em virtude dessa ideia de que o sujeito sofre influência do contexto onde está inserido, que esta pesquisa utiliza preferencialmente como fonte apenas o material que contém autoria assumida.

da memória, de um já dito, da coexistência de outros discursos, que se cruzam, quer dizer, aquilo que a AD convencionou chamar de interdiscurso. Essa memória também é tudo aquilo que uma determinada palavra, enunciado, imagem ou sentença carrega e que, de alguma maneira, afeta a forma como o sujeito dá significado ou sentido a determinado discurso (ORLANDI, 2012, p. 31). Com isso, pode-se determinar que os sentidos podem ser diferentes daqueles que imaginamos, assim como os sujeitos também podem ser distintos. Para reforçar essa ideia de sentidos distintos, Michel Pêcheux assegura que

[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]. Todo enunciado, toda sequência de enunciado é, pois, linguisticamente descritível como uma série [...] de pontos de deriva possíveis [...] (PÊCHEUX, 1990, p 53).

A questão da existência de outros sentidos igualmente está relacionada às formações discursivas, as quais estão fortemente ligadas à ideologia e acabam por determinar o que pode ou deve ser dito em determinada circunstância. Da mesma maneira que as palavras que constituem tais formações podem apresentar sentidos variados, se levarmos em conta o lugar de enunciação daqueles/as que as utilizam, isto é, o local de onde falam. Concomitantemente a isso, uma mesma palavra pode ter outro significado ou sentido porque utilizada em formações discursivas distintas. Nesse sentido, entendo que minha análise não contempla todos os sentidos ou significados, pois, como estou trabalhando com a imprensa, as possibilidades de distintos sentidos são fomento para outros pesquisadores e pesquisadoras. Destaco apenas que minhas afirmações podem apontar para um sentido até então tangenciado.

Ainda em relação ao ponto de vista teórico, devo salientar que os estudos de gênero fornecem excelentes ferramentas analíticas para a elaboração da pesquisa, posto que os apontamentos feitos por Joan Scott, em **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica** (1990), afirmam que o gênero é construído historicamente e culturalmente. Além disso, o gênero é edificado por meio das relações sociais e da percepção da diferença entre os sexos, isto é: gênero é um conhecimento que constitui significados para a diferença. Assim como os riscos apontados por Linda Nicholson (2000, p. 9-41), ao alertar sobre o essencialismo e a

utilização de aspectos totais e gerais para se entender o corpo (físico e/ou textual). Utilizo essa categoria com o intuito de analisar como os discursos existentes nos periódicos, de alguma forma, constroem ou não noções hierárquicas de gênero, sempre tendo consciência de que minhas análises não esgotam os sentidos.

Tânia Regina de Luca, em seu texto **História dos, nos e por meio dos periódicos** (2005), alerta para os cuidados que devemos ter ao lidar com a imprensa, principalmente na sua conversão em documento ou fonte histórica. A autora lembra que, ao transformar a imprensa em objeto de pesquisa, o pesquisador ou pesquisadora deve realizar todo um mapeamento do grupo responsável pela publicação, a identificação dos colaboradores e fontes de receita, a localização do público-alvo (LUCA, 2005). Dessa maneira, levo em consideração em minha pesquisa o amplo cenário de produção dos documentos que estão contemplados. Esse cuidado vai ao encontro de uma das exigências da AD: o pesquisador deve considerar em sua leitura o contexto de produção do discurso (ORLANDI, 2012, p. 30-31).

Além dos cuidados apontados por Tânia de Luca, é preciso também ter em mente a inexistência da imparcialidade e da objetividade dentro do campo da comunicação. E, na imprensa alternativa, isso não é diferente, pois cabem ao/a jornalista escolhas diárias sobre qual assunto escrever, a forma como se escreve ou aborda determinado assunto, tudo isso não pode ser ignorado por quem faz desse objeto sua fonte de pesquisa.

Portanto, devemos encarar nossa fonte, nesse caso os periódicos, com suspeita, evitando reproduzir a história que eles contam, e escrevendo uma história crítica e consistente, como aponta Maria Helena Rolim Capelato (1998, p. 23):

Conhecer a história através da imprensa pressupõe um trabalho com método rigoroso, tratamento adequado da fonte e reflexão teórica. Sem esses ingredientes corre-se o risco de repetir para o leitor, aliás sem o charme do jornal, a história que ele conta [...].

A opção pelos periódicos da imprensa alternativa brasileira apresentou alguns obstáculos no tocante ao acesso a referidas publicações, mas propiciou um trabalho que estimo muito: a pesquisa em arquivos. A dificuldade em acessar tais documentos com periodicidade foi o primeiro deles. Tive de realizar duas viagens, uma

para o Rio de Janeiro, no fim de 2012, e outra para Campinas (SP), em abril de 2013. No arquivo público da cidade do Rio de Janeiro, não é permitida a reprodução por meio de fotografias de periódicos, sendo admitida apenas a reprodução por meio da transcrição dos mesmos. Assim, em tal arquivo tive o primeiro contato com as fontes desta pesquisa e pude realizar uma filtragem e anotações do que encontrei nas páginas da imprensa alternativa. Como tinha o objetivo de reproduzir as fontes em forma de imagem, fiz uma segunda viagem para a cidade de Campinas, com intuito de acessar os documentos do Arquivo Edgar Leuenroth (AEL), da UNICAMP. Nesse local tive total acesso ao material já pré-selecionado com base nas anotações feitas no Rio de Janeiro e pude reproduzir em forma de fotografia os materiais necessários para esta pesquisa.

Além da dificuldade relatada, outros problemas também surgiram no decorrer da pesquisa. A ausência de certos exemplares e de números dos jornais pesquisados dificultou a realização de um cruzamento de informações, principalmente no que se refere às cartas de leitoras e leitores. Muitas das cartas publicadas faziam referência a reportagens ou notícias veiculadas em números anteriores e que não se encontravam na coleção do AEL, nem na coleção previamente pesquisada na cidade do Rio de Janeiro. Mesmo assim, isso não impossibilitou a análise por amostragem das cartas. Outro problema que tive de contornar foi a impossibilidade de contato direto e físico com a fonte escolhida. Muitas foram às vezes que gostaria de ter tido esse contato (material) com o jornal, à procura de alguma coisa que meus olhos não perceberam enquanto realizava a reprodução; porém, a distância e o tempo diminuto impossibilitaram a realização dessa vontade.

Apesar desses entraves e das dificuldades no decorrer da pesquisa, sua realização não foi de todo impossibilitada. Com o material reproduzido, cataloguei-o em uma planilha de Excel, com o intuito de facilitar a leitura e análise. As planilhas⁹ foram divididas em seções: trabalho das mulheres, pílulas anticoncepcionais e aborto. Além disso, cada foto recebeu um número e as seções foram separadas em capas e em reportagens e cartas de leitoras e leitores.

⁹ As planilhas utilizadas para a realização dessa dissertação, ao todo quatro, podem ser visualizadas nos apêndices H até L. Informo que existem outras planilhas no mesmo molde e do mesmo jornal, mas com temas diferentes dos que foram utilizados no trabalho aqui realizado, como por exemplo, reportagens sobre a violência contra as mulheres. Do mesmo modo, também elaborei uma planilha para os outros jornais alternativos reproduzidos durante a pesquisa na UNICAMP.

Concomitantemente a essas ações, cada foto foi alocada em uma pasta-arquivo, em formato digital, sendo as pastas nomeadas com o nome correspondente à sua seção temática, e as fotos receberam a mesma numeração catalográfica de identificação da planilha.

Destaco, também, que os jornais alternativos brasileiros têm sido objetos de estudos há alguns anos em pesquisas nas áreas de comunicação e das ciências humanas, principalmente por pesquisadores e pesquisadoras cujo recorte temporal é o período da ditadura civil-militar. Dentre as publicações, destaco o livro de Bernardo Kucinski, **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**, publicado pela primeira vez em 1991 e principal fonte de conhecimento da história dessa imprensa. Mesmo percebendo-se uma relação afetiva do autor com as mídias jornalísticas, o que pode ter sido fundamental na ausência de uma análise mais crítica, tal obra é ainda hoje uma das mais importantes fontes sobre a imprensa alternativa. A obra **Censura, Imprensa, Estado Autoritário: o exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e Movimento**, de Maria Aparecida Aquino, publicada em 1999, possibilita um melhor entendimento a respeito do processo da censura nos jornais desse período.

No que se refere à categoria gênero, juntamente com a imprensa alternativa, a tese de doutorado de Karina Janz Woitowicz, **Dizeres e fazeres feministas: a tematização dos direitos reprodutivos nos movimentos feministas brasileiro a partir da produção midiática alternativa**, defendida em 2010 no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, contribuiu de forma significativa para o entendimento da relação entre a imprensa alternativa e o feminismo emergente no Brasil. Outra importante publicação é o livro **Trabalho doméstico: coisa de mulher? Debates feministas no Cone Sul (1970-1989)**, de Soraia Carolina de Mello, fruto de sua dissertação de mestrado, defendida em 2010 no Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, no qual a autora discorre, por meio dos jornais alternativos e de entrevistas, sobre a questão do trabalho doméstico e da dupla jornada de trabalho das mulheres nesse período. A pesquisa de Soraia de Mello teve uma grande importância em minha pesquisa no que se refere à questão do trabalho feminino e sua repercussão na mídia. Por fim, ressalto a dissertação de Cíntia Lima Crescêncio, defendida em 2011 também no Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, intitulada **Veja o feminismo em páginas (re)viradas**. Tal dissertação permitiu entender as formas como o

movimento feminista de segunda onda e muitas de suas reivindicações foram abordadas pela imprensa tradicional.

Em relação ao Feminismo, algumas obras contribuíram para a elaboração desta dissertação e para uma melhor compreensão da importância desse movimento no Brasil, assim como suas conquistas, suas bandeiras e as resistências encontradas dentro do contexto brasileiro da época. Dentre elas, destaco: **Uma história do feminismo no Brasil** (2003), de Céli Regina Jardim Pinto; **Breve história do feminismo no Brasil** (1993), de Maria Amélia de Almeida Teles; **Nova História das Mulheres** (2012), organizado por Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro; **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil** (1997), de Ana Maria Colling; **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul** (2010), organizado por Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff; **Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX** (2003), organizado por Joana Maria Pedro; e **Aborto e contracepção: histórias que ninguém conta** (2012), organizado por Silvia Maria Fávero Arend, Gláucia de Oliveira Assis e Flávia de Mattos Motta. Além desses livros, ressalto também a importância, para minha pesquisa, dos artigos publicados na **Revista Estudos Feministas** e dos textos e das reflexões acerca do feminismo da pesquisadora Joana Maria Pedro¹⁰.

A partir do que foi exposto, aliado ao ideal de que os movimentos sociais, entre eles os feministas, atuaram fortemente na luta, não apenas contra o governo civil-militar brasileiro, mas também contra as desigualdades existentes na sociedade, creio que os textos que narram esse período deveriam dar uma maior importância aos movimentos que emergiram nesse contexto de repressão e terror. Sendo assim, além desta introdução meu trabalho apresenta mais três capítulos.

O capítulo dois, *Resistir e lutar é preciso – a imprensa alternativa e os feminismos*, foi dividido em três partes. Primeiramente, discorro sobre o contexto que culmina no golpe de 1964 e sobre a política adotada, a partir disso, pelo governo brasileiro. Na segunda parte, narro a forma como a imprensa alternativa brasileira emergiu

¹⁰ Cito aqui alguns desses textos: PEDRO, Joana Maria. O feminismo que veio da França. In: PEDRO, Joana Maria; ISAIA, Artur César; DITZEL, Carmencita de Holleben Mello (Org.). **Relações de poder e subjetividades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011. PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. 2005, v. 24, n. 1, p. 77-98. PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). In: **Revista Brasileira de História**, v. 26, p. 249-272, 2006.

nesse contexto repressivo e apresento algumas características, divisões e considerações sobre essa imprensa. Ainda na segunda parte, apresento o jornal **Movimento**, suas características, seu surgimento dentro da imprensa alternativa, sua ligação política, sua finalidade e algumas reportagens. Em um terceiro momento, trato do emergir do feminismo no Brasil e das dificuldades e obstáculos encontrados por esse movimento na sociedade brasileira.

Há diferença, mas a culpa é do sistema: o trabalho das mulheres perpassa pelo Movimento, o terceiro capítulo da presente dissertação está estruturado da mesma forma que o anterior, ou seja, em três segmentos. Em um primeiro momento, discorro sobre a inserção das mulheres nas indústrias do Brasil, abordando a questão da discriminação e das diferenças que ocorrem entre os sexos. Ainda nesse primeiro momento, trato da maneira como os feminismos abordaram a questão do trabalho das mulheres. Na segunda seção do capítulo, apresento e analiso as três capas encontradas durante a pesquisa cujo tema central é o trabalho das mulheres. Na última parte, o foco central das análises são as reportagens, as cartas enviadas para a redação e as entrevistas que abordavam o trabalho das mulheres e sua relação com os feminismos.

O último capítulo, intitulado *Até onde controlo meu corpo? Os direitos reprodutivos em foco*, foi dividido em duas seções. A primeira delas tem como objeto central de análise a inserção da pílula anticoncepcional no contexto brasileiro da década de 1970 e todo o debate que isso causou entre as esquerdas e os movimentos feministas, por meio de reportagens acerca do assunto. Já o segundo segmento, o aborto e a forma como ele foi tratado pelo jornal são os focos da minha análise. Para tal, utilizo reportagens publicadas e as cartas de leitoras e de leitores que foram enviadas para a redação do jornal debatendo o tema, o que possibilitou também verificar como o tema era um tabu até mesmo para as pessoas que liam o jornal; da mesma forma permitiu ver como os feminismos e suas bandeiras eram vistos no período.

2 RESISTIR E LUTAR É PRECISO – A IMPRENSA ALTERNATIVA E OS FEMINISMOS NA DITADURA CIVIL-MILITAR

Hoje pertencem à história. Todos desapareceram. Leitores que não conheceram esses jornais não têm idéia dos momentos de encantamento que provocaram, de como incomodaram os militares, de como começavam bem e acabavam invariavelmente mal. Não imaginam o que poderia levar jornalistas consagrados a embarcarem, com um punhado de focas, ativistas políticos e intelectuais, naquelas naus incertas 'sem aviso prévio e sem qualquer itinerário', como disse o poeta [...] (KUCINSKI, 1998, p. 178).

Partindo da citação acima, de que poucos conheceram ou conhecem os jornais (alternativos) e, possivelmente, menos ainda sabem dos movimentos feministas e de suas bandeiras, dedico este capítulo a esses dois importantes acontecimentos da história recente do Brasil, compactuando, assim, com a afirmação de Carlos Fico de que entre 1964 e 1985 a história do Brasil não se restringe à ditadura civil-militar (FICO, 2004, p. 36).

A partir disso, proponho-me à contextualização do leitor e da leitora no cenário que antecede o golpe e naquele que o Brasil vivenciou durante os 21 anos de ditadura civil-militar; a historicizar e refletir sobre o emergir da imprensa alternativa brasileira; e, por fim, a discorrer sobre parte da história dos movimentos feministas que surgiram e desenvolveram-se no país durante esse regime.

2.1 TEMPOS CONTURBADOS TOMAM CONTA DO PLANALTO

Desde a saída de Getúlio Vargas da presidência do país em 1945¹¹, o Brasil, que vivia um período de democracia havia

¹¹ Getúlio Vargas chegou à presidência do Brasil em 1930, após uma revolução. Ficou no poder durante 15 anos; de 1937 até 1945 seu governo ditatorial ficou conhecido como Estado Novo. O ex-presidente retorna ao principal cargo do Executivo em 1950 após ganhar as eleições diretas; porém, fica no governo até 1954, quando se suicida no Palácio do Catete no Rio de Janeiro.

praticamente vinte anos, experimentou um intenso processo de industrialização, graças ao estabelecimento de políticas de atração e de incentivo aos capitais internacionais (REIS, 2005, p 17). O exemplo máximo dessas políticas foi o governo do ex-presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960) e seu plano de metas intitulado *50 anos em 5*, cujo objetivo era realizar um rápido crescimento econômico e industrial da nação. Segundo o historiador Daniel Aarão Reis (2005), esses governos foram responsáveis por minarem as bases nacionais e estatais constituídas no Brasil, porém não as destruíram totalmente. As revoluções e as manifestações que ocorriam no mundo durante esse período influenciaram e fomentaram, em uma parcela da sociedade, a ideia de que era possível um nacionalismo latino-americano.

O desenvolvimentismo defendido pelos governantes em seus primeiros momentos incitou, de modo geral, euforia na sociedade. Entretanto, nos fins dos anos de 1950, essa política econômica já demonstrava desgastes: a inflação já dava seus sinais de vida, e o ritmo de crescimento do país começava a cair. Esses e outros problemas começaram a provocar na população um descontentamento, assim como um desgaste em relação aos partidos que tinham governado o país até então. A sociedade começava a clamar por mudanças e reformas (FICO, 2004, p. 20). É nesse período que aumentaram significativamente as mobilizações de setores da população brasileira que, anteriormente, eram marginalizados, exemplo disso são os sindicatos rurais (ALVES, 2005, p. 24).

Em meio a esse descontentamento popular, Jânio Quadros é eleito presidente do Brasil em 1960 com aproximadamente 48% dos votos, o que lhe garantiu uma força considerável quando assumiu o cargo. Todavia, seu governo não conseguiu engrenar, principalmente em decorrência de sua política monetária que desagradava principalmente o setor industrial, ao mesmo tempo em que não conseguia conter a inflação. Em agosto de 1961, em um golpe mal executado, Jânio renunciou à presidência da República, causando surpresa em toda a população. Durante as duas semanas que se seguiram a seu anúncio, o país vivenciou uma dura batalha entre as forças políticas. De um lado, políticos conservadores e militares tentavam impedir a posse do então vice João Goulart (Jango), visto por eles como um admirador do Comunismo – lembrando que Jango estava em missão na China comunista, quando Jânio renunciou. Do outro lado, estavam os aliados de João Goulart, liderados pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, principal figura política e líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

João Goulart só pôde assumir seu cargo em 7 de setembro de 1961; entretanto, viu seus poderes serem diminuídos, em razão de um parlamentarismo distinto, caracterizado por um executivo enfraquecido e um parlamento fraco, fruto de uma estranha fórmula constitucional. Mesmo com poderes restritos, Jango implementou no Brasil uma política mais protetora no que se refere aos investimentos estrangeiros, principalmente em setores considerados estratégicos da economia para o governo. O planalto central, conforme Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 24),

[...] promovera uma série de restrições aos investimentos multinacionais, configuradas, entre outras medidas, numa severa política de controle das remessas de lucros, de pagamento de *royalties* e de transferências de tecnologia, assim como em legislação antitruste e em negociação para a nacionalização de grandes corporações estrangeiras. Adotou também uma política nacionalista de apoio e concessão de subsídios diretos ao capital privado nacional, sobretudo aos seus setores não vinculados ao capital estrangeiro.

Além dessas restrições, o governo de Jango contribuiu para que as organizações da classe trabalhadora pudessem desenvolver formas de organização mais efetivas. A partir dessas organizações, os trabalhadores passaram a exigir melhores condições de trabalho, reajuste salarial e a possibilidade de organização sindical, medidas que preocuparam as camadas médias e altas, que nunca haviam sido forçadas a concordar com os pedidos dos trabalhadores (ALVES, 2005, p. 25), além de relacionar a imagem de Jango com a de Vargas, considerado o pai do populismo.

Com o crescente empoderamento das classes dos trabalhadores no Brasil e o fim do parlamentarismo depois de um plebiscito popular em 1963¹², João Goulart começou a colocar em debate seu plano de governo, a fim de promover as reformas de base. As reformas propostas pelo governo federal foram: reforma agrária; reforma urbana; reforma bancária; reforma tributária; reforma eleitoral; reforma universitária e reforma do estatuto do capital estrangeiro. A partir de então, instaurou-se no país um amplo debate sobre o assunto, tanto por parte da esquerda

¹² Foi convocado um plebiscito popular, com o intuito de saber se a população queria a manutenção do parlamentarismo ou o retorno do presidencialismo. No fim, a sociedade brasileira votou pelo retorno ao presidencialismo. Isso devolveu ao então presidente da República os seus poderes.

quanto dos conservadores. Todavia, em meados de 1963, as reformas propostas por Jango encontravam-se em um impasse histórico, fruto da divisão da sociedade brasileira.

Em um dos lados, encontravam-se vários contingentes de trabalhadores rurais e urbanos, setores estudantis, minorias e alguns membros das forças armadas. Esses grupos viam nas reformas uma possibilidade de melhorar a divisão das riquezas e do poder. No outro extremo, encontravam-se grupos opostos às reformas, entre os quais, aponta Daniel Aarão Reis (2005, p. 27),

[...] elites tradicionais a grupos empresariais favoráveis a projetos *modernizantes*. Aliavam-se também, nessa verdadeira *frente social*, grande parte das classes médias e até mesmo setores populares: pequenos proprietários, profissionais liberais, homens de *terno e gravata*, empregados de *colarinho branco*, oficiais das forças armadas, professores e estudantes, jornalistas, trabalhadores autônomos, enfim, toda uma constelação de profissões e atividades beneficiadas pelo dinamismo da economia brasileira.

Esses grupos opunham-se às reformas, pois viam nelas um processo de redistribuição de riquezas que os atingiria diretamente, rebaixando suas posições sociais, ao mesmo tempo em que o espectro do comunismo ganhava força no país¹³. Os embates entre as duas correntes tornaram-se mais acirrados, os que apoiavam as reformas queriam que fossem instauradas até mesmo com o “recurso à violência revolucionária” (REIS, 2005, p. 29), tendo em mente que era chegada a hora, de ir às vias de fato para promover a revolução. Já os opositores defendiam a legalidade da ordem vigente. Utilizavam-se da religião, dos bons costumes e da razão, assim como, condenavam qualquer tipo de radicalismo.

Em 1964, em meio a esse turbilhão causado pelos embates entre os grupos, o governo federal resolveu agir. João Goulart marcou uma série de comícios com o fim de aumentar a pressão popular pelas reformas pretendidas pelo governo federal. O primeiro desses comícios aconteceria na cidade do Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, e o

¹³ É válido ressaltar que o mundo vivia o período da guerra fria entre as duas maiores potências da época: EUA e URSS. Além disso, Cuba havia se declarado comunista, o que aumentava o medo de uma revolução em outros países da América Latina. Outras revoluções completavam esse quadro, dentre elas a revolução Argelina e os processos de independência na África.

último seria em 1º de maio de 1964. Entretanto, somente o primeiro deles foi realizado, contando com a participação de 150 mil pessoas sob a proteção de tropas do I Exército para ouvir a palavra de Jango e de Brizola (FAUSTO, 2003, p. 459). Durante esse comício, dois decretos foram assinados por Jango, o primeiro tinha como objetivo a “desapropriação das refinarias de petróleo que ainda não estavam nas mãos da Petrobrás” (FAUSTO, 2003, p. 459). O segundo abria caminhos para a reforma agrária, ao prever a possibilidade de desapropriação de terras improdutivas (REIS, 2005, p. 30), e ficou conhecido como decreto Supra (Superintendência da Reforma Agrária).

Esses decretos marcaram o início das manifestações das forças opositoras do governo, principalmente por que tais decretos atacavam diretamente os interesses de grandes empresários, da classe média e de grande proprietários de terra. A primeira delas foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, em 19 de março de 1964, e contou com a presença de aproximadamente quinhentas mil pessoas. Essa marcha mostrou aos conservadores que uma grande parcela da sociedade servia como base de apoio social. Na imprensa tradicional, também era perceptível o discurso contra o governo vigente, exemplo disso são os editoriais de **O Estado de São Paulo** (OESP) que antecedem o golpe. Na maioria deles,

[...] observa-se o tom alarmista de crítica ao governo de João Goulart, apontando para as possibilidades de continuísmo presentes atrás de manobras do presidente; conclamando a sociedade civil e as Forças Armadas na defesa do que consideram como interesses gerais e direitos naturais dos homens e conspirando abertamente contra o governo instituído (AQUINO, 1999, p. 42).

Dessa maneira, o cenário para se efetuar um golpe estava formado, faltava apenas quem desse o primeiro passo. Quem o deu foi a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), ao realizar uma reunião que havia sido proibida pelo Ministro da Marinha. A reunião foi considerada pelos integrantes do alto escalão da Marinha e do Exército como subversão da hierarquia.

Mesmo com a sentença dada pelo alto escalão aos associados da AMFNB, Jango deu um discurso no Rio de Janeiro, em uma assembleia organizada por suboficiais radicais das Forças Armadas. Após esse

discurso, Jango viajou para Brasília com o intuito de amenizar os ânimos dos militares e de parte da sociedade civil. Porém, o golpe havia sido armado pelo general Olímpio Mourão, tendo recebido apoio do então governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. O general liderando tropas do exercito da cidade de Juiz de Fora (MG), marchou até a cidade do Rio de Janeiro com o intuito de derrubar o presidente. Tal movimentação também foi realizada por outras tropas das forças armadas com o apoio dos principais governadores estaduais do Brasil. Ao presidente do país restou fugir, indo da capital da República para a capital do Rio Grande do Sul, onde tentou unir forças para tentar reverter o quadro, algo que não foi possível. De Porto Alegre, Jango foi para Montevideú, no Uruguai já sabendo que não era mais o presidente do Brasil, pois, na noite de 31 de março de 1964,

[...] o presidente do Senado Auro Moura Andrade declarou vago o cargo de presidente da República. Assumiu o cargo, na linha constitucional, o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli. Mas o poder já não estava nas mãos dos civis e sim dos comandantes militares (FAUSTO, 2003, p. 461).

O golpe estava dado, e os conservadores saíram às ruas exaltando a vitória que livraria “o país da corrupção e do comunismo” (FAUSTO, 2003, p. 465). A comemoração foi feita por meio de uma enorme Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, com a presença de milhares de pessoas no Rio de Janeiro. Era o início de uma longa e problemática noite na história do Brasil, estava instaurada, assim, a ditadura civil-militar. Nove dias após o golpe de estado, os militares começaram a mudar as bases democráticas, ao promulgar o primeiro Ato Institucional número 1 (AI-1)¹⁴. Esse Ato “instaurou um estado de exceção no país,” (REIS, 2005, p. 35) surpreendendo as lideranças civis que haviam conspirando contra o governo de Jango, uma vez que, “as Forças Armadas não só tomaram a direção do Estado, como também contavam com um projeto de governo” (BORGES, 2007, p. 39).

A partir de abril de 1964, com uma política repressiva e concentracionista, os veículos de comunicação ligados ao campo popular, na sua maioria defensora das reformas de base do governo

¹⁴ As principais características do AI-1 foram: suspensão por dez anos dos direitos políticos; eleição indireta para presidente; e suspensão da constituição por seis meses e automaticamente as garantias constitucionais.

deposto, foram sendo fechados. Os espaços disponíveis para a realização de críticas ao governo civil-militar foram diminuindo, fruto de “um ciclo de fechamento progressivo de jornais e revistas, de concentração do capital da imprensa, que vinha desde meados dos anos 50” (KUCINSKI, 1991, p. 8), concentração essa nas mãos de poucos grupos de empresários do ramo. É nesse “vazio” que se formou na imprensa tradicional brasileira que os periódicos alternativos emergem como uma possibilidade de espaço para a circulação/divulgação de críticas e de reflexões acerca da sociedade brasileira da época.

2.2 A IMPRENSA ALTERNATIVA EMERGE EM TEMPOS DE TERROR

A política autoritária implementada pelo governo golpista iniciou um período marcado pelo medo e pelo terror. Por esse motivo, jornalistas, intelectuais, artistas, escritores e um amplo leque de profissionais que perderam seus empregos na chamada imprensa tradicional começaram a garimpar espaços em meios de comunicação alternativos; e muitas dessas pessoas fundaram esses (novos) espaços. A repressão e a perseguição efetuadas pelo governo federal eram práticas defendidas pelos seguidores da Doutrina de Segurança Nacional, a qual estava fortemente ligada ao governo estadunidense, cujo papel foi fundamental na execução do golpe no Brasil. Além de apoiar o golpe no país, o governo estadunidense implementou na Escola Superior de Guerra do Brasil (ESG) sua teoria governamental. Os líderes militares brasileiros formaram-se nessa escola, tendo a Doutrina de Segurança Nacional como principal ideologia. Vale destacar, ainda, que o governo dos EUA também auxiliou nos golpes de estados instaurados em outros países do chamado Cone Sul (Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai).

Com a vigência do período de governo civil-militar, a imprensa de maneira geral passou a sofrer fortes intervenções de órgãos governamentais, criados, em sua maioria, exclusivamente para o controle dos meios de comunicação no Brasil, entre os quais se destacam: o Serviço Nacional de Informação (SNI) e as ramificações regionais; as Segundas Seções das Forças Armadas; o Centro de Informação do Exército (CIE); o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA); o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR); o Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações da Defesa Interna (DOI/CODI) de cada Estado; e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) estaduais. É com esse mecanismo

repressivo que o governo elaborou “uma vigilância cerrada sobre todos os setores da sociedade, visando detectar e punir toda e qualquer tentativa explícita ou implícita de ‘subversão’ à ordem instaurada” (AQUINO, 1999, p. 15).

Com os meios legais instaurados para o exercício do controle e da vigilância, foi possível ao governo realizar ações de repressão à imprensa de maneira geral, principalmente em relação à imprensa nanica. Nos anos de 1970, essa imprensa passou a ser conhecida como imprensa alternativa (CHINEN, 2004, p. 61). Um dos motivos básicos para a mudança na nomenclatura desse tipo de imprensa se deve, possivelmente, ao desuso na década de 1960 que o termo anterior passou a ter entre a população, ou por “sua inadequação quanto ao significado e por nada indicar quanto ao contexto” (CAPARELLI, 1982, p. 42) no qual estava inserida. Além disso, a definição de nanica, segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010), indica algo pequeno, acanhado, significado pouco adequado a um periódico como o **Pasquim**¹⁵ que teve tiragens superiores a cem mil exemplares (KUCINSKI, 1991, p. 164), ou o **Opinião**¹⁶, pertencente a Fernando Gasparian, acionista majoritário da **América Fabril**, e que tinha semanalmente tiragem média de trinta mil exemplares (KUCINSKI, 1991, p. 261).

Contudo, é preciso ressaltar que a imprensa “alternativa” já existia no país antes de 1964. Anteriormente ao golpe de abril de 64, as bancas do país inteiro exibiam publicações que fugiam da imprensa tradicional, dentre elas estavam: o jornal pertencente ao então deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro Leonel Brizola chamado de **O Panfleto**; o **Novos Rumos**, pertencente ao Partido Comunista Brasileiro (PCB); e o **Classe Operária**, que estava vinculado ao Partido

¹⁵ O *Pasquim* foi idealizado por Jaguar e teve a colaboração para sua efetiva criação de: Sérgio Cabral, Tarso de Castro, Carlos Prosperi e Claudius. A eles se juntaram posteriormente humoristas, jornalistas, intelectuais, que atuavam como colaboradores. O jornal tinha como característica principal a sátira em relação ao governo; contudo, grupos minoritários também foram alvos de piadas e notícias. Seu tempo de circulação é recorde, tratando-se de imprensa alternativa, tendo circulado por vinte anos ininterruptamente, de 1968 a 1988.

¹⁶ O *Opinião* foi fundado pelo empresário do ramo têxtil Fernando Gasparian em 1973, em pleno apogeu do regime autoritário, na cidade de São Paulo. O jornal tinha como seu editor-chefe o jornalista Raimundo Rodrigues Pereira. O jornal acabou funcionando como um meio de comunicação entre intelectuais do período e os jornalistas perseguidos pelo regime, dando, assim, o direito de expressão àqueles que foram expulsos de seus lugares de trabalho. Outra característica do semanário era a publicação de notícias do mundo por meio de uma parceria com o gigante do jornalismo europeu, o jornal francês *Le Monde*. Por fim, o jornal circulou pelas bancas do Brasil entre em 1973 e 1977, até seu fechamento decretado pelo proprietário após 231 edições, fruto de uma luta constante contra os órgãos de censura do governo.

Comunista do Brasil (PC do B). Em virtude disso, atribuir a existência da imprensa alternativa ao próprio regime é um equívoco, uma vez que

a ditadura [...] não foi a única razão de ser da imprensa alternativa. Apesar de sua presença ter sido ainda mais intensa no imaginário dos intelectuais, jornalistas e ativistas políticos do que já era nos âmbitos das relações de produção, o imaginário da imprensa alternativa não se constituía apenas dessa presença (KUCINSKI, 1991, 25).

Mas é a partir do golpe de 1964 que os jornais alternativos ganham força, espaço e visibilidade na sociedade. Prova disso é o levantamento realizado por Rivaldo Chinen (2004), que constatou que, durante o período de 1964 até 1980, “nasceram e morreram cerca de 300 periódicos que se caracterizavam pela oposição intransigente ao regime” (CHINEN, 2004, p. 7). Difícilmente outro período de nossa história contou com a circulação de tantos periódicos de resistência e/ou de oposição ao governo vigente. Alguns fatos contribuíram imensamente para o *boom* da imprensa alternativa, dentre os quais se destacam: a disponibilidade, no mercado, de jornalistas profissionais gabaritados e opositores do regime; a ausência de liberdade de expressão; a existência de vozes que perderam espaço, como as dos intelectuais e o empobrecimento dos conteúdos da imprensa e da televisão, que não mais satisfaziam às expectativas de parte significativa da população. O crescimento da imprensa alternativa brasileira coincide, portanto, com o aumento da repressão por parte do Estado autoritário, principalmente com o acirramento e a institucionalização da censura, a partir do Ato Institucional nº 5 (AI-5), publicado em 13 de dezembro de 1968¹⁷.

No entanto, os periódicos que formavam esse universo alternativo não podem ser considerados pertencentes a uma mesma fase, nem apresentam as mesmas características, pois os contextos foram modificando-se no decorrer dos 21 anos de ditadura civil-militar brasileira. A imprensa alternativa desse período foi dividida em três fases pela pesquisadora Regina Festa (1986), decorrentes das

¹⁷ O ato foi promulgado pelo presidente militar Humberto de Alencar Castelo Branco. Outras características do Ato: suspensão do *Habeas Corpus*; fechamento do Congresso; permitia ao presidente da República cassar mandatos de deputados federais, estaduais e vereadores; concedia poder ao presidente da República para intervir nos estados e municípios, sem respeitar as limitações constitucionais; e proibia manifestações populares de caráter político.

modificações na vida política e social do país, que resultaram em três processos de comunicação alternativa.

A primeira fase, que corresponde ao período de 68 a 78 – entre o AI-5 e a abertura política –, caracteriza-se por uma comunicação de resistência, denúncia e acumulação de forças por parte das oposições; a segunda fase, de 78 a 82, período de explosão social, eleições nacionais, abrandamento das restrições políticas, caracteriza-se por projetos políticos mais definidos e pela existência de uma comunicação popular, multiplicadora de meios nas bases e pelo quase desaparecimento da comunicação alternativa; e o terceiro período, de 82-83, caracteriza-se por uma atomização do processo de comunicação popular e alternativa na mesma medida que reflete a incapacidade das forças de oposição para articularem uma alternativa política à crise atual vivida pela sociedade brasileira (FESTA, 1984, p. 10).

A divisão feita pela pesquisadora leva em conta questões ligadas diretamente aos momentos vividos pela sociedade brasileira; deixa de fora, porém, os periódicos alternativos que existiram antes de 1968, como por exemplo, o **Pif-Paf**, de Millôr Fernandes.

Dessa maneira, proponho uma divisão levando em consideração alguns aspectos que julgo serem importantes. Assim como Festa, divido a imprensa alternativa em três fases, porém com recortes temporais diferentes: a primeira delas vai de 1964 até 1968, quando os periódicos estariam relacionados ao fim das ideias populistas, abusavam da ridicularização no que se refere ao golpe e ao próprio governo golpista, sendo o fim dessa fase a promulgação do AI-5. A segunda fase compreende da promulgação do AI-5 até a lei de Anistia, proclamada em agosto de 1979, sendo a fase a mais complicada para a imprensa de forma geral, na qual os aparatos repressores do Estado atuaram com uma maior intensidade. Durante referida fase, os alternativos podem ser vistos como locais de resistência e denúncia contra o governo ditatorial; e, por fim, a terceira fase, que inicia em 1979 com a anistia e perdura até 1982, período em que a imprensa alternativa brasileira vai perdendo força, uma vez que o próprio governo inicia uma abertura política, os/as profissionais da imprensa que atuavam na mídia alternativa voltam a

ganhar espaço na imprensa tradicional. Além disso, os jornais alternativos também perdem espaço nos meios sociais, bem como dentro dos próprios movimentos de esquerda existentes na época. Ou seja, a imprensa alternativa já não mais representava um espaço de resistência e denúncia como fora outrora. Essa nova divisão é possível, pois, segundo Kucinski, “à medida que se modificava o imaginário social e com ele o tipo de articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos, instituíam-se novas modalidades de jornais alternativos” (KUCINSKI, 1991, p. XVI).

2.2.1 Os “pioneiros” – 1964 a 1968

Seguindo a lógica da divisão proposta, a primeira fase da imprensa alternativa brasileira coincide com o período de consolidação dos golpistas no poder e teve o **Pif-Paf** como referência entre os alternativos. Esse período de consolidação ficou caracterizado pelas promulgações dos Atos Institucionais – ao todo foram 5 – e pela “aprovação” de uma nova Constituição em 1966 (FAUSTO, 2003, p. 475). Esses Atos, à medida que foram promulgados, foram modificando a conjuntura política e social do Brasil e, sintomaticamente, a forma como a imprensa alternativa atuava. Dentre as principais modificações em virtude dos AI’s, destaco as seguintes: a extinção dos partidos políticos existentes, criando o bipartidarismo característico do regime; as eleições para presidente e vice-presidente da República seriam feitas pelo Congresso; as eleições indiretas para governadores; a ampliação dos poderes presidenciais; cassação dos direitos políticos; e a suspensão das garantias constitucionais (FAUSTO, 2003, p. 463 – 475). Ainda sobre os AI’s, o que possivelmente causou o maior estrago para a imprensa foi o nº 2, uma vez que,

para Sérgio Lopes, o AI-2 colocou o fim ao sistema de jornalismo partidário que havia antes, ao mesmo tempo em que os crimes políticos – aí incluídos os problemas com a imprensa – passaram a ser casos de polícia. Assim, ‘ritos e penas próprias eram aplicados, sem as garantias do processo constitucional’ – comenta Lopes (VEIGA, 2014).

Nessa conjuntura, dentre os alternativos existentes nessa primeira fase, o carioca **Pif-Paf**, de autoria do humorista Millôr Fernandes,

começou a tomar forma após a saída de Millôr da revista **O Cruzeiro** em 1963, fruto da pressão exercida pela Igreja Católica. O humorista foi duramente criticado depois de publicar, em sua seção chamada **Pif-Paf**¹⁸, o texto: *A verdadeira história do Paraíso*, e acabou sendo demitido pela direção da revista (CHINEN, 2004, p. 66).

O primeiro número do jornal chegou às bancas na penúltima semana de maio de 1964 e teve uma vendagem de cerca de quarenta mil exemplares (KUCINSKI, 1991, p. 18). O impresso tinha como característica satirizar o governo golpista, mas certas características das classes mais abastadas da sociedade brasileira igualmente foram alvos das piadas de Millôr. O **Pif-Paf** teve apenas oito números lançados, tendo os exemplares do último apreendidos após a publicação de uma fotomontagem do general Castelo Branco devorando uma perna de Carlos Lacerda, além da publicação de um texto, na contra capa, que ficaria famoso posteriormente, com a chamada “Advertência!”:

Quem avisa, amigo é: se o governo continuar deixando que certos jornalistas falem em eleições; se o governo continuar deixando que certos jornais façam restrições à sua política financeira; se o governo continuar deixando que alguns políticos teimem em manter suas candidaturas; se o governo continuar deixando que algumas pessoas pensem por sua própria cabeça; e, sobretudo, se o governo continuar deixando que circule esta revista, com toda sua irreverência e crítica, dentro em breve estaremos caindo numa democracia.

Essa apreensão, segundo Kucinski, “mais do que causa, foi o pretexto para o seu fechamento” (KUCINSKI, 1991, p. 19). Todavia, outros fatores também influenciaram nessa decisão: a falta de publicidade capaz de manter os custos de uma tiragem maior; a falta de organização administrativa; o modo de trabalho amadorístico e voluntarista dos colaboradores. Esses fatores também foram cruciais no fechamento de outros periódicos alternativos no decorrer da ditadura.

Outros jornais importantes fizeram parte dessa primeira fase: o semanário **Reunião** (1965), formado por intelectuais do Partido Comunista (PC) e que teve publicados apenas três números; o **Folha da**

¹⁸ Millôr Fernandes escreveu e colaborou para a revista *O Cruzeiro* durante dezoito anos. Nesse período, o humorista acabou ganhando uma seção de humor, a qual denominou *Pif-Paf*.

Semana (1965-1966), fruto do agrupamento dos jornalistas de esquerda do Rio de Janeiro, tendo sido o jornal com o maior tempo de publicação nessa primeira fase – quinze meses; e o **Amanhã** (1967), publicado em São Paulo, e que recebia o apoio do Grêmio da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), cujo principal idealizador foi Raimundo Rodrigues Pereira, fundador de vários periódicos alternativos no decorrer dos anos de 1970, dentre eles, o **Movimento**. Porém, assim como o **Pif-Paf**, esses semanários também foram alvos da repressão do governo, principalmente após 1966 e a nova Constituição do Brasil.

Uma das questões que chamam a atenção nessa primeira fase da imprensa alternativa é o forte alinhamento que tais impressos tiveram com as lideranças intelectuais do PC, uma vez que esse partido detinha uma clara “hegemonia nos campos das artes, da cultura e do jornalismo” (KUCINSKI, 1991, p. 21). Será justamente esse alinhamento que servirá de base para uma segunda fase dos alternativos, a que viria após o AI-5.

2.2.2 A revolução e a resistência nos alternativos – 1968 a 1979

A segunda fase da imprensa alternativa no Brasil começa após a promulgação do AI-5 e, conseqüentemente, com o aumento da repressão, período conhecido como “anos de chumbo”. Essa fase foi, sem dúvida, a mais significativa no que diz respeito à repressão e controle, e a que teve maior impacto na sociedade e no jornalismo brasileiro. A maioria dos jornais alternativos foi lançada nessa década e propiciaram a visibilidade de jornalistas (tantos os perseguidos como os iniciantes), que se tornaram protagonistas desses jornais. Além disso, foi nesse período que foram criados os primeiros semanários alternativos de circulação nacional, entre eles: **Opinião**, **Pasquim** e **Movimento**.

É também no decorrer dos “anos de chumbo” que os principais movimentos sociais emergiram e ganharam as ruas no Brasil; grande parte deles utilizou-se dos próprios jornais para divulgar seus ideais e defender suas bandeiras, promovendo, assim, um “surto alternativo”. Entre os principais movimentos, podemos destacar os movimentos feministas de Segunda Onda e os seus jornais: **Brasil Mulher** (1975-1985) e **Nós Mulheres** (1976-1978). É em razão desse amplo leque de jornais que eles foram divididos em três linhagens, seguindo os apontamentos feitos por Bernardo Kucinski(1991, p. 6-7).

As duas primeiras linhagens, de acordo com Kucinski, partilham das mesmas origens: a revista **Realidade**¹⁹ e a Ação Popular (AP). Quando em 1968, a AP ordenou que seus integrantes se misturassem ao povo, com intuito de propagar o ideal revolucionário, os jornalistas dividiram-se em dois grupos. Os que não aceitaram tal ordem estiveram à frente dos alternativos antidoutrinários, dentre eles: **Bondinho** (1970); **Fotochoq** (1973) e **Ex** (1973). O grupo que acatou as ordens dadas pela AP foi juntando-se aos projetos jornalísticos de cunho político de Raimundo Rodrigues Pereira. Dessa linha, tem-se os principais jornais político-ideológicos do período militar e que tiveram maior repercussão: **Opinião** (1972); **Movimento** (1975) e **Em Tempo** (1977).

Já a terceira linhagem caracteriza-se pelo uso do humor contra a sociedade brasileira e contra o regime vigente. A maioria é composta por jornais satíricos, e o grande expoente dessa linhagem é o semanário carioca **Pasquim** (1969). Tal jornal também foi o principal periódico alternativo brasileiro desse período e o que teve maior duração e vendagem; porém, foi duramente criticado pelas feministas brasileiras por seu tom misógino e machista²⁰. Outros jornais que fizeram parte dessa linhagem foram **Carapuça** (1968) e **Flor do Mal** (1970).

Mesmo existindo essas “distintas” linhagens, algumas questões eram recorrentes: a oposição ao regime militar vigente; a pressão da censura; a luta pelos direitos humanos; a luta por melhorias nas condições de vida da população; e as críticas ao modelo econômico aplicado. Outro ponto em comum, central para o trabalho aqui exposto, é o espaço dado ao debate acerca das lutas e das bandeiras dos movimentos feministas e os discursos produzidos sobre esses movimentos – questão que será analisada mais detidamente nos capítulos 3 e 4 da dissertação. Essas características fizeram com que os principais alternativos da época sofressem tanto com os órgãos de repressão do governo, quanto com ataques feitos principalmente por grupos paramilitares (com destaque para o Comando de Caça aos Comunistas – CCC) às redações e às bancas de jornais. Contudo, a

¹⁹ **Realidade** foi criada em 1966 e tinha as questões sociais como base de suas reportagens. Além disso, a crítica, a moral e aos bons costumes eram temas comuns em suas páginas. A revista objetivava apresentar um Brasil real e que passava por mudanças profundas, o que acabou tornando-a uma importante matriz dos alternativos.

²⁰ Ver, a esse respeito: SOIHET, Rachel. Zombaria como arma anti-feminista: instrumento conservador entre libertários. In: **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, 13 (3): 320, setembro-dezembro/2005. p. 591-611.

forma mais eficiente encontrada pelo governo militar para exercer a repressão foi, sem dúvida, a censura prévia²¹.

A censura aplicada pelo governo a praticamente todos os alternativos da segunda fase, e a alguns jornais da imprensa tradicional, foi a mais bem-sucedida arma de controle sobre a imprensa de modo geral. Essa forma de censura comprometeu severamente essas publicações, principalmente as páginas dos periódicos alternativos. Como exemplo da ação da censura prévia, podemos citar o fato ocorrido com o jornal **Movimento**, que, nos seus quinze primeiros números, teve “totalmente censuradas 184 matérias e parcialmente vetadas outras 177, num total de 1099 laudas [...]”(KUCINSKI, 1991, p. 296). Porém, a censura não atacou apenas a imprensa, foi responsável igualmente pelo empobrecimento das atividades artísticas e intelectuais do país no decorrer dos seus dez anos de duração²².

Outro jornal que sofreu fortemente com a censura aplicada foi o **Opinião**. A primeira ação foi executada antes mesmo da chegada do primeiro número às bancas. Seu proprietário, Fernando Gasparian, foi chamado a dar esclarecimentos à Polícia Federal sobre o conteúdo do jornal. Em seu nono número, o jornal já contava com a presença do censor em sua redação. Os cortes feitos pela censura às páginas do jornal foram tantos, que, no número 230, de 1º de abril de 1977, o editorial dizia que o jornal só voltaria a circular quando estivesse totalmente livre da censura, e que, ao todo, haviam sido censuradas 5.796 páginas desde o seu lançamento (KUCINSKI, 1991, p. 117).

Os ataques feitos pela censura aos periódicos alternativos fez com que a maioria deles iniciasse sua jornada tendo prejuízos com as vendas, uma vez que muitos jornais eram publicados faltando notícias ou com a notícia incompleta. Em decorrência disso, havia o problema da baixa vendagem, que acabava por influenciar fortemente o capital financeiro das redações. A maioria dos jornais alternativos dos anos de 1970 tinha acordo com a editora Abril para impressão, sendo o número mínimo por edição de 25 mil exemplares, além de a editora ficar com 40% da receita (KUCINSKI, 1991, p. XVIII). Como os jornais tinham em média uma

²¹ A censura prévia foi uma das formas encontradas pelo governo para estabelecer um controle sobre o que se publicava nos jornais e revistas do país durante o período. Praticamente todos os meios de comunicação impressos tinham de enviar uma cópia do que seria publicado, antes mesmo da impressão, para uma averiguação dos temas abordados, assim como a linguagem, as imagens utilizadas, entre outras coisas. Muitas vezes, não era preciso o envio para a Polícia Federal, pois o trabalho de corte era feito por um censor dentro da redação.

²² Durante o período de vigência do AI5, foram multilados ou proibidos aproximadamente quinhentos filmes, quatrocentas peças de teatro, duzentos livros, dezenas de programas de rádio e televisão e mais de quinhentas músicas.

vendagem de aproximadamente quinze mil exemplares, o prejuízo com os cortes e supressões decorrentes da censura prévia aumentava significativamente²³.

Dessa forma, pode-se perceber que os problemas da censura e das demandas de tiragem mínima também auxiliaram para o fim de alguns jornais da segunda fase. Lembrando que a publicação da Lei de Anistia de 1978, o fim da censura prévia na imprensa de maneira geral e o início da chamada abertura política do país modificaram substancialmente o modo de atuação da imprensa alternativa, já que o principal inimigo estava saindo de cena. Porém, eu acrescentaria um último fator a esse contexto: praticamente todos os projetos alternativos de caráter nacional dirigiam-se a um mesmo público, pequeno e esclarecido, corroborando, assim, com a afirmação de Daniel Aarão Filho que, ao analisar os grupos políticos existentes, declara que todos

autoproclamavam-se vanguardas políticas, estados maiores [...] e nesse processo preparam-se para a revolução afastando-se da sociedade que pretendem revolucionar, adquirem coesão interna em troca do afrouxamento dos laços com a sociedade (REIS, 1990, p. 16-19).

Ou seja, ao se manterem longe de diversos setores da sociedade brasileira, empregando muitas vezes um linguajar que pouco se aproximava daquele utilizado diariamente pela população, explorando em diferentes momentos temas que não faziam parte do cotidiano popular e apresentando uma distribuição precária, possivelmente causada pelos órgãos de repressão do governo, o que dificultava ainda mais a inserção na sociedade na sua totalidade, tais periódicos tiveram um público leitor reduzido, o que corroborou para o fim dessa fase dos alternativos brasileiros.

Começava, assim, uma nova e última fase na imprensa alternativa brasileira.

2.2.3 O declínio da imprensa alternativa – 1979 a 1982

A terceira e última fase da imprensa alternativa brasileira tem como particularidade a aproximação com os sindicatos e com os

²³ Nessa estatística não está incluído o semanário **Pasquim**, cuja venda média era de cem mil exemplares.

partidos políticos que emergiam no fim da década de 1970²⁴. Concomitantemente, parcelas da sociedade civil e da igreja católica também desenvolveram seus jornais alternativos. É a partir dessa fase que o imaginário da revolução social, que impulsionava essa imprensa, foi gradativamente se perdendo.

Essas características transformaram esses jornais naquilo que se convencionou chamar de imprensa basista; eles se distinguiram dos outros alternativos por terem pouca articulação com os intelectuais de projeção nacional e por focarem suas reportagens nas culturas regionais. Esses periódicos buscavam dar uma visão nova da realidade, dando maior valor ao universo cotidiano. Outra particularidade dessa fase é que a maioria dos jornalistas que integravam os jornais basistas era jovens recém-formados em busca de trabalho e que procuravam fugir de um alinhamento ideológico existente em outros espaços alternativos. Nesse sentido, os projetos desses jornais possibilitavam aos jornalistas a prática jornalística. Pode-se dizer, então, que tais periódicos foram “as mais importantes tentativas de construção de um jornalismo alternativo”(KUCINSKI, 1991, p. 104), pois tentavam não se alinhar com qualquer corrente ideológica.

Os principais títulos da última fase foram: o **Nanico** (1979), publicado em Belém (PA); **Hora do Povo** (1979), publicado em São Paulo, sob a tutela do PMDB; **Tribuna da Luta Operária** (1979), também publicado em São Paulo, e com forte ligação com o PC do B; e, por fim, o **Jornal dos Trabalhadores** (1982), ligado ao PT (PEREIRA, 1984, p. 25).

Perdendo força e espaço na sociedade, a imprensa alternativa também viu seu monopólio de jornalismo crítico se perder para a grande imprensa, que também se utilizou do padrão alternativo em suas publicações, como foi o caso da revista **Isto é**, do **Jornal do Brasil** e da **Folha de São Paulo**, passando a publicar suplementos com a mesma diagramação e padrão visual da imprensa alternativa. Contudo, essa absorção do discurso crítico por parte da grande imprensa teve seu fim após a greve dos jornalistas em 1979, o que levou à demissão de vários jornalistas das redações dos principais jornais brasileiros da época (KUCINSKI, 1991, p. 126-127).

Cabe destacar que alguns jornais da segunda fase ainda se mantinham em circulação e tinham vendas em torno de cinco mil exemplares por semana. Contudo, os ataques feitos principalmente pelo

²⁴ Após a Lei de Anistia e o fim do bipartidarismo, começaram a se formar aqueles que viriam a ser os principais partidos brasileiros na atualidade, como por exemplo, o PT e o PMDB.

Comando de Caça aos Comunistas, a bancas de jornal nas principais capitais do país acabaram com os últimos alternativos dos anos de 1970, ao destruírem a principal fonte de arrecadação dos jornais.

Sendo assim, a terceira fase marca o fim da experiência alternativa na imprensa brasileira. Fim que vai concretizar-se com a absorção total dos alternativos pelos partidos políticos e pelos sindicatos. Contudo, para se entender essa experiência, é preciso compreender o porquê de esses jornais terem recebido a nomenclatura de alternativos.

2.3 SOU UM ALTERNATIVO: DEFINIÇÕES SOBRE A IMPRENSA ALTERNATIVA E O USO DESSA TERMINOLOGIA

As definições sobre as características que determinam e que separam a tipografia alternativa de outro tipo de imprensa não são consenso, e, de maneira alguma, são entendidas como homogêneas por jornalistas, pesquisadoras e pesquisadores.

De acordo com Karina Woitowicz, a imprensa alternativa era aquela “voltada a demandas e interesses sociais, que não atuam nos limites do mercado tradicional [...] da informação” (WOITOWICZ, 2009, p. 13). Raimundo Pereira, jornalista e um dos editores do **Movimento**, define a imprensa alternativa como uma “imprensa democrática, nacionalista e popular de resistência ao modelo em implementação”(PEREIRA, 1986, p. 61). Já Sônia Moreira conclui que se “convencionou chamar de alternativos os jornais e revistas que nasceram nos últimos vinte anos (1964-1984) e não estavam ligados, via cordão umbilical, à chamada grande imprensa ou imprensa oficial” (MOREIRA, 1984, p. 17). Outros dois pesquisadores seguem perspectiva semelhante sobre essa imprensa. Regina Festa(1986, p. 16), argumenta que

o termo imprensa alternativa é de domínio comum da sociedade brasileira e identifica um tipo de jornal tablóide ou revista, de oposição, dos anos 70, cuja venda era feita em bancas ou de mão em mão. Eram publicações de caráter cultural, político e expressavam interesses da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia. Eram espaços nos quais os grupos de oposição ou frentes políticas emitiam uma corajosa condenação ao regime político.

Já Raimundo Pereira (1986, p. 55-56), sobre a definição do que foi essa imprensa, afirma que,

enquanto a grande imprensa brasileira tomava o rumo da monopolização impulsionada pelo grande capital nacional e internacional e, a despeito de divergências de setores seus com o regime político, o apoiava, a imprensa alternativa foi (sim) expressão da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia, defendeu interesses nacionais e populares, portanto, condenava o regime.

Por fim, temos a definição de Leila Miccolis (1986, p. 3-4) que, ao organizar o **Catálogo de Imprensa Alternativa** para o Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular do RIOARTE²⁵, definiu que

em matéria de alternativos tudo pode acontecer – de revistas de luxo a páginas datilografadas, de encartes que crescem tanto a ponto de se transformarem em revistas suplementos e colunas literárias que divulgam notícias e textos sobre produção independente, mesmo dentro de jornais da grande imprensa. Diante disso, o critério que adotamos para definir o que seria alternativo, foi o de listar o que oferecesse algum tipo de resistência contracultural, no sentido amplo.

A partir desse leque de definições a propósito do que foi essa imprensa, pode-se dizer que ela tinha o objetivo de ser a porta-voz dos movimentos sociais e políticos que foram estabelecendo-se no decorrer do regime militar brasileiro. Em outras palavras, buscava “dar espaço e publicidade aos grupos postos à margem dos processos políticos, econômicos e sociais. São, portanto, jornais-instrumentos antes de serem jornais ideologia. Sua proposta é a de serem apenas porta-vozes e não condução desses movimentos” (FILHO, 1986, p. 141). E não apenas isso, a imprensa alternativa serviu igualmente aos interesses de uma parcela das classes média e alta, que almejava ganhar espaço no cenário econômico e político brasileiro.

²⁵ O RIOARTE é um órgão vinculado à Secretaria Municipal da Cultura do Rio de Janeiro.

Dessa maneira, compreendo essa imprensa como uma opção que vem a ocupar, das mais variadas formas, os espaços deixados pelo tipo de imprensa que segue o modelo convencional (a grande imprensa). A imprensa alternativa não tinha a pretensão de ser neutra, mas de realizar um jornalismo engajado, orientado a apresentar na notícia a opinião, ou da redação, ou da pessoa que escreveu. Sua forma de atuação tenta restaurar a opinião do jornalista, fugindo, assim, da chamada homogeneização das matérias, fato comum na imprensa tradicional. Pode-se dizer que o desejo dessa imprensa “é o de informar e procurar a verdade, sem fazer disso um negócio” (AQUINO, 1999, p. 121).

Além disso, a imprensa alternativa tinha algumas características peculiares: a tiragem era reduzida se comparada à grande imprensa; um poder de repercussão muitas vezes restrito à cidade onde era editada; ausência quase absoluta de um esquema empresarial; falta de suporte financeiro adequado; e a quase inexistência de publicidade em suas páginas.

Relativamente ao uso do termo “alternativo” para esse tipo de imprensa, Sérgio Caparelli (1982, p. 44) explica que

é um dos termos mais apropriados, principalmente porque esse conceito sugere imediatamente referência ao contexto de seu aparecimento. Alternativa indica uma relação com outro, um alter que chama a si os que se desviam de um caminho inicial, no caso, a imprensa tradicional. Aqui, alternativa poderia ser do ponto de vista do produtor, que, não contente com a imprensa tradicional, se propõe elaborar ele mesmo seu produto. Ou do leitor, que no mercado capitalista das ideias, tem opção a uma maior diversidade de conteúdos, fugindo ao monopólio dos grandes grupos que reforçam o *status quo*.

Nesse sentido, concordo com Caparelli, pois os jornais que compunham esse nicho apresentavam, em sua maioria, as características elencadas pelo autor. Seus idealizadores buscavam espaços e formas de alertar acerca dos problemas enfrentados por parte da sociedade civil: a tortura contra presos políticos, os abusos por parte das forças policiais, os problemas econômicos enfrentados pelas classes assalariadas, assim como as questões trabalhistas e informações a respeito dos movimentos sociais do período. Contudo, vale frisar, os alternativos não formavam

uma massa homogênea, tinham diferenças e, em razão disso, foram divididos conforme seu projeto editorial ou ideológico.

2.4 OS ALTERNATIVOS TAMBÉM FORAM CLASSIFICADOS

Os periódicos que compuseram esse nicho alternativo, além de terem variadas definições, também foram classificados por pesquisadores e pesquisadoras, conforme algumas características de suas matérias ou artigos. Bernardo Kucinski, por meio de sua concepção de alternativo, divide-os em duas categorias: os políticos e os da contracultura.

Os periódicos políticos tinham como principais características uma concepção marxista muito presente nos meios estudantis dos anos de 1960 e os ideais de valorização do nacional e do popular, oriundos da década de 1950. Esses periódicos foram, segundo Kucinski (1991, p. 14),

os únicos em toda a imprensa brasileira a perceberem os perigos do crescente endividamento externo [...] e o agravamento das iniquidades sociais. Revelaram novos personagens do nosso cenário, como os boias-frias, protagonizaram em suas páginas os movimentos populares de reivindicação e de protesto e discutiam os temas clássicos das esquerdas, o do caminho da revolução brasileira, as táticas e estratégias de oposição [...].

Entretanto, a afirmativa de que os periódicos alternativos políticos foram os únicos órgãos da imprensa a darem protagonismo aos movimentos sociais em suas páginas é rebatida por Cíntia Lima Crescêncio, em sua dissertação de mestrado (2012), ao constatar que a revista **Veja** também possibilitou o protagonismo de um dos movimentos sociais mais fortes do período: os movimentos feministas no Brasil, principalmente após o ano de 1975²⁶.

Já os periódicos alternativos da contracultura tinham suas origens nos movimentos de contracultura estadunidense, no anarquismo, e, principalmente, no existencialismo de Jean Paul-Sartre. Seus artigos e

²⁶ O ano de 1975 foi considerado pela ONU como o ano internacional da mulher. Ver, a esse respeito: PINTO, Céli Regina Jardim. Op. cit., 2003.

suas matérias atacavam o autoritarismo dos costumes e o moralismo, defendidos pela classe média. Todavia, esses periódicos mantiveram-se

nos marcos de uma cultura convencional de esquerda e da crítica intransigente. Seus protagonistas, muitos deles antigos militantes, haviam adotado o existencialismo como uma fuga instintiva do dogmatismo das esquerdas, e da própria realidade opressiva, do que como adesão a uma nova acepção de ser. Não criticavam a cultura estabelecida das esquerdas; apenas, não mais a adotavam como uma filosofia de vida(KUCINSKI, 1991, p. 15).

Apesar dessa divisão entre as propostas de jornais, o autor afirma que ambas as categorias emergiram

da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade (KUCINSKI, 1991, p. 16).

Refletindo acerca dessa divisão, tenho em mente que ela pode ser questionada, uma vez que qualquer jornal é político. Um jornal político é aquele que defende e propaga uma determinada ideologia, motivo pelo qual cabe a pergunta: qual jornal não é ideológico? Em minha opinião, todo jornal é ideológico independentemente de sua matriz teórica ou classe social. Além disso, compreendo que ideologia é uma forma de política defendida por uma determinada camada social. Tal atuação política tende a naturalizar certos acontecimentos ou fatos, isto é, falsamente apresenta seus ideais como neutros e objetivos(CHAUI, 1980).

Sendo assim, não concordo com a divisão feita por Kucinski em seu livro. Acredito que realizar uma divisão entre os vários tipos de periódicos alternativos do período é uma forma de hierarquização, colocando os identificados como políticos em um patamar de luta superior aos demais. Dessa maneira, prefiro não dividir a imprensa alternativa, mas situá-la em uma única vertente: o da imprensa opinativa. Esse termo leva ao entendimento de que o jornal e seus

jornalistas não se escondem por detrás de uma ideologia, que não têm medo de opinar, de firmar posição, e, sobretudo, de defender ideias.

Cabe destacar que a grande imprensa também é opinativa. O que a diferencia é que a imprensa alternativa assume que é opinativa, e as demais entendem que fazem jornalismo neutro, tanto que, quando são opinativas, os artigos são assinados.

2.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMPRENSA ALTERNATIVA

Com base no breve histórico apresentado e na exposição de algumas peculiaridades da imprensa alternativa brasileira, pode-se perceber que os jornais alternativos não visavam ao lucro como objetivo principal, viam qualquer forma de acumulação como um roubo, baseando-se na teoria da acumulação primitiva de Marx. Alguns desses jornais chegaram a ter lucro com as vendas; seus idealizadores, no entanto, não reapplicavam no jornal, exemplo máximo desse tipo de ação foi o **Pasquim**. Compactuavam com as ideias de Gramsci, de que os jornais eram entidades autônomas, e que funcionariam como uma das bases para a formação de uma consciência crítica (GRAMSCI, 1982). As redações, por mais que fossem democráticas, rompiam invariavelmente após divergências políticas – brigas entre trotskistas e leninistas –, e desses rachas novos jornais surgiam.

Esses jornais foram cruciais nos anos de 1970, pois eles representaram um espaço de organização política e, mais precisamente, de organização ideológica das esquerdas durante o regime ditatorial, uma vez que a história da imprensa alternativa brasileira desse período alinha-se com a história das esquerdas. Vale destacar, ainda, que esses jornais “eram muito bem escritos e foram responsáveis pela formação [...] das gerações que vieram a transformar esse país (posteriormente)” (CHINEN, 2004, p. 12).

Podemos afirmar também que tais periódicos funcionaram de maneiras distintas. Primeiramente, foram espaço de resistência, depois serviram como ponte que vinculou a política clandestina à política do espaço público, quando passaram a divulgar os problemas sociais enfrentados pela maioria da sociedade brasileira e, por fim, serviram de trampolim para a divulgação dos ideais e das bandeiras de muitos dos movimentos sociais emergentes do período, como os feminismos. Dessa forma, pode-se afirmar que tais jornais

expressam(ram) projetos e reivindicações das classes trabalhadoras e grupos minoritários. Os periódicos, porta-vozes desses setores da sociedade representam(ram) instrumentos de luta muito eficazes: são também fonte documental valiosa para a reconstituição da história dos movimentos sociais (CAPELATO, 1998, p. 10).

Contudo, devemos ressaltar que a exposição das causas e das pautas feministas nem sempre foi total,

[...] pois ao mesmo tempo em que os jornais davam espaço para as lutas das mulheres, por vezes, recaíam em contradições, próprias das disputas no interior do movimento de esquerda e das questões de gênero implicadas nas reivindicações das mulheres (WOITOWICZ, 2009, p.42).

E são essas contradições, essas disputas, essas questões e tensões de gênero e os discursos que foram produzidos por meios dessas lutas, publicados no jornal **Movimento**, que pretendo analisar no capítulos 3 e 4. No entanto, nosso foco agora é o surgimento do jornal, sua ligação com o PC do B e seu fechamento.

2.6 SURGE O JORNAL DOS JORNALISTAS – MOVIMENTO

Conforme apresentado anteriormente, a imprensa alternativa brasileira não era homogênea, as disputas eram constantes, principalmente por leitores. Mas existiam também disputas internas nas redações entre grupos de jornalistas e ao mesmo tempo entre a redação e o dono do jornal. A maioria das brigas internas estava relacionada a questões ideológicas, pois praticamente todos os que escreviam, ou tinham relação direta com a imprensa alternativa, ou estavam ligados a algum grupo político brasileiro do período. Porém, foi uma briga envolvendo o dono do principal alternativo da época (**Opinião**) e o redator-chefe Raimundo Rodrigues Pereira²⁷ que tornou possível a criação do **Movimento**.

²⁷ Raimundo Pereira Rodrigues nasceu no estado de Pernambuco e novo se mudou para o estado de São Paulo com a família. Lá se formou no ensino médio e se tornou aluno do Instituto Tecnológico da Aeronáutica entre os anos de 1960 e 1964, quando foi expulso após o

A saída de Raimundo Pereira do **Opinião**, juntamente com parte de sua equipe de jornalistas, foi anunciada em 7 de março de 1975, na edição número 122. A edição desejava sucesso ao projeto de novo jornal que o grupo pretendia fundar dentro dos princípios de independência e liberdade. O projeto de jornal de Raimundo demorou aproximadamente cinco meses para ser colocado em prática. A ideia principal foi criar um jornal no qual não existisse uma espécie de dono que pudesse intervir nas reportagens ou na redação; além disso, a ausência de um dono dava ao periódico um caráter de cooperativa, o que fica evidenciado com a passagem a seguir do folheto de promoção do jornal:

[...] o jornal não será de um dono. Não terá, portanto, crises do tipo das que abalaram recentemente e tem abalado ou mesmo destruído sistematicamente o trabalho de várias equipes de jornalistas e intelectuais que, a certa altura de seus projetos, entravam em choque direto com o *proprietário* da publicação. Este acabava impondo sua decisão pessoal sobre a equipe, mesmo que decidisse contra a qualidade e os princípios de funcionamento da publicação [...] (Folheto de promoção do Movimento, abr. 1975).

Esse ideal da ausência de um dono e o caráter cooperativista é entendido aqui como um novo discurso dentro da imprensa alternativa brasileira. Raimundo tinha como objetivo diferenciar seu jornal dos outros que compunham esse nicho, afirmando ser esse novo jornal um local verdadeiramente democrático. Mais do que isso, o discurso de um periódico elaborado por jornalistas, sem interferências ou censura interna, acabou também funcionando como um atrativo para muitos profissionais dos meios de comunicação.

Para efetuar o lançamento de seu projeto jornalístico, Raimundo Pereira realizou uma campanha para arrecadação de fundos. Ao todo foram arrecadados, ao fim da campanha, aproximadamente cem mil dólares, dinheiro suficiente para o jornal **Movimento** iniciar sua

golpe dado no mesmo ano. Se formou posteriormente em Física pela Universidade de São Paulo e passou a atuar em diversos veículos de comunicação da capital paulista pertencentes a editora Abril até o ano de 1970. Foi um dos principais jornalistas da época do governo civil-militar, tendo atuado em dois dos principais periódicos alternativos do Brasil. Com o fim da imprensa alternativa, Pereira retornou a grande imprensa, trabalhando como jornalista na revista **IstoÉ**. Atualmente contribui em pequena escala para as revistas **Carta Capital** e **Caros Amigos**.

história. Diversos setores da sociedade contribuíram com a campanha; dentre eles, destacam-se os deputados do MDB eleitos em 1974 para o Congresso (CHINEM, 2004).

Durante o processo de arrecadação de fundos para o lançamento do jornal, a equipe de jornalistas, que havia saído juntamente com Raimundo Pereira do **Opinião**, e o próprio Raimundo reuniram-se e decidiram criar dois conselhos: o conselho editorial, formado por nove personalidades (entre elas: Fernando Henrique Cardoso, Chico Buarque de Holanda, Orlando Villas-Boas, Audálio Dantas e Hermillio Borba Filho), e o conselho de redação, composto pelos próprios jornalistas. Esses dois conselhos eram responsáveis pelas decisões do jornal. Além disso, ficou decidido, nessa reunião, o programa político do jornal, que consistia em

apresentar, analisar e comentar os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais da semana; descrever a cena brasileira, as condições de vida da gente brasileira; acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros pelas liberdades democráticas, pela melhoria da qualidade de vida da população; contra a exploração do país por interesses estrangeiros; pela divulgação dos reais valores artísticos e culturais do povo; pela defesa de nossos recursos naturais e por sua exploração planejada em benefício da coletividade (**Movimento**, 7 jul. 1975,p. 1).

Concomitantemente, o jornal afirmava ser um local de divulgação das bandeiras e dos ideais de movimentos sociais brasileiros do período. Voltando para a campanha de arrecadação, esta captou dinheiro suficiente para que Raimundo Pereira e seu grupo de jornalistas pudessem, enfim, colocar em circulação, no Brasil, o jornal dos jornalistas – o **Movimento**.

2.6.1 O lançamento, a ligação política e o fim do jornal

Com o dinheiro da campanha em caixa, o jornal **Movimento** foi lançado em 7 de julho de 1975 na cidade de São Paulo dizendo-se ser “um jornal democrático e popular, independente e pluralista”(MOVIMENTO, 7 jul. 1975, p. 1); porém, diferentemente de alguns alternativos brasileiros, o **Movimento** foi distribuído já sob o regime de censura prévia. A censura foi imposta pelo fato de o jornal ter sido considerado pelo governo federal como “um atentado a segurança

nacional”(CHINEN, 2004, p. 120). Possivelmente o motivo para ser acusado de ser um atentado à segurança nacional foi a forma como o jornal ironizou os contratos de riscos que o governos pretendia efetuar²⁸.

A atuação da censura no jornal foi forte e perdurou por três anos, o que fazia com que a cada semana a equipe do jornal preparasse três ou quatro opções de capa, tudo fruto da censura prévia do governo (CHINEN, 2004, p. 121). Mesmo sofrendo com a censura, o primeiro exemplar do jornal vendeu aproximadamente 21 mil exemplares, valor abaixo da meta de trinta mil (KUCINSKI, 1991, p. 300). A questão da vendagem será um problema constante para o jornal no decorrer de sua vida.

As vendas do jornal continuaram abaixo das metas estipuladas pelos seus idealizadores até seu fechamento. O jornal vendia em média oito mil exemplares por edição e, em seu último mês de vida, as vendas não passavam de três mil exemplares. Esse desastre de vendas estava fortemente atribuído, segundo Kucinski (1991), à censura, uma vez que esta atrasava a distribuição; e as despesas operacionais e materiais adicionais (KUCINSKI, 1991, p. 301). A baixa vendagem foi umas das causas do fechamento do jornal em 23 de novembro de 1981 (o último exemplar a circular – número 344 – apresenta os motivos para o fechamento), após a realização de uma convenção nacional dos trabalhadores do jornal no dia 15 do mesmo mês e ano. Porém, duas ligações políticas também influenciaram para o seu fechamento; primeiramente a ligação com o PC do B e, posteriormente, com o recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT).

A influência do PC do B, no jornal, teve início já em 1975 com a entrada de antigos dirigentes da AP e do partido, saídos das prisões em São Paulo, no setor de vendas e distribuição. A disseminação dos ideais do partido no jornal ocorre; porém, a maior influência acontece por meio de Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira, ex-dirigente da AP, que escrevia secretamente a mais famosa coluna semanal do jornal, os *Ensaios Populares*. E é em razão das ideias defendidas pela coluna que as divergências internas tomaram forma. Alguns grupos acusavam a coluna de defender o retorno às velhas concepções do partidão²⁹, outros a

²⁸ Os contratos de risco eram referentes à exploração de petróleo no Brasil por empresas estrangeiras. Segundo esses contratos, tais empresas teriam acesso a determinadas áreas, onde com recursos próprios e com seus equipamentos buscassem novas jazidas. Caso fosse encontrado petróleo, o governo garantia vantagens na sua exploração. Do contrário, os custos da operação ficariam com as empresas exploradoras.

²⁹ Nome popular e costumeiramente utilizado para se referir ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

acusavam de atraso intelectual (KUCINSKI, 1991, p. 310). O certo é que tal disputa levou ao racha na redação em 1977 e, por conseguinte, à total assimilação da doutrina do PC do B pelo jornal. Essa total assimilação do discurso doutrinário do partido pode ser um dos motivos pelo qual determinados movimentos sociais, que emergiam no período, fossem colocados de lado pelo jornal ou fossem considerados menos importantes em relação à luta maior.

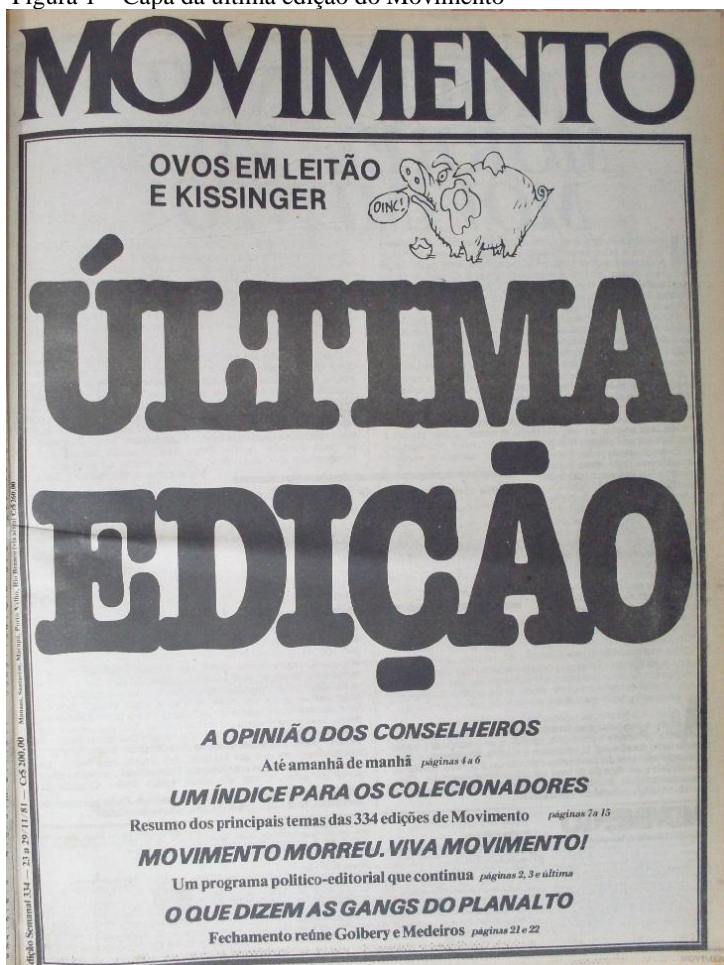
A ligação com o partido acabou levando o periódico a ter uma única tendência política, e isso atacou diretamente as vendas do jornal, que caíram para em torno de 4,5 mil exemplares. Outro motivo para a queda nas vendas foi o lançamento do semanário **Em Tempo**, pertencente ao grupo que havia saído do **Movimento**. Tal jornal acabou atraindo vários leitores do **Movimento**, que não concordavam com as teorias do PC do B. Contudo, essa relação entre o jornal e o partido começa a ruir mais fortemente a partir de 1978, com a briga declarada entre Raimundo Pereira e Antonio Neto Barbosa, ex-dirigente da AP, cujo objetivo era assumir o controle do jornal.

Outros pontos que levaram ao rompimento, segundo Kucinski (1990), foram a forma como o jornal tratou do movimento operário a partir de 1978, pois até o próprio editor-chefe tinha dificuldade em aceitar a importância do movimento (algo que ocorreu com outro movimento importante no período – o Feminismo); a posição do jornal no que concerne à avaliação do partido sobre a guerrilha no Araguaia, o jornal publica primeiramente uma crítica feita por Pedro Pomar à forma como a guerrilha foi implantada e, posteriormente, uma entrevista com José Genoíno (as bases do partido acusam o jornal de ser um porta-voz de uma facção); e, por fim, à lei de anistia, em 1979, que possibilitou ao PC do B lançar seu próprio jornal, o **Classe Operária**, publicação que retirará, assim como o **Em Tempo**, parte dos leitores e das leitoras do **Movimento**.

Com a perda do apoio do partido e a saída de parte de sua equipe de jornalistas a partir de 1979, entre eles Duarte Pacheco, Raimundo Pereira tentou uma última cartada para salvar o jornal: atrair antigos militantes do PC do B que estavam escrevendo críticas ao partido em outros alternativos e que formavam o PC do B-esquerda. Porém, a maioria desses militantes já estava flertando com um novo partido, o PT, e tinha, como intenção, transformar o jornal em um instrumento partidário. Temendo que isso ocorresse, Raimundo propõe o fechamento do jornal e teve sua decisão acatada em 15 de novembro de 1981, em uma convenção nacional de trabalhadores do Movimento. Uma semana depois circulava a última edição do periódico, explicando os motivos

para o seu fechamento. A capa da última edição, número 334, pode ser vista na Figura 1.

Figura 1 – Capa da última edição do Movimento



Fonte: Movimento (1981)

Após esse sucinto histórico sobre o jornal, volto brevemente meu olhar para a questão de o periódico se afirmar como um local de divulgação de ideais e de bandeiras dos movimentos sociais, como apresentei anteriormente. No caso desta pesquisa, o foco são as questões ligadas aos movimentos Feministas.

2.6.2 Democrático e popular, até certo ponto

Tomando por base o que observamos no programa político apresentado anteriormente, é possível verificar que o jornal tinha como público-alvo as camadas mais populares da sociedade brasileira, buscando ser um contraponto ao caráter intelectual do **Opinião** (KUCINSKI, 1991, p. 289), o que certamente não ocorria, uma vez que, seu público-leitor era composto basicamente por pessoas ligadas as esquerdas. Concomitantemente a isso, o jornal propunha-se a ser um local de divulgação das bandeiras ou ideais dos movimentos sociais que emergiam no Brasil, dentre eles o Feminismo. Exponho e realizo a seguir uma breve análise de algumas reportagens, notícias e capas veiculadas no jornal, relacionadas com as mulheres e os feminismos, como exemplos do espaço dado pelo jornal aos movimentos sociais do período. A primeira delas refere-se a uma reportagem sobre o dia Internacional da Mulher, publicada no número 37, de 15 de março de 1976 (Figura 2).

Figura 2 – O dia internacional da Mulher³⁰



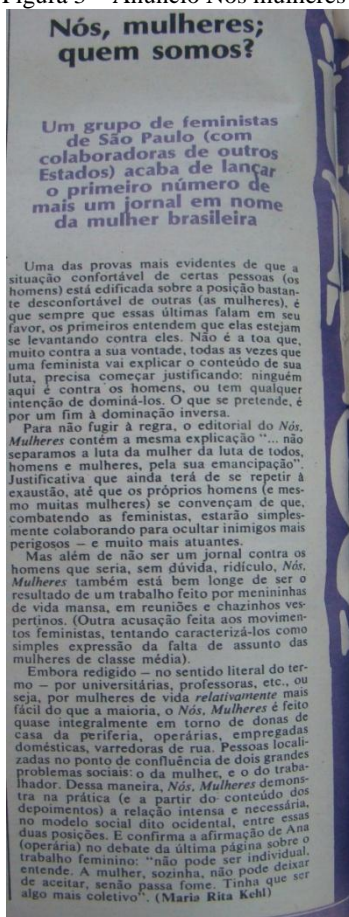
Fonte: Movimento (1976)

Contudo, ao ler a notícia, percebe-se que ela é apenas um breve relato a respeito de uma reunião realizada em 8 de março, no anfiteatro do Museu de Artes de São Paulo, informando quais grupos participaram e o que foi apresentado por cada uma das representantes dos grupos. Cabe aqui destacar que a reportagem não tem autoria, algo que, como veremos adiante, será uma prática comum no jornal. Além disso, não encontramos na reportagem nenhum trecho dos textos das

³⁰ No apêndice A encontra-se a transcrição desta fonte.

representantes, o que nos leva a crer que um dos sentidos, dentre os vários que o texto pode ter (ORLANDI, 2012), é o de dar pouca importância para o que as mulheres estavam falando ou reivindicando na citada reunião. Levanto essa hipótese, baseado na ideia de que todo veículo de informação é composto por um intrincado processo de produção de sentido de constituição de sujeitos e não de simples transmissão de informação (ORLANDI, 2012, p. 21).

Outras notícias relacionadas às feministas ou às suas bandeiras igualmente foram veiculadas, como a divulgação do lançamento do jornal **Nós Mulheres** (Figura 3). O texto publicado, diferentemente da reportagem citada anteriormente, é composto em maior escala pelo editorial do jornal, mais especificamente sobre o feminismo ser divisionista. Além disso, a reportagem apresenta a autoria de Maria Rita Kehl, algo que não ocorreu na anteriormente citada. É preciso lembrar que tal notícia foi veiculada em 1979, no número 184, de 14 de janeiro do respectivo ano, e que os movimentos feministas já haviam conquistado um espaço maior dentro da sociedade brasileira e se tornado um dos principais movimentos sociais do período, o que pode ser considerado um dos motivos para uma mudança no discurso. Outro possível motivo para um discurso diferente é o fato de o jornal **Nós Mulheres** pertencer ao grupo dos alternativos. Porém, por mais que o jornal possa ter se modificado discursivamente em relação ao feminismo, a localização periférica da notícia na página (parte inferior direita da página direita) leva-nos a crer que o jornal, por mais que desse espaço, ainda não dava o destaque devido ao tema.

Figura 3 – Anúncio Nós mulheres³¹

Fonte: Movimento (1979)

Outras questões ligadas às mulheres também foram alvo de reportagens do jornal, dentre elas o trabalho e o uso da pílula anticoncepcional. Em relação à primeira temática, o jornal preparou uma edição especial que discutia a situação das mulheres no Brasil; no entanto, a censura proibiu sua circulação, uma vez que o governo não via com bons olhos a divulgação de ideais ou de questões relacionadas a movimentos sociais. Isto é, tal ação entra na lógica da interdição de

³¹ No apêndice B encontra-se a transcrição desta fonte

Foucault, em que se sabe “bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”(FOUCAULT, 2009, p. 9). Essa situação foi explicada posteriormente na reportagem “É proibido falar de mulheres”, de 12 de junho de 1978, que revelava a proibição por parte dos censores de temas ligados às mulheres. Nessa edição, o jornal divulgou que

o Dia Internacional da Mulher estava próximo. Numa das reuniões de pauta decidimos que era necessária uma edição especial, onde pudesse aprofundar os debates em torno do papel da mulher no Brasil [...] O esforço foi realmente grande – cerca de 40 jornalistas participaram do trabalho e o resultado, extraordinário: o mais completo levantamento, em termos de pesquisa e reportagens já feito no país em torno do tema. O contra-esforço da censura, no entanto, não foi menos: praticamente vetou tudo, 337 laudas de texto, 65 ilustrações. Mais de 80% do material enviado [...] (**Movimento**, 12 de jun. 1978).

Ao que tudo indica, o jornal mostrou-se atento à situação das mulheres no país, principalmente no que diz respeito às trabalhadoras e aos setores de base. Várias foram as reportagens que trataram da questão do trabalho das mulheres nas fábricas, como veremos no próximo capítulo, porém acredito que um dos motivos para tal atenção seja o fato de que grande parte da esquerda no país considerava as mulheres trabalhadoras de fábrica parte do proletariado e não integrantes do movimento Feminista, considerado muitas vezes como divisionista e pequeno burguês³². Um dos exemplos desse discurso de que o feminismo era divisionista ocorreu durante o II Congresso da Mulher Paulista (1980). O evento reuniu, segundo Elizabeth Cardoso (2004, p. 40),

[...] aproximadamente 4 mil mulheres no Tuca, teatro da PUC/São Paulo. A movimentação foi vista como momento ideal para os partidos de esquerda (ainda na clandestinidade) conquistarem a força política e convencerem as mulheres de que **o feminismo era separatista** e não contribuía

³² Termo utilizado para denominar pessoas que pertencem a classe média abastada e que cultivam um estilo de vida fortemente ligado ao capitalismo.

para os ideais de uma sociedade mais justa para todos (homens e mulheres). (grifo nosso)

Dentre os partidos de esquerda que participaram de tal ação, conforme Cardoso, está o PC do B, partido que tinha fortes ligações com o *Movimento*, questão que abordaremos no capítulo seguinte.

O uso da pílula e sua inserção na sociedade brasileira também foram temas de reportagens especiais no **Movimento**, assim como matéria de capa (Figura 4). Conforme aponta Joana Maria Pedro, “[...] enquanto em lugares como a França a pílula somente foi liberada para consumo em 1967, no Brasil a pílula anticoncepcional e o DIU foram comercializados sem entraves desde o início da década de 1960” (PEDRO, 2003b, p. 241). Com base na citação, podemos verificar que os dois métodos anticonceptivos foram introduzidos no Brasil antes de países como a França, país onde os Feminismos ganharam grande repercussão em virtude de sua força e pela disseminação de seus ideais pelo mundo. O motivo para a implantação dos dois métodos com antecedência] no Brasil foi o de controle de natalidade das camadas mais populares, e não sua relação com os Feminismos. Porém, é preciso lembrar que, segundo Suely Gomes Costa, os movimentos feministas no Brasil empreenderam campanhas contra políticas de controle populacional, uma vez que tais campanhas viam o uso da pílula como uma forma de controle do corpo (COSTA, 2002, p. 316).

Figura 4 – Capa sobre a pílula



Fonte: Movimento (1976)

Diferentemente do posicionamento dos Feminismos, o jornal, por meio tanto da capa como das reportagens veiculadas no interior desse número especial (número 47, de 24 de maio de 1976), acreditava que o controle populacional era uma forma de o governo controlar o tamanho do proletariado e, também, o futuro. No que se refere à capa dessa edição, podemos perceber um tom apelativo, tanto no texto como na

imagem. Esse tom tinha como objetivo conquistar a leitora e o leitor, haja vista que a temática era de interesse nacional, assim como dos movimentos sociais e de resistência. Diferentemente de outros meios de comunicação que abordaram o tema³³, é possível identificar o compromisso mais popular do jornal nessa capa, ao relacionar a imagem com o título da chamada, indo de encontro com a ideia que se tinha de controle do crescimento populacional das camadas menos favorecidas e das massas trabalhadoras.

Sendo assim, com base no que foi até agora exposto, gostaria de levantar algumas questões, não necessariamente provocativas, mas que possam ajudar a compreender a forma como os feminismos, suas bandeiras e questões de gênero foram abordados nas páginas do jornal. Para isso, busco nas próximas páginas contextualizar a leitora e o leitor sobre o que foram os movimentos feministas, considerados por muitos como uns dos principais movimentos sociais do país nos anos de 1970 e 1980. Apresento, então, seu emergir, seus debates, suas reivindicações e as disputas com a esquerda brasileira do período.

2.7 MULHERES UNIDAS – O FEMINISMO SE (RE)ELABORA

A historiografia tende a estabelecer o ano de 1975 como o marco fundador do Feminismo de Segunda Onda no Brasil, graças à instituição pela Organização das Nações Unidas (ONU) do Ano Internacional da Mulher. Além disso, estabeleceu essa como sendo a Década da Mulher. Entretanto, vale destacar que as primeiras mobilizações de caráter feminista no Brasil iniciam antes dessa data. Joana Maria Pedro, em **Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos**, esclarece que já em meados de 1972 haviam sido formados grupos de reflexão no país (PEDRO, 2006, p. 249 -272). A pesquisadora salienta também que

tem sido constantemente referenciada a importância do Ano Internacional da Mulher e do apoio da ONU para o Brasil. Vivendo, desde 1964, em plena ditadura militar, durante a qual qualquer reunião, especialmente de grupos constantemente vigiados, era um risco muito

³³ Ver, a esse respeito: WOITOWICZ, Karina Janz. **Dizeres e fazeres feministas: a tematização dos direitos reprodutivos no movimento feminista brasileiro a partir da produção midiática alternativa**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

grande, a Década da Mulher e o Ano da Mulher proporcionaram o lançamento de vários eventos de questões relativas à Mulher. Convém destacar, antes de mais nada, que a iniciativa da ONU foi a repercussão do que estava acontecendo desde os anos 1960 e, principalmente, no início dos anos 70, em vários países da Europa e nos Estados Unidos, nos quais as manifestações feministas enchiam as ruas das cidades, para reivindicar direitos; dentre estes, o de livre disposição do corpo (PEDRO, 2011, p. 56).

Com base no exposto por Joana Pedro, considero importante refletir a propósito do contexto do feminismo antes da promulgação feita pela ONU. Uma vez que, ao afirmar ser o ano de 1975 um marco importante, a autora destaca que a ação feita pela ONU resulta das manifestações feministas ocorridas nos EUA e na Europa. Dessa forma, início descrevendo eventos que ocorreram antes de 1975, haja vista que a literatura aponta para o contexto brasileiro como sendo propício aos debates feministas – fruto da forte ligação que os feminismos brasileiros tinham com os feminismos na França e nos Estados Unidos, pois várias mulheres brasileiras viveram nesses países durante o período da ditadura. Sendo assim, é preciso relacioná-los, com o intuito de melhor delinear parte do contexto feminista brasileiro dessa época.

Ana Alice Alcântara Costa (2005, p. 10) salienta que o feminismo vai ressurgir

[...] no contexto dos movimentos contestatórios dos anos 1960 [...] Ressurge em torno da afirmação de que o “pessoal é político”, pensado não apenas como uma bandeira de luta mobilizadora, mas como um questionamento profundo dos parâmetros conceituais do *político*, até então identificada pela teoria política com o âmbito da esfera pública e das relações sociais que aí acontecem. Isto é, no campo da *política* que é entendida aqui como o uso limitado do poder social.

Ao alargar o entendimento do político, com o lema “o pessoal é político”, os feminismos de Segunda Onda levantaram novas reivindicações, que se distanciaram da luta por direitos políticos e sociais — característica marcante do feminismo de Primeira Onda do início do século XX. Além disso, essa expressão foi o lema de grupos

feministas estadunidenses, formados antes mesmo de 1968 (PEDRO, 2011). Todavia, de acordo com Joana Maria Pedro, o objetivo defendido pelas estadunidenses, de promover a construção de uma identidade comum a todas as mulheres, não foi bem aceito pelas feministas brasileiras, que tiveram uma maior aproximação com as bandeiras feministas francófonas. Um dos possíveis motivos disso residia na visão de que os EUA eram a representação do imperialismo, outra razão era o grande número de mulheres brasileiras que se exilaram na França.

Isso não impediu a circulação das ideias feministas estadunidenses pelo Brasil e pelo mundo. Prova disso, foi a entrevista dada por Betty Friedan – considerada um ícone do feminismo americano, principalmente por seu livro **Mística Feminina** – à revista **Veja** e publicada em 1971, na seção Páginas Amarelas. Outra evidência desse contato com o feminismo oriundo dos EUA foi constatado por Joana Borges em sua dissertação, na qual aponta que o livro de Friedan foi um dos mais lidos e utilizados por parte de feministas brasileiras, juntamente com o da francesa Simone de Beauvoir. Isso reflete

[...] a preocupação que as autoras brasileiras têm em estarem citando autoras feministas internacionais em seus trabalhos como uma forma de apresentarem-se inseridas em um debate mais amplo promovido pelo movimento feminista, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Caracterizando um período na história das leituras feministas, Simone de Beauvoir aparece — ao lado de Betty Friedan — como uma das autoras mais citadas nos escritos feministas nacionais deste período (BORGES, 2007, p. 100).

O **Segundo sexo**, de Beauvoir, foi publicado em 1949 na França e, desde então, virou leitura obrigatória nos estudos sobre mulheres, tendo se tornado uma das obras pioneiras dos grupos feministas e dos movimentos feministas pós-1960 no Brasil e no mundo. Em seu texto, a autora ataca a perspectiva biológica que reservava às mulheres espaços e funções determinadas. Conforme a filósofa francesa, tais limitações eram construções do social que embasavam os discursos sobre os destinos da mulher.

O contato com essas leituras foi possível, em alguns casos, ao número de exiladas na França, país onde se fundaram alguns grupos de reflexão (algo que só foi possível, por causa da maior liberdade política e de ação, diferentemente de seus países de origem) constituídos por

mulheres em situação de exílio e oriundas de países latino-americanos, que sofriam com processos ditatoriais³⁴. Cabe aqui ressaltar que o contato não se deu apenas no exterior; várias militantes que não foram ou não tiveram como ir para o exílio tiveram o contato com tais obras no Brasil³⁵. Com o retorno de uma parcela das mulheres exiladas, grupos começaram a se formar nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Esses grupos tinham como característica serem

[...] de reflexão, informais, que reuniam mulheres que se conheciam anteriormente e tinham um caráter bastante privado. As mulheres uniam-se por amizade, afinidades intelectuais e até políticas; a entrada nesses grupos acontecia por meio de convites (PINTO, 2003, p. 49).

Vários grupos constituíram-se nesse período; porém, um número preciso de quantos existiam é algo impossível de se obter. Dentre eles, alguns tiveram maior destaque, como o de Célia Sampaio e Walnice Nogueira Galvão, que, ao retornarem dos EUA e da Europa, organizaram em São Paulo um grupo de reflexão com professoras universitárias ligadas à militância política de esquerda (PEDRO, 2011, p. 52). O grupo idealizado por Branca Moreira Alves, no Rio de Janeiro, também teve importância e foi o primeiro formado na cidade no ano de 1972, tendo existido até 1973. Seu objetivo era promover debates sobre os feminismos recentes dos Estados Unidos e da Europa (PINTO, 2003, p. 54).

Entretanto, nenhum grupo obteve a ênfase que o **Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris** teve nessa época. De acordo com Céli Pinto, o grupo foi fundado em 1975 e teria sido fruto de brigas e de separações ocorridas em outros grupos existentes na cidade de Paris. Segundo a autora, “a importância do Círculo em termos ideológicos foi a presença simultânea de uma postura política de esquerda claramente identificada com a luta de classes e de um trabalho interno de grupo de reflexão no melhor estilo do feminismo europeu” (PINTO, 2003, p. 54). Dessa forma, pode-se perceber que o feminismo brasileiro oriundo da

³⁴ Destaque para o grupo fundado pela ex-militante comunista exilada em Paris, Danda Prado, chamado Grupo Latino-Americano de Mulheres. O grupo reunia-se em um café e tinha a situação da mulher como sua temática central. O grupo publicava o boletim *Nosotras*, que durou até o ano de 1976.

³⁵ Ver, a esse respeito: PEDRO, Joana Maria. Narrativas do Feminismo em países do Cone Sul (1960 – 1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

França fundamentou-se, em sua grande maioria, em uma perspectiva de esquerda, abordando temas como a luta de classe. A autora ressalta ainda que, nesses primeiros anos, as feministas brasileiras em Paris desempenhavam um importante trabalho de proselitismo, enviando material com ideias feministas para o Brasil, fazendo contato com outras organizações feministas, buscando aumentar o número de integrantes, organizando comissões e assembleias, com o intuito de promover as lutas feministas. Enquanto isso, as que estavam no Brasil mantinham-se restritas às suas reuniões privadas, fruto da política de opressão do governo (PINTO, 2003, p. 55).

Esse contato com o feminismo francês e estadunidense não foi exclusividade das brasileiras. Militantes mulheres de outros países da América Latina e, principalmente, dos que compõem o Cone Sul também sofreram influência dos movimentos feministas e suas obras³⁶. Assim como as brasileiras, o contato ocorreu durante o período em que estiveram exiladas, conforme aponta Joana Maria Pedro (2011). Outro traço que as aproximam das brasileiras está ligado à desqualificação dos feminismos dentro das esquerdas e dos grupos de resistência.

Céli Pinto destaca isso ao afirmar que “[...] o feminismo era mal visto no Brasil, pelos militares, pela esquerda, por uma sociedade culturalmente atrasada e sexista que se expressava tanto entre os gerais de plantão como em uma esquerda intelectualizada” (PINTO, 2003, p. 64). A assertiva feita por Céli Pinto aponta para um conservadorismo existente nas esquerdas, criando, assim, uma contradição. Pois o movimento feminista emergiu dos e nos espaços de esquerda – responsável por grande parte das resistências que o feminismo encontraria. Para as esquerdas, as bandeiras e lutas feministas representavam um desvio da luta por “algo” maior, representado pelo regime militar. Além disso, acusaram-nas de “estrangeirismo” – prática comum de alguns periódicos alternativos, como o **Pasquim**, por exemplo. Danda Prado, assim como Céli Pinto, ao narrar sobre as mulheres exiladas na França aponta para esses embates com a esquerda:

Fui advertida pelo “front”, naquele momento, sobre minha participação no movimento feminista e sobre o novo grupo que nós, mulheres brasileiras, estávamos criando. Perguntaram-me

³⁶ A esse respeito ver: VEIGA, Ana Maria. **Feminismos em rede?** : uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1970-1985). Florianópolis, 2009. 168 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

qual era a importância, visando o fim da luta contra a ditadura no Brasil, das questões do patriarcado, do divórcio, enfim, das diversas reivindicações feitas pelas mulheres. Aquelas pessoas que recebiam apoio do “front” brasileiro para sua integração na França deveriam, daí em diante, frequentar um novo grupo, para ter outra abordagem de discussão. Dessa maneira, eu e outras brasileiras nos afastamos dessa orientação, mesmo perdendo apoio do “front”, e mantivemos as reuniões de nosso grupo de feminismo [...] (PRADO, 2009, p. 24).

Com base nesse relato de Danda Prado, torna-se evidente a existência de obstáculos impostos pela esquerda às feministas e, mais do que isso, esses embates podem evidenciar a luta por espaços. Ao analisar os embates vivenciados pelas feministas e pela esquerda brasileira, Joana Pedro (2011, p. 68) alega que, em uma “[...] análise de gênero, poderíamos dizer que, na relação de poder com os homens, este espaço de atuação foi considerado precioso demais para ser deixado na mão exclusiva das mulheres”.

Apesar de ser evidente a existência de movimentações feministas antes do ano de 1975, é inquestionável que a instituição do Ano Internacional da Mulher e da Década da Mulher pela ONU nesse ano tenha sido positiva para os movimentos feministas. Pois, a partir dessa data, grupos que antes se reuniam no exterior podiam ser formados aqui, muito provavelmente pela proteção e a legitimação garantida pela ONU a esses grupos. Pode-se perceber essa movimentação, com a fundação e criação de diversos grupos e instituições com o intuito de discutir as questões das mulheres. Algumas dessas instituições ganharam destaque, entre elas: o **Movimento Feminino pela Anistia** em São Paulo, fundado por Terezinha Zerbini; a criação do **Centro da Mulher Brasileira** (CMB); e o grupo que realizava reuniões na **Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência** (SBPC), em Belo Horizonte, todos fundados em 1975 (PINTO, 2003, p. 56-66); além da criação dos grupos feministas **Nós Mulheres**, na cidade de São Paulo, e do **Brasil Mulher**, fundado na cidade de Londrina, no Paraná, e que, posteriormente, mudou sua sede para a capital paulista (TELLES, 2013).

A partir disso, muitas das bandeiras feministas que a esquerda buscava afastar das camadas populares começaram a ter ressonância nos sindicatos, na sociedade e na imprensa em geral. Os indicativos disso são os encontros que começaram a acontecer a partir de 1977,

principalmente para discutir a condição de trabalho da mulher: o I e II Encontro da Mulher que Trabalha (1977 e 1978); e o I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema (1978) (PINTO, 2003, p. 66), todos eles noticiados pela imprensa alternativa do período.

Sendo assim, podemos assegurar que a década de 1970 representou para o Brasil, e para o mundo ocidental, o ressignificar das mulheres na sociedade. No Brasil, esse ressignificar enfrentou várias frentes de lutas; de um lado estavam as esquerdas com suas acusações contra o movimento, alegando principalmente que ele era de divisionistas; do outro lado, o governo militar via o feminismo como uma ameaça aos costumes, à tradição e à família brasileira. Apesar dessas disputas, o que se viu na respectiva década foi a consolidação do feminismo no Brasil, pois, como afirma Céli Pinto (2003, p. 66), “[...]o movimento feminista existia no Brasil. Frágil, perseguido, fragmentado, mas muito presente, o suficiente para incomodar todos os poderes estabelecidos, tanto dos militares como dos companheiros da esquerda”.

A presença e o incômodo apontados por Céli Pinto são perceptíveis nas páginas da imprensa tradicional do período, como apontou Cintia Crescêncio. Mas é nos alternativos que a presença se dá em maior escala. Por isso, tentar compreender as formas como o movimento feminista foi abordado por esse tipo de imprensa; quais os discursos produzidos acerca dele, a repercussão social que esses discursos tiveram; e como as questões de gênero foram tematizadas pela imprensa opinativa é de suma importância para ter um melhor entendimento da força desse movimento na sociedade. Além disso, debruçar-se nesse tipo de imprensa possibilita a verificação das formas como o movimento modificou-se, transformou-se e, principalmente, buscou outros/novos espaços para divulgar, mesmo que indiretamente, suas bandeiras. Assim sendo, busco nos próximos capítulos, articular essa história às páginas do jornal **Movimento**, debruçando-me especificamente sobre duas temáticas abordadas pelo jornal: o trabalho feminino e o aborto.

3 HÁ DIFERENÇA, MAS A CULPA É DO SISTEMA: O TRABALHO DAS MULHERES PERPASSA PELO MOVIMENTO

[...]alguns confundem ‘trabalho feminino’ com as funções domésticas, os cuidados com a família e a casa; já outros entendem que ele envolve as atividades remuneradas realizadas no próprio domicílio e mesmo a participação das mulheres no mercado de trabalho. Neste último sentido, o trabalho chegou a ser questionado como elemento impeditivo das ditas ‘funções naturais’ das mulheres, as de mãe e esposa (BORELLI; MATOS, 2012, p. 127).

Seguindo o pensamento da citação inicial, é possível verificar, por meio da historiografia, que as mulheres sempre trabalharam, mesmo quando não se buscou evidenciar tais ações ou suas atividades foram consideradas sem validade. Desde o início do século XX, tem-se percebido o aumento da participação das mulheres no mundo do trabalho fora do lar, principalmente ocupando cargos nas indústrias têxteis, nos quais “mulheres e meninas eram cerca de 70% do total da mão de obra empregada” (BORELLI; MATOS, 2012, p. 128). Essa participação, porém, começou a cair a partir da década de 1930, quando o número de mulheres trabalhadoras no universo fabril brasileiro representava 33% da mão de obra, concentrando-se, a grande maioria, ainda na indústria têxtil (51%) (BORELLI; MATOS, 2012, 134).

Contudo, durante o período de vigência do regime militar brasileiro, mais especificamente nas décadas de 1970 e 1980, ocorreram mudanças na participação das mulheres nas indústrias brasileiras, assim como na diversificação dos trabalhos realizados por elas. A mudança nas décadas destacadas deve-se a uma maior inserção das mulheres nas indústrias metalúrgicas brasileiras, conforme aponta Elisabeth Lobo em pesquisa sociológica realizada, no decorrer da década de 1980, em fábricas e metalúrgicas fixadas no ABC Paulista:

A participação das mulheres na força de trabalho do setor industrial no Brasil passou por mudanças, tanto quantitativas quanto qualitativas, que se traduziram no aumento global da porcentagem de operárias e na modificação de sua distribuição entre os diferentes ramos industriais [...]

principalmente (em) determinados segmentos da indústria metalúrgica (LOBO, 1991, p. 17).

Esse aumento da participação feminina no mundo industrial não significou necessariamente que certas divisões sexuais do trabalho deixassem de existir, elas, muito pelo contrário, passaram a ter mais visibilidade. As principais diferenças entre homens e mulheres funcionários das indústrias no período são, segundo a mesma autora,

[...] salário mais baixo para as mulheres em relação aos homens e a diferença se acentua com a idade; na produção, as mulheres se concentram em empregos classificados como não-qualificados ou semiquualificados; as tarefas realizadas são monótonas, repetitivas, de ciclo curto (alguns segundos) e requerem destreza e habilidade manual; e as formas de controle (e os critérios de seleção) da mão-de-obra feminina diferem das formas de controle exercidas sobre a mão-de-obra masculina (LOBO, 1991, p. 17).

Foi (e ainda é) tendo por base essas diferenças e discriminações, principalmente em referência à remuneração, e outras questões relativas às mulheres no mundo do trabalho, que os feminismos fortaleceram a discussão sobre o trabalho tanto industrial quanto o doméstico. Vale aqui destacar que o reconhecimento do trabalho doméstico não assalariado como pertencente ao Produto Interno Bruto (PIB) é uma das bandeiras dos feminismos até os dias de hoje, conforme aponta Hildete Pereira de Melo, em seu texto **Invisibilidade do trabalho feminino: uma violência disfarçada: notas preliminares**,

[...] o sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas (UM/SNA), no seu capítulo VI (a conta de produção), discute estas questões e justifica porque os afazeres domésticos devem ser excluídos do cálculo do PIB. Argumenta que, no caso dos bens para autoconsumo, podem se destinar alternativamente ao mercado, enquanto os serviços de uso próprio (afazeres domésticos) não têm essa qualidade, pois não exprimem a realidade do mercado capitalista. As mães não vendem carinho e cuidados no mercado e,

portanto, **não podem aparecer nas estatísticas econômicas** (MELO, 2009, p. 171). (grifo nosso)

Essa discussão a respeito do trabalho feminino foi possivelmente o grande desafio feminista do período no Brasil, uma vez que os movimentos eram associados por seus opositores e opositoras a grupos de mulheres ricas ou pertencentes às classes média e alta. Além disso, muitas das influências feministas que aqui chegavam estavam baseadas num ideal liberal, algo que era o oposto à tendência marxista, marcante no discurso de muitas feministas brasileiras do período.

Os principais pontos de discussões feministas a respeito do trabalho das mulheres giravam em torno de três questões: o problema salarial (para trabalho igual, salário igual), a divisão sexual do trabalho e a dupla jornada de trabalho (indústria e lar). Sobre a questão salarial, segundo Elisabeth Lobo, o holerite de “mulher”, na década de 1970, representava aproximadamente 60% do salário masculino para o mesmo trabalho em todos os ramos industriais (LOBO, 1991, p. 21). Segundo a autora, as justificativas extremamente conservadoras dadas pelos empresários para essa diferença salarial eram “nível mais baixo de educação, menor qualificação e maior instabilidade da mão-de-obra feminina” (LOBO, 1991, p. 22). No que concerne ao nível de educação, Elisabeth Lobo explica também que, na grande maioria dos casos, as mulheres tinham um nível de formação mais elevado em relação aos homens que executam as mesmas tarefas (LOBO, 1991, p. 23). O que acaba por fortalecer a discriminação existente dentro do mercado de trabalho relativamente às mulheres.

No que concerne à divisão sexual do trabalho, essa é uma prática costumeira no mundo do trabalho. Desde o fim do século XIX e início do século XX, os empresários dividiam as tarefas de acordo com o que muitos acreditavam ser trabalho de homem e trabalho de mulher. A grande maioria dos serviços realizados pelas mulheres eram aqueles considerados como não qualificados, fora isso, a possibilidade de uma promoção não existia no horizonte das trabalhadoras (LOBO, 1991, p. 91-94).

Acerca da dupla jornada de trabalho, é sabido historicamente que o trabalho realizado dentro dos lares sempre foi considerado não só uma responsabilidade feminina, como também algo natural das mulheres. Além disso, igualmente cabia às mulheres todo o encargo sobre a esfera privada. Essas naturalizações estão baseadas principalmente em cima da maternidade. Mesmo com o aumento significativo de mulheres na esfera pública (mundo do trabalho), a função do cuidado com o privado não foi

eliminado. A contestação dessa situação intensificou-se na década de 1970, com o surgimento de organizações de mulheres feministas, conforme apontou Soraia Carolina Mello (2011) em sua pesquisa acerca do trabalho doméstico no Cone Sul.

Esse gradativo interesse sobre a condição do trabalho das mulheres, tanto no interior das fábricas no Brasil quanto no interior dos lares brasileiros, não foi alvo apenas dos grupos feministas brasileiros do período, ele também foi alvo de diversas reportagens e artigos em jornais e revistas da época. É em relação à forma como esse tema foi abordado e discutido nas páginas do jornal **Movimento**, que o texto a seguir foi composto. Para fins didáticos, dividi o capítulo em dois itens: no primeiro, apresento e analiso brevemente as capas das três únicas edições que traziam a temática do trabalho feminino como central; já no segundo, o objeto central são as reportagens, as cartas e as entrevistas, que abordavam o trabalho feminino e os feminismos, que foram publicadas nas páginas do jornal. Lembro minhas leitoras e meus leitores que toda esta análise levou em conta o contexto de produção do jornal, bem como as ligações políticas e ideológicas dos principais jornalistas. Analisou-se o projeto de sociedade que defendiam, pois isso é imprescindível quando se trata de análise de discurso.

3.1 O TRABALHO TAMBÉM É CAPA

Durante os seis anos em que estive em circulação pelo território nacional, o periódico **Movimento** abordou diversas vezes questões relacionadas às mulheres e algumas bandeiras defendidas pelos feminismos da época, mesmo que de forma indireta. Porém, a questão do trabalho parece ter se sobressaído em relação às demais. Isso possivelmente se deve ao fato de o jornal ter fortes ligações ideológicas com a questão da luta de classes, no mundo capitalista.

O trabalho das mulheres, em todo seu leque de possibilidades, por mais que se tenha sobressaído sobre outras bandeiras dos feminismos no **Movimento**, só foi tema central de discussão e capa, a partir do número 64, de setembro de 1976. Isto é, mais de um ano após o lançamento do jornal, o que nos leva a crer que até então a questão da situação trabalhista das mulheres não era de grande valia para o jornal, que apresentava uma maior preocupação com o dito “trabalho em geral”. Sabe-se que não foi por acaso que esse tema passou a ser discutido no jornal; no entanto, elenco aqui três possíveis motivos, que acredito terem contribuído para isso.

O primeiro deles pode ter relação com a, já comentada anteriormente, implantação da década da Mulher pela ONU e com a convenção de se colocar o ano de 1975, como o ano da Mulher. Outro possível motivo está ligado ao crescimento dos Feminismos no país, suas influências, amplitudes e força. Por fim, o chamado “milagre econômico” brasileiro dos primeiros anos da década de 1970, que, segundo Anette Goldberg (1987, p. 50), [...]teve incidências positivas sobre a situação das mulheres pertencentes ao universo de camadas médias no que nos interessa, cuja presença na força de trabalho se ampliou consideravelmente na primeira metade dos anos”. Lembrando que o tal “milagre” consolidou a industrialização do país e proporcionou a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho.

Voltando o olhar para as fontes, a edição número 64 do jornal traz na capa o anúncio de que trabalho feminino será o principal mote da edição (Figura 5), no qual se tem o anúncio *Mulher e Trabalho* como primeiro de uma série de cinco chamadas. Sobre referido título, podemos perceber que o jornal preferiu utilizar a relação trabalho e mulher e não a condição de trabalho das mulheres. Acredito que isso pode estar relacionado com os próprios movimentos feministas da época, que tinham como categoria central de discussão a “mulher”, categoria contestada posteriormente. Contudo, como se verifica, o jornal emprega a cor rosa para as letras utilizadas na capa do jornal. Essa coloração é historicamente relacionada a objetos e pertences femininos, demonstrando que aqueles que desenvolveram a capa foram afetados por essa construção. Corroborando, assim, com a ideia de “que os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos” (ORLANDI, 2012, p. 30). Isto é, o uso do rosa está fortemente ligado a uma memória discursiva, ao interdiscurso (ORLANDI, 2012, p. 30-34). Além disso, pode-se supor que o uso dessa coloração também foi uma forma de ter o público feminino como leitores do jornal.

cuidados e o rosto sem traços de maquiagem e com uma aparência de cansaço. É plausível de se pensar que a escolha por essa imagem está ligada à ideia majoritária do período, no qual se ligava o feminismo às mulheres com maior poder aquisitivo, já que toda imagem não nasce do nada, ela está baseada em relações que são construídas historicamente nas sociedades (ORLANDI, 2012, p. 39-42). Entretanto, essa condição de vida da grande maioria das feministas não foi um impedimento para que elas discutissem as condições de trabalho de mulheres de outras classes sociais.

Esta, no entanto, não foi à única capa do jornal que teve como chamada central o trabalho. A edição número 78, de dezembro de 1976, também o fez (Figura 6), mas com algumas mudanças em relação à capa anterior. É interessante destacar que duas das três capas do jornal que tiveram o trabalho das mulheres como tema central foram publicadas em 1976. Uma das possíveis causas para que isso ocorresse deve-se, de acordo com Paolla Cappellin (2009, p. 214), a “uma certa euforia na simples constatação que há um contínuo aumento da presença das mulheres no mercado de trabalho”.

Contudo, a mesma autora faz ressalvas a essa euforia, destacando que é preciso sempre “[...]avançar na análise avaliando sob quais condições elas trabalham, que lugares elas ocupam, quais garantias de estabilidade elas obtêm, que grau de segurança elas têm para planejar suas vidas pessoais e familiares”(CAPPELIN, 2009, p. 314). Um dos motivos para essa ressalva está relacionado ao fato de que as feministas já haviam percebido os problemas desse sistema explorador e desigual, não só do ponto de vista de gênero, mas também da perspectiva do empresariado capitalista.

Figura 6 – Capa o trabalho da mulher no Brasil



Fonte.: Movimento (1976)

Diferentemente da anterior, a capa dessa edição tem a chamada *O trabalho da mulher no Brasil* como única presente, além de ocupar praticamente 50% do espaço, o que pode significar que a edição anterior teve uma vendagem maior. Mas possivelmente o motivo para essa modificação foi a repercussão que a edição anterior teve, como veremos no próximo subcapítulo, por meio de uma carta de leitora que discorda da abordagem do jornal quanto ao emprego remunerado das mulheres.

Outra mudança perceptível está na coloração utilizada, que, segundo muitos, pode não ter importância, mas discursivamente tem. Uma vez que, como comentamos anteriormente, as cores têm uma memória discursiva³⁷. Isto é, ao preferir a coloração azul no lugar da rosa, utilizada na capa anterior, o jornal, mesmo que sem intenção, acaba desconstruindo a relação das cores com os gêneros. E mais do que isso, ao utilizar o azul, o jornal chamava a atenção dos homens para o problema do trabalho das mulheres.

Indo mais além, a mudança tanto das cores quanto da própria chamada da reportagem faz com que o sentido modifique-se, conforme afirmação de Orlandi (2012, p. 29): “nesse outro modo de dizer, outras palavras e outras cores seriam mobilizadas produzindo outros efeitos de sentido”. A partir disso, é plausível de se pensar que o jornal estava, de alguma forma, buscando demonstrar ao seu público leitor uma nova abordagem para a temática. Ou seja, tal mudança seria uma tentativa do jornal de fazer com que o público passasse a dar mais importância e atenção para as condições do trabalho das mulheres.

Contudo, a utilização da mesma imagem da capa anteriormente analisada acaba funcionando como uma contradição com as mudanças efetuadas. Essa ação resulta em uma ligação com a capa anterior e automaticamente com a concepção de que o jornal está tratando da condição do trabalho das mulheres das classes menos beneficiadas. Presume-se, então, que o jornal executa novamente uma crítica velada à ligação que os grupos feministas da época tinham com classes mais favorecidas. Era o subentendido atuando, uma vez que o contexto atuava fortemente sobre o jornal. É preciso relembrar a leitora e o leitor que isso ocorria em decorrência de grande parte dos integrantes da redação do jornal serem integrantes ou ex-integrantes de partidos ou grupos políticos que viam os feminismos como capazes de dividir a luta maior.

A última edição, número 135, que tinha como capa o trabalho remunerado exercido por mulheres (Figura 7), foi lançada em 30 de janeiro de 1978, mais de um ano após a publicação anterior com a mesma temática; todavia, referida edição abordou o I Congresso da Mulher Metalúrgica. Talvez a forte ligação do jornal com o PC do B38

³⁷ Segundo os estudiosos, as cores foram sendo relacionadas historicamente a categorias e conceitos. Essas relações são construídas discursivamente e acabam criando uma memória sobre as cores, que, quando utilizadas pelos seres humanos, remetem a algo. No caso aqui analisado, o azul tem forte ligação com o sexo masculino e o rosa com o sexo feminino.

³⁸ Essa forte ligação do jornal com o partido era fruto da influência de Duarte Pacheco na redação, lembrando que era ele quem escrevia a coluna Ensaio Populares. Além disso, diversas das pessoas que trabalhavam na redação do jornal eram militantes de esquerda que tinham fortes ligações com o partido. Fora essas ligações, o racha na redação em 1977 fez com

tenha influenciado na escolha pelo congresso, lembrando que ele ocorreu em janeiro de 1978, na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo.

Figura 7 – Capa em busca da verdadeira igualdade



Fonte: Movimento (1978)

que a doutrina do PC do B fosse assimilada pelo jornal. E mesmo com a posterior briga entre Raimundo Pereira e Antonio Neto Barbosa, ex-dirigente da AP, a doutrina do jornal permaneceu a mesma.

Analisando-se a capa, o que se percebe é uma mudança em alguns aspectos discursivos do jornal no que se refere ao tema do trabalho das mulheres. O primeiro aspecto que chama a atenção está relacionado à mudança na imagem da mulher trabalhadora. A imagem escolhida pela redação do jornal apresenta claramente a figura de uma trabalhadora da indústria, em contrapeso a imagem que a esquerda queria passar acerca das feministas, de pertencerem às classes mais favorecidas e que, por causa disso, não precisavam trabalhar, funcionando como o que Orlandi (2012, p. 82-85) denominou de o não dito. Além do mais, a imagem ocupa praticamente toda a extensão da capa. A ligação da imagem com o título não é ao acaso e sim uma escolha política do jornal. A posição da mão da trabalhadora e a sua expressão apontam para uma mulher aparentemente querendo falar acerca das condições de trabalho e sobre uma situação específica, que, no caso, possivelmente estava relacionada à legislação trabalhista. Pois, segundo Lobo (1991, p. 67), existia a possibilidade de “[...] uma modificação da legislação (trabalhista) destinada a permitir, por revogação, o trabalho noturno das mulheres[...]”. Esse também foi o motivo que levou o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo a organizar o referido congresso. Assim sendo, entendo que o contexto de produção do referido número, isto é, todo o debate envolvendo uma modificação na legislação trabalhista e a posição do jornal como defensor da classe trabalhadora influenciaram na escolha da capa.

O outro aspecto de destaque na capa é o título da reportagem *O primeiro congresso da mulher metalúrgica*, mais especificamente o subtítulo *Em busca da verdadeira igualdade*, que foi escrito em uma fonte maior e em caixa alta. Analisando o subtítulo, juntamente com a imagem, sem levarmos em conta o conteúdo da reportagem no interior da edição, o uso do termo ‘verdadeira’ permite ao jornal dar um sentido de que ele era o único conhecedor da verdade a propósito da igualdade entre os sexos no mundo do trabalho e de que as ideias ditas divisionistas dos feminismos deveriam ser deixadas de lado, do mesmo modo que as de outros grupos sociais.

O possível intento de direcionar o debate acerca dos problemas de gênero existentes dentro do universo do trabalho não ocorreu apenas nas capas das edições analisadas neste subtítulo, essa ação também vai ser recorrente nas reportagens e especiais publicados em diferentes números encontrados durante a pesquisa. Contudo, por mais que o jornal tivesse essa intenção, entendendo que os sentidos e as interpretações que tais discursos têm são variados, ao publicar determinadas capas com a finalidade de debater os problemas das mulheres no trabalho, é

presumível de se admitir que as feministas enxergassem isso como uma possibilidade de espaço de debate e de divulgação das bandeiras de luta na imprensa alternativa brasileira da época. O que fez com que elas passassem a publicar alguns poucos textos, mesmo tendo que os enquadrar ao discurso do jornal, em forma de reportagens. Da mesma maneira, elas também se pronunciaram no jornal por meio de cartas enviadas à redação. Ou seja, as feministas estavam de alguma forma ganhando espaços dentro do **Movimento**.

Ainda assim, o próximo subtítulo demonstrará que, mesmo com essas reportagens e com as cartas publicadas, o jornal **Movimento** de certa forma enquadrava algumas das reivindicações feministas dentro daquilo que parte da redação entendia ser a verdade.

3.2 TRADUÇÕES DO TRABALHO DAS MULHERES

As três capas sobre as mulheres e o trabalho no Brasil apresentadas e analisadas anteriormente anunciavam que o interior dos respectivos exemplares continha reportagens que abordavam o assunto. A temática do trabalho das mulheres não foi abordada exclusivamente pelas três edições destacadas, também apareceu em outras edições, tanto como reportagens quanto como carta de leitoras e leitores do jornal; todavia, não com a mesma atenção.

Em oposição às capas, que tendem a ser o mais objetivas possível, com o intuito de chamar a atenção, os objetos de análise do presente subcapítulo, em decorrência de uma maior extensão e complexidade dos seus textos, precisam de mais cuidado na hora da análise. O foco da maioria das reportagens e matérias publicadas sobre o trabalho das mulheres eram as trabalhadoras da indústria do ABC Paulista, mas isso não impediu que outras formas de trabalho exercidas por mulheres fossem abordadas pelo jornal, como veremos a seguir.

Porém, antes de adentrar nas análises, é preciso destacar dois pontos: (1) as entrevistas publicadas; (2) as cartas de leitores. O primeiro deles, as entrevistas, é entendido, na presente pesquisa, como um diálogo, no qual entrevistada/o e entrevistador/a têm envolvimento e se expressam; concomitantemente, conforme aponta Cremilda Medina (1995, p. 27), entre a definição do roteiro da entrevista (as perguntas e a ordem delas) e a sua consumação (o ato da entrevista), passa-se por diversas ações, dentre elas: pelo nível de interação social desejado pelo/a entrevistador/a, ou seja, como será a relação com o/a entrevistado/a e a deste/a com o ato da entrevista, uma vez que isso

influencia diretamente no desenvolvimento da entrevista; e pela técnica de comunicação, que corresponde à forma como essa entrevista será realizada. Porém, distintamente de outros meios de comunicação tradicionais, no **Movimento**, as entrevistas na sua maioria não recebem autoria. Não que os/as entrevistadores/as sejam o objeto de análise, mas que seriam de grande valia para as análises dessas formações discursivas.

O segundo ponto é sobre o uso das cartas recebidas e publicadas pelo jornal, como objeto de análise. A escolha pela utilização das cartas deve-se à importância que o jornal detinha no meio alternativo da época e é por meio delas que é possível perceber de que modo os discursos foram (re)apropriados, (re)significados, (re)adaptados e (re)produzidos por leitoras e leitores do **Movimento**, não ignorando o fato de a redação escolher quais cartas publicaria. Junto a isso, considero a ação da censura no jornal, que atuava também em cima das cartas de leitoras e leitores, corroborando com a afirmação de Maria Fernanda Lopes de Almeida, de que os censores e as censoras estavam atentos também às opiniões de leitoras e leitores.

A primeira edição a trazer em suas páginas reportagens sobre o trabalho realizado por mulheres foi a de número 64, de setembro de 1976, a qual já apresentamos e analisamos sua capa. O corpo de funcionários do jornal no período tinha em sua composição apenas sete mulheres em um universo de aproximadamente sessenta funcionários, o que representava 10% do total³⁹, exercendo apenas uma delas um cargo de chefia.

As reportagens publicadas, ao todo quatro, na edição número 64, ocupam um total de quatro páginas, sendo uma delas composta por um grupo de entrevistas realizadas com trabalhadoras das mais diversas áreas. O título que elas receberam foram os seguintes: *Mulher, trabalho e libertação*, *Mulheres trabalhando*, *As mulheres e a crise econômica e Um terceiro turno para as tecelãs mineiras?* Apenas as duas últimas reportagens têm autoria registrada, ambas escritas por jornalistas homens. Para o trabalho que aqui desenvolvo, escolhi trabalhar apenas com a primeira e as entrevistas, pois as outras duas abordam questões mais regionalizadas.

Mulher, trabalho e libertação é a principal entre as quatro publicadas, localizada nas páginas 8 e 9, e ocupa praticamente dois

³⁹ As mulheres que trabalhavam no jornal nessa época eram: Fátima Murad (repórter), Moniz Bandeira (colaboradora), Celina Whately (colaboradora), Zulmira Tavares (cinema), Maria Rita Kehl (cinema), Maria Cecília Magalhães (chefe de pesquisa) e Maria das Graças Rodrigues (secretária).

terços de ambas. A ideia do autor ou da autora, lembrando que muitas reportagens do jornal não eram assinadas, era discutir um tema relevante para os feminismos da época, o reconhecimento ou não do trabalho doméstico como pertencente ao universo ativo da economia.

Essa discussão possivelmente ganhou espaço no jornal, após os “estudos feministas explicitar(em)[...] desigualdades existentes ao se relacionar o trabalho do homem ao trabalho produtor de mercadorias e o da mulher à casa[...]” (MELO, 2009, p. 169) Além disso, é facilmente perceptível, através da história, que o trabalho doméstico, seja ele remunerado ou não, sempre apareceu como uma função primordialmente feminina, pois, como apontou Soraia Carolina Melo (2011, p. 27), “essa relação entre mulheres e trabalho doméstico, ainda que afirmada pelos feminismos e pelos estudos de gênero como culturalmente construída, tem seu principal aporte na ideia da naturalização dessas funções”. Do mesmo modo, outros periódicos alternativos estavam abordando o tema do trabalho feminino, destaque aqui o feminista **Nós Mulheres**, que, na edição número 2, de setembro de 1976, publica uma matéria intitulada *Nós Mulheres: donas de casa – A rainha do lar não tem cetro nem coroa...?* (NÓS MULHERES, set/out 1976, p. 8-9).

Retornando para notícia publicada no **Movimento**, o texto apresenta inicialmente dados levantados pelo IBGE, afirmando que o número de mulheres trabalhadoras no Brasil girava em torno de 18% da população de mulheres em idade ativa. É com base nos dados do IBGE que o autor ou autora discorre sobre a divisão das formas de produção da sociedade, colocando de um lado a produção material e de outro, como o próprio texto apresenta, a “produção do ser humano”, isto é, a procriação da espécie, que, de acordo com o texto, pode ser comparada à produção material. Contudo, o autor afirma que a participação das mulheres na produção não se restringe unicamente à procriação. Essa participação também se dá fora do lar, utilizando o trabalho no campo como exemplo.

Utilizando-se do aspecto relacionado à dupla jornada de trabalho, o texto segue apresentando dados sobre a importância do trabalho doméstico realizado diariamente pelas mulheres no Brasil, e que não é considerado como economicamente ativo. Isso fica evidenciado quando o autor afirma que

[...] mulheres que vivem em torno do trabalho monótono, duro e sem fim de seus lares e que não estão incluídas entre as ‘economicamente ativas’,

porque sua produção – as roupas lavadas, a limpeza da casa, os almoços e jantas, as horas de ninar, lavar e vestir os filhos, por exemplo – não tem valor de troca, apenas valor de uso; não são, portanto, mercadorias, não se enquadram na divisão social do trabalho (MOVIMENTO, set. 1976, p. 8).

Até esse trecho, pode-se inferir uma tentativa de denúncia por parte do autor ou da autora, considerando “o lar como espaço de clausura para as mulheres, que as afastava das esferas públicas de poder político e econômico” (MELLO, 2011, p. 31), entendendo a relação mulheres-lar como uma construção histórica. Todavia, a partir de então, ocorre uma mudança discursiva na abordagem a respeito do tema. O autor ou autora, que até então parecia defender o reconhecimento do trabalho realizado dentro dos lares como ativo para a economia, assim como um limitador da atuação das mulheres, passa a afirmar que

[...] o mundo da economia familiar tem uma variedade e uma complexidade praticamente insignificante quando comparado com o da produção econômica capitalista mesmo a de um país subdesenvolvido como o Brasil. Embora estejam intimamente ligados, e a máquina de lavar com que a mulher lava a roupa do marido seja a mesma que ele produz na grande indústria, quando se fala na produção de um país e são citados os seus grandes números, **pode-se perfeitamente ignorar** a produção doméstica de fraldas lavadas, esfregões passados no chão ou alimentos cozidos (MOVIMENTO, SET. 1976, p. 8). (grifo nosso)

Como justificativa para as afirmações, a história foi então utilizada, trazendo à tona a tese de estágios de desenvolvimento da sociedade. O texto demonstra como o trabalho das mulheres passou para um segundo plano, com o desenvolvimento social e produtivo, passando-se de uma sociedade matriarcal para uma patriarcal. A partir disso, sua constatação é de que o problema atual da invisibilidade do trabalho realizado nos lares diariamente pelas mulheres é fruto do afastamento milenar, por opção (se levarmos em consideração os argumentos do texto) das mulheres da esfera pública. Por fim, o texto termina afirmando que a única saída para as mulheres, nessas condições,

era a inserção na indústria, considerada como o local do “[...]grande trabalho socialmente produtivo” (MOVIMENTO, SET. 1976, p. 8).

Essa ideia de que era preciso sair do lar para alcançar a total liberdade, de que é por meio do “trabalho na grande indústria que destrói sua submissão” (MOVIMENTO, SET. 1976, p. 8), assim como o trabalho realizado em outras instituições fora do lar, também pode ser constatada por meio das entrevistas publicadas na mesma página. Nelas, a principal questão abordada é o trabalho realizado pelas mulheres fora do lar, sendo o trabalho doméstico raramente comentado pelas entrevistadas; isso não significando, entretanto, que o tema não possa ter sido criticado pelas mulheres, pois é preciso lembrar que somente certas partes das entrevistas foram selecionadas e publicadas. Sendo assim, entendo que o não aparecimento dessa temática nas entrevistas funcionou como um silenciamento da questão, com o intuito de fornecer uma veracidade às afirmações apresentadas na reportagem citada anteriormente.

Concomitantemente a isso, suponho que a publicação ainda tinha o objetivo de criticar as feministas da época, uma vez que muitas não eram pertencentes à chamada classe trabalhadora, o que impossibilitava que elas debatessem verdadeiramente sobre os principais problemas das mulheres. Era preciso que elas saíssem de seus lares e fossem trabalhar nas fábricas, pois

[...] é muito diferente o estreito círculo das relações domésticas familiares, e seu horizonte cultural e político – que frequentemente pouco vai além das conversas de comadres e dos defeitos e virtudes dos filhos, filhas e **empregadas** – e o mundo da indústria, incomparavelmente mais aberto, onde as centenas de operários se encontram, organizam, trabalham e criam, disciplinadamente; e onde como força majoritária da sociedade, podem começar a discutir seus **mais graves problemas** (MOVIMENTO, SET. 1976, p. 8).(grifo nosso)

Ainda acerca da edição número 64, a reportagem *Mulher, trabalho e libertação*, ao depositar nas mulheres a culpa pela situação em que se encontravam e considerar o trabalho realizado diariamente em lares como algo improdutivo socialmente, o **Movimento** acabava por contradizer sua ideia de defensor dos movimentos sociais. Afirimo isso baseado no fato de que a condição das mulheres trabalhadoras nos lares

e o reconhecimento da contribuição social desse serviço eram bandeiras levantadas pelos feminismos. Além disso, ao considerar as mulheres culpadas, o jornal desconsiderava que elas foram historicamente educadas para o trabalho no lar, sempre visto como uma função natural do sexo feminino. Sendo assim, o que se percebe é o que já foi afirmado por Soraia Carolina de Mello (2011, p. 34), onde “[...] o que a ‘sociedade’ faz é um grande esforço para que se convençam (as mulheres) que esse é seu destino, que é um fato biológico, natural e que não faz sentido ir contra ele”.

Juntamente com esse convencimento, ocorre um maior isolamento daquelas que executam os trabalhos do lar e que já estão em posição de isolamento social. Assim sendo, o jornal não considera a divisão entre esfera pública e esfera privada, que, concomitantemente ao não reconhecimento do trabalho doméstico como contribuinte do PIB nacional são, conforme apontou Mello, “fatores que contribuem para que a política ‘exterior’ não se preocupe com o que ocorre nos lares, excluindo dessa maneira as donas de casa de suas pautas” (MELLO, 2011, p. 43).

Após a publicação de setembro de 1976, o trabalho das mulheres voltou a ser tema de reportagens do jornal em dezembro do mesmo ano. Não tenho conhecimento dos motivos que fizeram com que a temática voltasse a ser a pauta central do jornal, mas acredito que um dos motivos possa ter sido a repercussão que as primeiras reportagens tiveram na sociedade e nas leitoras e leitores. Levanto essa hipótese, tendo como base a publicação de uma carta de leitora, na edição número 68, de 10 de outubro de 1976, intitulada *A mulher nas sociedades primitivas*, de autoria de Marianne Schiminck. Em sua carta, a autora critica a reportagem *Mulher, trabalho e libertação*, afirmando que não cabe unicamente às mulheres a modificação da situação do trabalho doméstico, o autor ou a autora – nas palavras de Marianne Schiminck –

[...] nada aprendeu na análise histórica. O problema não está na falta de participação da mulher nas atividades produtivas; o problema está na definição das atividades domésticas como serviços pessoais e não econômicos. O resultado desta definição é uma invisibilidade da produção doméstica, a qual impede a definição da dona-de-casa como ser produtivo[...] (MOVIMENTO, out. 1976, p. 18).

Outra hipótese que levanto está ligada à força com que os movimentos feministas passaram a ter a partir de 1975, pois

o reconhecimento oficial pela ONU da questão da mulher como problema social favoreceu a criação de uma fachada para um movimento social que ainda atuava nos bastidores da clandestinidade abrindo espaço para a formação de grupos políticos de mulheres, como o *Brasil Mulher*, o *Nós Mulheres* [...] (SARTI, 1998, p. 5).

Voltando o olhar para a abordagem da edição número 78, no que concerne ao trabalho feminino no Brasil, é possível verificar uma modificação no discurso do jornal relativamente ao tema. Como comentado anteriormente, tal mudança pode ter ocorrido em virtude de uma repercussão ruim que o número anteriormente analisado tenha causado. No número em foco do **Movimento**, a temática do trabalho feminino é abordada em duas reportagens⁴⁰ que ocupam ao todo cinco páginas do jornal, mais especificamente da página 3 até a 7; sendo a principal delas intitulada de *O trabalho da mulher no Brasil*, objeto de análise na sequência. A outra recebeu o título de *As metalúrgicas* e é uma reprodução de entrevistas feitas com trabalhadoras do ABC paulista; essa reportagem apresenta os problemas enfrentados por elas no mundo do trabalho. Tais problemas também foram abordados na principal reportagem dessa edição, em razão disso, resolvi analisar somente a reportagem principal. O que chama a atenção logo de início é que ambas as reportagens foram escritas por mulheres pertencentes aos feminismos da época, no caso aqui, a principal de autoria de Adélia Borges⁴¹, e as entrevistas feitas por Rachel Moreno⁴², o que entendo

⁴⁰ As duas reportagens são: *O trabalho da mulher no Brasil*, de autoria de Adélia Borges, e *Gente brasileira: As metalúrgicas*, de autoria de Rachel Moreno.

⁴¹ Adélia Borges é formada em jornalismo na Universidade de São Paulo (USP). Atua na imprensa desde 1972, tendo trabalhado em veículos como Folha de S. Paulo (1972, repórter da área de Educação), O Estado de S. Paulo (1973-79, repórter e subeditora de Cidades e Política, sucessivamente), Fundação Carlos Chagas (1979-82, editora responsável do jornal Mulherio), TV Globo (1982-84, editora de telejornal), TV Cultura (1984-86, diretora do programa diário Palavra de Mulher) e Editora Abril (1986-87), entre outros. Desde a década de 1990, tem se especializado e atuado na área do Design. Também foi professora de história do design na Fundação Armando Alvares Penteado (Faap) de 1998 a 2013 e atualmente dá aulas na Escola São Paulo. É autora ou coautora de mais de dez livros, entre eles *Designer não é personal trainer*, da Editora Rosari. Seus trabalhos têm discutido a questão da identidade cultural e apontado os benefícios da aproximação entre design e artesanato em anos recentes na América Latina. Seu interesse está no design democrático – não só o voltado para a imensa maioria da

como uma abertura para os feminismos falarem sobre os problemas relacionados às mulheres.

Olhando mais atentamente para a principal reportagem, constata-se que Adélia Borges dividiu em oito subtítulos⁴³; já nos primeiros parágrafos, é perceptível a mudança no modo como o trabalho feminino foi abordado. Primeiramente a autora da reportagem questiona a chamada “ordem natural” das funções e afirma que, “[...] na verdade, com exceção da tarefa de reproduzir biologicamente a próxima geração de trabalhadores[...]todas as demais tarefas hoje atribuídas à mulher poderiam ser realizadas pelo homem[...]” (MOVIMENTO, dez. 1976, p. 3); e vai além ao indagar o leitor e a leitora do porquê manter a mulher dentro do lar. Esses questionamentos nos levam a crer que algumas bandeiras dos feminismos estavam ganhando espaço também dentro desse tipo de imprensa alternativa, não ficando restritas apenas aos jornais de cunho feminista, lembrando que a própria autora era uma ativista dos feminismos.

Ao longo dos oito subtítulos, Adélia Borges – diferentemente da reportagem publicada anteriormente, e indo ao encontro de uma das críticas feitas ao jornal na carta de Marianne Schiminck, que perguntava acerca do local de onde o autor tirava suas conclusões – discute a situação do trabalho feminino, apresentando dados de pesquisas, tabelas, parcelas de entrevistas com trabalhadoras, empresários, pessoas ligadas à instituições de ensino, dando, assim, um bom embasamento para seus argumentos. O destaque dessa base fica por conta das citações feitas pela autora, trazendo para seu texto feministas reconhecidas: Eva Alterman Blay, Heleieth Saffioti e Maria Amélia Goldberg, o que

população, mas também aquele feito por pessoas comuns para atender às necessidades de seu dia a dia.

⁴² Rachel Moreno é natural do Egito e veio para o Brasil com 11 anos de idade. É formada em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Fez especialização em Sexualidade Humana e Dinâmica do Movimento Expressivo no Instituto Sedes Sapientiae, além de ter estudado terapia corporal com J. A. Gaiarsa. Tem pós-graduação em Meio Ambiente pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Atuou como jornalista no *Movimento* e trabalha atualmente com pesquisas ligadas às mulheres, além de estar atuando desde a década de 1970 nos Movimentos Feministas no Brasil. É coordenadora geral do Observatório da Mulher e contribui também na Articulação Mulher e Mídia. Suas pesquisas são voltadas às questões midiáticas. É autora do livro *A Beleza Impossível – Mídia, Mulher e Consumo*, e de alguns artigos também relacionados à mídia, como, por exemplo, *Como as Negras se Veem na TV*.

⁴³ Os subtítulos da reportagem são: *A mulher não decide quando sai para trabalhar; Ela é chamada a trabalhar nas crises; O salário segundo o sexo; Quando é aceita fica com os piores cargos; Os redutos de mão de obra feminina; Dados estarrecedores; Discriminação também nas altas funções; e O trabalho visto como acessório.*

novamente demonstra ter o jornal contato com as pautas feministas da época.

Ao analisarmos mais cautelosamente a reportagem, é possível perceber que a autora busca mobilizar as mulheres e as chama para a luta contra as discriminações que sofrem dentro do ambiente de trabalho, principalmente as patronais, e, também, em menor escala, a lutarem contra uma possível modificação na legislação trabalhista ligada ao trabalho das mulheres. É preciso relembrar o leitor e a leitora que o jornal tinha ligações com o PC do B e com os sindicatos, e que as questões trabalhistas apareciam como o grande tema das reivindicações deles, uma vez que entendiam que os problemas trabalhistas eram pertencentes à classe em sua totalidade. Ou seja, aquilo que Eni Orlandi (2012, p. 41) apontou como formação imaginária que se tem de um jornal com tais ligações fez com que a autora ajustasse seus dizeres para aquilo que o público queria ler. Pode-se perceber isso no primeiro parágrafo do subtítulo *Ela é chamada a trabalhar nas crises*, no qual a autora afirma que “[...] as mulheres parecem se sujeitar muito mais que os homens a condições de trabalho inadequadas, remuneração mais baixa, ocupações menos gratificantes” (MOVIMENTO, dez. 1976, p. 3). E, continua, salientando que

[...] a incorporação da mulher correspondeu a uma queda do padrão de vida da família operária. O que leva a concluir que se a mulher continuar se sujeitando a uma remuneração mais baixa, permanecerá exercendo um efeito depressivo sobre os níveis salariais de ocupações predominantemente femininas ou de ocupações em que o homem possa ser facilmente substituído pela mulher (MOVIMENTO, dez. 1976, p. 3).

Ao mesmo tempo em que convoca as mulheres para a mobilização trabalhista, entendo que a autora, de forma velada, também as chama para uma luta contra as discriminações de gênero. Essa convocação não poderia ser aberta e franca, pois, como sugeri anteriormente, as ligações partidárias que a redação do jornal tinha, possivelmente, iriam vetá-las. Desse modo, entendo que Adélia Borges se utilizou daquilo que a AD convencionou chamar de metáfora discursiva. Ou seja, uma transferência de sentidos das palavras, com o fim de divulgar os problemas enfrentados pelas mulheres na sociedade de uma maneira geral. Esse sentido metafórico fica mais evidente nos

outros subtítulos do especial sobre trabalho publicado no **Movimento**, conforme será apresentado a seguir.

Após discorrer acerca do trabalho dentro das indústrias e as questões trabalhistas que a envolviam, Adélia Borges direciona seu olhar para a busca do trabalho fora do lar efetuado pelas mulheres, no subtítulo *Quando é aceita, fica com os piores cargos*. De acordo com a autora, ao sair do lar para trabalhar, a mulher, quando aceita, acaba ficando com os piores cargos, conseqüentemente, fica com as piores remunerações. Isso se deve, segundo o texto, à existência de uma exclusão e, muitas vezes, de impedimento de participação das mulheres nos cursos de formação ou de especialização, que possibilitariam, portanto, o ingresso delas em cargos mais altos e mais bem remunerados (MOVIMENTO, dez. 1976, p. 4). Isto é, por meio de uma crítica à falta de espaço dado às mulheres relativamente à qualificação, a autora questiona o machismo existente na sociedade ocidental que tende a manter as mulheres longe dos cargos de chefia e, automaticamente, das tomadas de decisões.

Essa defesa das mulheres e da importância do trabalho realizado por elas é mantida pela autora até o fim de sua reportagem, focando, especialmente, em duas funções: o magistério e o emprego doméstico, profissões historicamente ligadas às mulheres. Acerca do magistério, Adélia Borges afirma que o nível de atuação feminina nessa esfera se dá nos anos iniciais do ensino e que, “à medida em que o ‘prestígio’ e o salário aumenta, decresce a participação da mulher” (MOVIMENTO, dez. 1976, p. 6). A autora critica essa massificação das mulheres no anos iniciais do ensino, apontando que isso ocorre por causa da relação constituída historicamente, entre docência e maternidade, colocando assim a carreira de professora como uma espécie de extensão profissional da maternidade (MOVIMENTO, dez. 1976, p. 6). Essa crítica à naturalização dessa função social das mulheres é uma das efetuadas pelos feminismos da época em relação à carreira docente para as mulheres. Mais do que isso, pode-se afirmar que algumas bandeiras estavam sendo compartilhadas por jornais fortemente ligados a grupos de esquerda que questionavam a validade dos feminismos e de seus ideais.

Com relação ao emprego doméstico⁴⁴, Borges vai discorrer e criticar a invisibilidade dessa trabalhadora. Sua primeira crítica está

⁴⁴ Estou entendendo aqui o termo emprego doméstico como o trabalho realizado em outro lar. Isto é, o emprego doméstico como um trabalho remunerado. Para tal concepção, baseio-me na obra de Soraia Carolina de Mello, já citada aqui. Segundo tal autora, ainda que as funções executados fossem praticamente as mesmas, os vínculos que tais envolvem e as mulheres que

baseada na ideia que se tem de que tais trabalhadoras estão “desempenhando as funções femininas tradicionais” (MOVIMENTO, dez. 1976, p. 5), ou que tal prestação de serviço tem pouca relevância para a economia nacional. Outro ponto de crítica da autora está ligado aos baixos salários pagos pelas patroas e patrões às empregadas, assim como à falta de uma legislação trabalhista específica para as trabalhadoras domésticas. Ao realizar esse tipo de análise, a autora novamente traz à tona uma problemática que aparentemente não parecia ser central para os feminismos, pois, segundo Soraia Carolina de Mello,

[...]o emprego doméstico é muito mais discutido na maior parte das fontes (jornais feministas do Cone Sul 1970 – 1980) do que o trabalho doméstico, e geralmente se encontra em seções temáticas sobre trabalho, enquanto o trabalho doméstico se encontra inserido em discussões mais amplas[...] (MELLO, 2011, p. 108).

mas que demonstra que certas práticas feministas de questionamentos acerca do trabalho faziam parte da pauta do jornal.

É plausível também de se imaginar que, em razão do trabalho realizado diariamente por mulheres dentro de seus lares fazer parte de um debate mais amplo dos grupos feministas existentes no período, e por entender que isso poderia fazer com que a editoria do jornal excluísse a reportagem da edição, ou até mesmo a solicitasse que reescrevesse, Adélia Borges preferiu não abordar o tema. Mesmo com essa hipótese, creio que o apontamento feito por Soraia Carolina de Mello seja mais válido, pois no último subtítulo, *O trabalho visto como acessório*, a autora – baseando-se em pesquisas feitas por Eva Alterman Blay, Lia Fukui e Verena Martinez-Alier – questiona a submissão financeira da mulher perante o homem no mundo urbano. Em outros termos, ela coloca em cheque a tradicional ideia de que o homem seria o provedor do lar e que, caso a mulher tivesse alguma atividade remunerada, esta seria apenas para complementar a renda familiar, não sendo obrigação ter um emprego fora do lar. Vale dizer, por meio dessa discussão, que ela critica indiretamente o não reconhecimento do

as executam são muito diferentes. Mas é preciso ressaltar que são questões com ligações fortes e que ambas praticamente só são efetuadas por mulheres. Outro fator de diferença entre as funções é o recebimento de um salário para aquela mulher que executa o serviço doméstico em outra residência.

trabalho realizado pelas mulheres em seus lares; dessa forma, não era necessário debater tal questão de forma isolada.

Contudo, mesmo com essas críticas feitas por Adélia Borges, era tendência no jornal excluir os problemas relacionados ao mundo privado, como se verifica na reportagem especial intitulada *Além da marginalização*, escrita por Aureliano Biancarelli⁴⁵ e Alberto Villas⁴⁶, e publicada no número 94, de 4 de abril de 1977, e que ocupa ao todo o espaço de uma página. O especial discorre sobre dois congressos que ocorreram na França e que discutiam a situação da mulher na América Latina e na própria França. Sem realizar nenhum tipo de referência sobre as informações contidas no especial, os jornalistas executam uma espécie de resumo do que ocorreu nos dois congressos, tendo como foco a condição de discriminação das mulheres em vários espaços sociais, principalmente no mundo do trabalho.

Mas isso não significa que outras temáticas ligadas aos feminismos não foram comentadas na reportagem, como por exemplo, o controle de natalidade. No entanto, o trabalho doméstico não remunerado e o problema da submissão da mulher no lar não receberam nenhum espaço no especial, o que nos leva a duas hipóteses: a primeira delas é de que ambas as temáticas não foram abordadas durante o evento, algo que dificilmente ocorreria se levarmos em consideração o emergir e a consolidação dos movimentos feministas na França nos anos de 1970. A segunda e a mais plausível é entender esse vazio sobre o tema como uma interdição discursiva, a ponto de silenciar essa questão. Pois, lembro à leitora e ao leitor que grande parte da esquerda do

⁴⁵ Aureliano Biancarelli formou-se em jornalismo pela Universidade do Estado de São Paulo, em 1973. Durante os anos de 1970, escreveu matérias e textos para alguns jornais alternativos, dentre eles o *Movimento*. Foi também jornalista por mais de 25 anos dos jornais: Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo. Atualmente tem trabalhado como freelancer e seus textos têm temáticas, como saúde pública, saúde da mulher, saúde indígena, urbanismo, violência nas cidades, direitos humanos. É autor de alguns livros, destaque para a obra *Assassinatos de mulheres em Pernambuco: violência e resistência em um contexto de desigualdade, injustiça e machismo*, lançado em 2007.

⁴⁶ Alberto Villas é formado em jornalismo pelo Instituto Francês de Imprensa (IFP). Foi correspondente na França de alguns dos principais jornais alternativos do período militar brasileiro, no decorrer da década de 1970. Ao retornar para o Brasil em 1980, tornou-se jornalista na Folha de São Paulo. Ainda na década de 1980, foi trabalhar na televisão, primeiramente na rede Bandeirantes (SP), depois na Manchete (RJ), posteriormente no SBT (SP) e, por fim, foi contratado pela rede Globo (RJ). Nesta última, atuou como chefe de redação primeiro do Jornal da Globo, depois do Jornal Hoje e, por fim, no Fantástico. Saiu da emissora carioca em 2011, assinando com o SBT para assumir a direção de jornalismo da emissora; porém, pediu demissão no mesmo ano. É autor de diversos livros, dentre eles: *O Mundo Acabou* (Globo, 2006), *Afinal, o que viemos fazer em Paris?* (Globo, 2007), *Admirável Mundo Velho* (Globo, 2009).

período afirmava que algumas das pautas feministas seriam resolvidas com o advento da revolução e que o jornal compactuava muitas vezes com esse ideal, mesmo se dizendo um defensor dos movimentos sociais. Todavia, isso não significa que o jornal silenciava totalmente as mulheres, haja vista que, nesse mesmo especial, a questão do machismo é colocada em pauta, como uma das barreiras mais difíceis de serem superadas pelo movimento. E também noticiaram a criação de dois dos principais periódicos feministas brasileiros da época, o **Nós Mulheres** e o **Brasil Mulher**. Esse tipo de escolha do que deve ou não ser noticiado ou publicado vai ao encontro da ideia de exclusão de algumas pautas feministas que foram consideradas irrelevantes e até mesmo divisionistas da luta maior.

Aproximadamente um mês após a publicação do especial analisado, o jornal publica em 2 de maio de 1977 uma carta da leitora Lucília Regina de Souza, na qual a autora apresenta proposta de aprofundamento e ampliação do debate acerca da condição da mulher na sociedade. Em sua extensa carta, que ocupa uma página do **Movimento**, a autora discorre sobre os problemas ocasionados pela divisão sexual do trabalho e automaticamente pela desvalorização das funções exercidas pelas mulheres. Sua principal crítica quanto à reportagem *Além da marginalização*, publicada um mês antes, mas que também pode ser entendida como uma apreciação a todas as reportagens publicadas sobre o trabalho da mulher no Brasil, está na constante ideia do jornal de falta de capacitação das mulheres e que isso consequentemente as colocava em profissões menos favorecidas e com remunerações mais baixas.

Segundo a autora, assim como para as feministas, o problema não está na falta de capacitação das mulheres para assumirem cargos melhores e mais bem remunerados, mas sim em uma questão histórica fortemente ligada ao capitalismo e à divisão de classes. Assim, as mulheres são praticamente educadas, nas palavras da autora, para “desempenhar(em) os papéis que a sociedade de classes julga que lhes sejam próprias” (MOVIMENTO, mai. 1977, p. 18). E ressalta, inclusive, que essa educação, juntamente com outros fatores, como a maternidade e a educação dos filhos, acaba fazendo com que as mulheres aceitem trabalhar por remunerações mais baixas e impossibilita a busca por uma maior conscientização sindical e de classe.

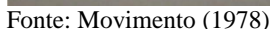
Conforme a autora da carta, isso ocorre com as mulheres pertencentes às camadas menos favorecidas, que executam uma dupla jornada de trabalho, o que, segundo ela, não ocorre com as mulheres pertencentes às classes média e alta da sociedade brasileira. Essa afirmação pode ser entendida no contexto da época como uma crítica às

feministas, consideradas em diversas oportunidades como pequenas burguesas. Dessa forma, entendendo que a autora, assim como Adélia Borges, convocou as mulheres para lutarem contra os preconceitos e discriminações que sofrem, mas que a luta deveria ser de classes e não de gênero. Pois, segundo a própria autora, as mulheres das classes mais favorecidas da sociedade, por não terem problemas financeiros, acabavam qualificando-se melhor e, conseqüentemente, são “as que têm melhores oportunidades no mercado de trabalho” (MOVIMENTO, mai. 1977, p. 18).

Com base nisso, é possível de se pensar que outras cartas foram enviadas para a redação do jornal; porém, a escolha pela carta de Lucília Regina de Souza não deve ter sido ao acaso, mas sim por uma aproximação com a ordem do discurso do jornal, isto é, a luta geral deveria ser contra as forças governamentais e o capitalismo. Ao mesmo tempo, a publicação da carta pode ser entendida como um contraponto à reportagem de Adélia Borges, por mais que as duas aparentemente convocassem as mulheres para a luta. Sendo assim, conclui-se que os feminismos e suas bandeiras causaram um incômodo na redação do **Movimento**, após a publicação da reportagem feita por Borges, do mesmo modo que causavam nas esquerdas.

Além desse incômodo causado pelas feministas brasileiras, e pela reportagem citada, creio que entrevistas e notícias publicadas pelo **Le Monde**, que tinham como temática os movimentos feministas franceses⁴⁷, também devem ter causado perturbação na redação. Um ponto interessante a propósito dessas reportagens é o fato de que muitas dessas ações jornalísticas tiveram, como personagem central, a feminista francesa Simone de Beauvoir, uma das mais lidas entre as feministas brasileiras (Figura 8).

⁴⁷ O semanário Francês era publicado no interior do **Movimento**.



⁴⁸ Informo o leitor e a leitora que este foi o último número dos que tive acesso a tratar da temática. É possível que números posteriores tratassem do trabalho feminino; porém não foi possível acessá-los devido à falta de exemplares disponíveis.

discussões sobre os trabalhos exercidos por mulheres é um exemplo disso. No citado número, foram utilizadas duas páginas do semanário para divulgar e relatar o congresso. A principal reportagem abordava o primeiro congresso da mulher metalúrgica e recebeu o título de *O primeiro Congresso*. Sua autoria não foi revelada, uma tendência do jornalismo quando a redação chega a um consenso na maneira como o tema deve ser tratado. A mesma situação ocorrerá nas outras duas reportagens da edição acerca do trabalho da mulher.

O primeiro congresso da mulher metalúrgica de São Bernardo ocorreu entre 21 e 28 de janeiro de 1978, na sede do sindicato dos metalúrgicos e foi organizado pela direção do próprio sindicato, o que excluiu a participação feminina na organização, segundo a reportagem. Essa exclusão feminina da organização, de acordo com Elisabeth Lobo, deve-se ao temor que a direção sindical tinha de confundirem o congresso com um congresso feminista (LOBO, 1991, p. 35), já que as feministas não eram bem vistas pelos sindicatos e pelas esquerdas brasileiras. Esse temor por parte do sindicato também é reproduzido pelo jornal, por meio da fala da professora Marly Cardone da USP, a qual afirmou que os líderes do sindicato “tiveram receio de um certo tipo de conscientização das trabalhadoras, especialmente naquilo que possa abalar a condição deles, de homens com vantagens” (MOVIMENTO, jan. 1978, p. 7). Concomitantemente, o jornal questiona a organização sobre a exclusão de algumas pautas do congresso.

A reportagem tinha como objetivo, a princípio, apresentar ao leitor e à leitora os temas abordados pelas trabalhadoras durante o congresso, assim como suas reivindicações. O texto inicialmente apresenta os motivos que levaram o sindicato a organizar e realizar o congresso, que, segundo o jornal, girava em torno da liberação ou não do trabalho noturno para as mulheres e do pagamento de hora-extra. Além disso, destaca o pouco número de trabalhadoras que participaram do evento, algo em torno de 40% das inscrições.

É no decorrer da notícia que, pela primeira vez, a questão salarial das mulheres em relação aos homens, isto é, uma remuneração menor para as trabalhadoras e o maior número de pré-requisitos obrigatórios exigidos das mulheres foram objetos de crítica. Segundo o jornal, esse tipo de atitude por parte do empresariado era uma forma de discriminação sexual; porém, a redação parece ter esquecido que as feministas da época já debatiam e denunciavam esse tipo de diferenciação salarial para uma mesma função, da mesma maneira que

já havia sido tema de reportagem em outros periódicos da imprensa alternativa brasileira, como no caso do **Opinião**⁴⁹.

A questão da discriminação sofrida pelas mulheres no interior das indústrias brasileiras acabou se tornando o principal tema da reportagem e, conseqüentemente, do congresso. Tal temática ganhou força por meio de um questionário, entregue pela organização do evento para as participantes, contendo duas questões, que, segundo **Movimento**, eram: “em que aspectos a sua empresa não respeita a legislação? e o que acontece em sua empresa que você consideraria importante de ser incluído na legislação trabalhista?” (MOVIMENTO, jan. 1978, p. 7). Ao utilizarem tais questões, a organização do congresso de certa maneira orientou o rumo do debate e das pautas das discussões. Focalizando dessa maneira as argumentações em torno das horas extras obrigatórias e do controle por parte dos fiscais de fábricas quanto às idas ao banheiro, chegando a comparar os casos ocorridos no Brasil com os que ocorreram na Inglaterra.

Apesar de abordar esses problemas no decorrer da reportagem, o que chama a atenção em uma análise mais atenta é o aparecimento pela primeira vez, por parte do jornal, do problema da dupla-jornada de trabalho que milhares de mulheres executavam, e ainda executam, diariamente no Brasil. O autor ou a autora da reportagem pergunta o porquê de essa questão ter sido excluída do congresso, sendo este “um dos problemas centrais de toda(s) mulher(es) que trabalha(m) fora de casa[...]” (MOVIMENTO, jan. 1978, p. 7).

Contudo, não entendo esses questionamentos feitos pelo jornal como uma mudança na abordagem acerca das questões trabalhistas das mulheres, mas sim como fruto daquilo que Eni Orlandi chamou de condições de produção. Pois, além desses questionamentos estarem contidos nas falas das participantes reproduzidas no jornal, o congresso tinha como público-alvo as mulheres metalúrgicas; sendo assim, essas temáticas possivelmente emergiriam no decorrer do evento e não teria como o jornal deixar de comentar ou relatar, mesmo que parte da redação entendesse essa luta como divisionista. Por fim, mesmo com as críticas feitas ao sindicato, a redação finaliza a reportagem reproduzindo uma fala de uma participante tecendo elogios ao congresso e afirmando que voltaria sempre ao sindicato levando com ela outras mulheres (MOVIMENTO, jan. 1978, p. 7).

⁴⁹ Na publicação de 5 de março de 1973, o referido jornal fez uma denúncia de diferenciação salarial existente em alguns jornais entre homens e mulheres.

Os problemas de discriminação no ambiente de trabalho também são abordados nas duas outras reportagens dessa edição, principalmente a questão da diferença salarial entre os sexos para uma mesma função, tendo como base as pesquisas feitas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e pelo Ministério do Trabalho. Em uma delas – *A discriminação comprovada* – o que se percebe é um simples relato do problema e não um questionamento. Já a última das três reportagens é uma reprodução de trechos das respostas das participantes em relação às duas perguntas feitas a elas pela organização do congresso. Todavia, não posso deixar de destacar que, mesmo não tendo a intenção, o jornal acabou divulgando algumas bandeiras feministas, bem como as críticas que estas faziam aos sindicatos no decorrer da reportagem.

Estas minhas afirmações, de que a linha editorial do jornal não modificou a abordagem no que diz respeito ao trabalho das mulheres, estão também embasadas na constatação de que, nos números posteriores encontrados, a última notícia analisada, o tema deixou de ser abordado, como se o trabalho das mulheres perdesse a importância. Os motivos para tal ação podem ter sido diversos, mas, analisando com mais calma todo o contexto em que o jornal estava inserido, assim como as edições seguintes verificadas, cheguei a algumas hipóteses, esclarecendo, porém, ao leitor e à leitora que jamais será possível saber o real motivo.

A primeira delas está ligada às feministas e aos grupos por elas compostos que, no fim da década de 1970, ganharam força e mais espaços dentro da mídia brasileira, como apresentou Cintia Lima Crescêncio (2012), em sua dissertação de mestrado, que, no caso, analisou a revista **Veja**. É possível que esse aumento da força dos movimentos feministas e uma maior divulgação das pautas tenham feito com que a redação do jornal optasse por deixar o debate para as feministas, indo assim no caminho contrário ao que se viu na imprensa de uma maneira geral acerca do assunto. Ou até mesmo entendendo que, com o fim do capitalismo, os problemas relacionados ao trabalho feminino também seriam resolvidos e, em razão disso, não havia mais necessidade de aprofundar o tema.

A segunda está ligada à influência ideológica que o PC do B tinha dentro do jornal e à aproximação que o partido possuía com sindicatos dos trabalhadores e outras instituições que viam esses problemas como questões do capitalismo, conforme já comentei. Sendo assim, um pedido de algum representante desses grupos para que as reportagens fossem focadas nos trabalhadores em geral e não única e exclusivamente nas

mulheres, e em seus problemas seria prontamente atendidos. Nessa década, era extremamente complicado publicar textos nos jornais ligados a partidos políticos e, com o PC do B, não era diferente. Faço essa afirmação com base no depoimento da feminista Maria Amélia de Almeida Telles, mais conhecida como Amelinha Telles, em entrevista feita com Joana Maria Pedro em 2005, na cidade de São Paulo, e que trabalhou na redação e no editorial do jornal **Classe Operária** pertencente ao partido, no qual ela afirma que

[...] sempre pedia pra colocar uma matéria sobre mulheres, e muito sobre cultura, porque às vezes eu via na cultura uma possibilidade de fazer alguma coisa. Eles sempre achavam... às vezes eles até achavam boa a matéria, mas ficava pro próximo número porque não cabia. E acabava nunca saindo, sabe? E quando, nossa, quantas vezes eu fiz matéria, cheia de página [...] Depois saía, três linhas daquela matéria, porque não deu, porque não deu. Pra dizer que não saiu nada, então saía⁵⁰.

A terceira, última e mais plausível hipótese tem relação novamente com o crescimento dos movimentos feministas no Brasil. Estou entendendo que, ao perceber a força e o espaço que as feministas passaram a ter dentro da sociedade, a redação do jornal muda o foco de suas reportagens. Agora o que o jornal passa a divulgar em suas páginas são reportagens que têm como tema central os movimentos feministas. Dessa forma, não seria mais preciso abordar o trabalho feminino ou outras bandeiras de modo isolado, pois isso já seria feito pelas feministas. E tal mudança de foco pode ser percebida nos números posteriores encontrados e analisados.

O redirecionamento do olhar para os feminismos pode-se dizer que começa a partir do número 139, de 27 de fevereiro de 1978, com a publicação no caderno de cultura de um especial intitulado *A 'grande' minoria – Por que lutam as mulheres?*, no qual a redação do jornal convidou representantes do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, dos jornais feministas **Brasil Mulher** e **Nós Mulheres** e do grupo **Nova Mulher Editora**, para responderem perguntas acerca dos feminismos. Dentre as perguntas, destaco: “Existe efetivamente, no

⁵⁰ TELLES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista à Joana Maria Pedro. São Paulo, Brasil, 24.08.2005. Acervo do LEGH/UFSC.

Brasil um movimento feminista? E Como combinar as lutas específicas da mulher com as lutas sociais gerais?” (MOVIMENTO, fev. 1978, p. 16). Da mesma maneira, outras pessoas foram convidadas para uma entrevista cuja temática fora a mesma, isto é, os feminismos, e suas respostas foram alocadas em reportagens separadas.

Ao analisar mais atentamente a entrevista com as feministas, percebe-se que nem todas as respostas foram publicadas, como no caso da primeira pergunta – se era possível afirmar a existência de um movimento feminista no Brasil, em que apenas as respostas do **Nós Mulheres** e do **Centro Brasileiro da Mulher** foram expressadas, o que me leva a refletir e a supor que determinadas questões ou abordagens da existência ou não dos movimentos não poderiam ser divulgadas. Pode-se pensar também que a ausência poderia estar relacionada à censura prévia imposta ao jornal e que algumas respostas não foram aprovadas para publicação. Se levarmos em consideração apenas essa entrevista, o aparecimento dos feminismos nas páginas do jornal pode ser algo positivo, pois que o simples fato de as feministas falarem sobre as desigualdades de gênero em um jornal com fortes relações nas esquerdas é um indício de que, finalmente, suas vozes estavam sendo ouvidas. E mais do que isso, é mais um indício de que os feminismos estavam consolidados e ganhavam cada vez mais força no cenário brasileiro.

Contudo, ao se ampliar o olhar para o conjunto de reportagens que faz parte do caderno de cultura, verifica-se que o jornal não necessariamente estava buscando um maior diálogo com os feminismos, mas provavelmente queria ampliar o número de leitores e leitoras, uma vez que as vendas do jornal estavam em constante queda. O que me levou a essa suposição foi a veiculação de uma entrevista com o professor de Ciências Sociais da USP, José de Souza Martins, na página 18, duas após a entrevista com as feministas, e que recebeu o título de *O homem também não é livre*. O entrevistado questiona a validade dos feminismos em relação à luta contra o sistema capitalista e a ditadura, assim como a própria existência dos movimentos, afirmando que se “fala muito no movimento feminista e eu acho que propriamente esse movimento não existe” (MOVIMENTO, fev. 1978, p. 18), colocando-as como um grupo de mulheres pertencentes à classe média. Além dessas afirmações, o professor salienta que o que leva as mulheres a buscarem emprego fora do lar são os baixos salários pagos aos maridos, uma repetição dos discursos proferidos por grande parte das esquerdas e dos intelectuais do período. Isto é, novamente verificamos que as demandas feministas não fazem parte da ordem do discurso. Refletindo acerca disso, entendo que o jornal ausentou-se do debate e deixou-o para seus

leitores e leitoras, como também para as integrantes dos feminismos e os militantes de esquerda.

Demonstrações de que o jornal ausentou-se do debate e possivelmente estava buscando aumentar as vendas foram as publicações das cartas *A especificidade da condição feminina*, da feminista Heleieth Saffioti, em resposta tanto à entrevista feita com José de Souza Martins, no número 147, de 24 de abril de 1978, quanto à forma como o jornal estava tratando da temática das mulheres. E a *Apoiar as mulheres é apoiar a libertação global*, da também feminista Rose Marie Muraro, publicada em 10 de julho de 1978, no número 158.

Em relação à primeira não é possível saber como a carta inicia, pois os efeitos do tempo acabaram borrando parte das primeiras linhas, mas, pelo que se pode ler, presume-se que a autora esteja falando de suas pesquisas e publicações sobre as mulheres.

A partir de então, Saffioti salienta que o jornal vem tratando da “mulher” como uma banalidade, assim como as respostas dadas por Martins. Ela afirma que é preciso aprofundar teoricamente o tema, pois como ela própria coloca “[...]é muito difícil e talvez mesmo impossível que um só cientista consiga abarcar todo o social. Daí a necessidade da especificação” (MOVIMENTO, abr. 1978, p. 18). Mais do que isso, segundo a autora, a

[...] análise da temática MULHER é extremamente complexa, porque as contradições entre as classes sociais e entre as categorias de sexo não são paralelas, cruzam-se. Nas relações de classes, há homens que dominam homens e mulheres e há mulheres que dominam homens e mulheres. No relacionamento das categorias de sexo, contudo, as mulheres são as dominadas e os homens os dominadores (MOVIMENTO, abr. 1978, p. 18).

Após apresentar outros argumentos que mostram a seriedade da questão das mulheres, alguns deles aparecendo pela primeira vez nas páginas do jornal, como por exemplo, a opressão sofrida pelas mulheres praticada pelos homens, Heleieth Saffioti afirma que não é seu desejo uma libertação total dos homens, mas sim o fim das desigualdades entre os sexos, ao mesmo tempo em que se tem o fim das desigualdades entre as classes, isto é, almeja uma “[...]libertação do ser humano” (MOVIMENTO, abr. 1978, p. 18). A carta é finalizada com dois parágrafos direcionados a José de Souza Martins, acusando-o de

machista, inseguro e, principalmente, pouco esclarecido no que se refere aos feminismos e às suas bandeiras.

Seguindo a linha de pensamento de Heleieth Saffioti, Rose Marie Muraro, em sua carta, de forma mais sucinta alerta para o fato de que em vários países onde as lutas (de classe e das mulheres) caminharam juntas os avanços foram maiores. E, nos países onde os feminismos não existiam ou tinham pouca importância, as mulheres e suas demandas seriam presas fáceis para a ideologia burguesa. Isto é, seriam tranquilamente manipuladas e facilitariam a implementação de estados autoritários ou de estados nos quais o processo de libertação geral era impedido. Por causa disso, não se poderia deixar de lado uma importante luta social.

Por fim, Muraro explica que “levantar, pois, o problema específico da mulher, não é dividir forças. Não levantá-lo, ao contrário, significa manter concretamente as divisões que são as bases da sociedade de classes e, portanto, reforçá-las, perpetuá-las, impedindo assim que sua erradicação seja conseguida” (MOVIMENTO, jul. 1978, p. 22). Além do conteúdo da carta, o que chama a atenção é o fato de ela ter sido totalmente vetada no número 152, época em que o jornal ainda estava sobre censura prévia, conforme informação do próprio jornal. O que demonstra que o jornal estava modificando seu olhar sobre os feminismos.

A partir dessa última carta, o que se percebeu nos números subsequentes encontrados foi uma quietude relativamente a assuntos ligados às mulheres ou até mesmo aos feminismos, uma vez que não são mais publicadas reportagens sobre os temas, nem cartas de leitores ou leitoras. É possível que, nos números não encontrados durante a pesquisa, tenham sido publicadas reportagens ou cartas. O que fica evidente é que o jornal voltou-se totalmente para a luta de classes e o fim do capitalismo, talvez entendendo que, com o fim da censura efetuado pelo Estado, a luta “maior” deveria ser o foco geral da população, ou seja, sua redação provavelmente entendia as lutas feministas como divisionistas; ou por pressão de seus aliados e colaboradores o jornal os/as jornalistas tenham realmente censurado esses temas. E, por último, seguindo o pensamento de Foucault (2009, p. 69), podemos supor que o jornal não estava negando os temas, mas sim validando aquilo que considerava como verdadeiro, isto é, o discurso dos sindicatos, das esquerdas e também das lutas pela Anistia⁵¹. Vale

⁵¹ Estava em alta, nesse período, a luta pela Anistia, liderada principalmente pelo Comitê Brasileiro pela Anistia. A principal reivindicação era a anistia aos presos políticos, aos exilados

ressaltar que as mulheres só voltaram às páginas do jornal no fim de 1979, com uma notícia sobre estupro e com uma entrevista com a feminista Zuleika Alembert, publicada em 25 de novembro de 1979, no número 229, período em que a ditadura já demonstrava sinais de enfraquecimento.

Assim sendo, levando-se em consideração o que foi apresentado neste capítulo, entendo que o jornal **Movimento**, por mais que se afirmasse um defensor dos movimentos sociais, cometia algumas contradições no que concerne ao trabalho feminino no Brasil da década de 1970. Ao fazer essas incursões ao mundo do trabalho feminino, o jornal, na grande maioria das vezes, deixava de lado questões extremamente importantes, como por exemplo, a falta de um maior espaço dentro dos sindicatos para as mulheres metalúrgicas do ABC paulista. Pois “[...] não há discurso, que não esteja em relação com outros, que não forme um intrincado de nó de discursividade” (ORLANDI, 2012, p. 89).

Outra questão abandonada era o não entendimento de que se as mulheres trabalhadoras sofriam e ainda sofrem com a dupla jornada de trabalho. Isso só ocorre porque elas eram bombardeadas de “[...] imposições que ocorreriam tanto dentro dos lares como no ‘mundo lá fora’, em seus processos de socialização” (MELLO, 2011, p. 40). E, mesmo quando ocorreu um questionamento sobre o assunto, como no número 135, não foi por meio de um debate ou um aprofundamento na questão. Não questionar as imposições sociais e culturais, e colocó aqui as naturalizações que se constroem ao redor das mulheres, fez com que o jornal aparentemente colocasse a culpa dos problemas das mulheres nelas mesmas, eximindo assim os homens, ao mesmo tempo em que as convocava para a luta contra o capitalismo opressor. Para, além disso, essas mesmas imposições validavam os abusos sofridos pelas mulheres no mundo do trabalho, como por exemplo, o salário mais baixo que o dos homens.

Com isso, pode-se concluir que, por mais que o jornal tentasse abordar a problemática as mulheres na sociedade brasileira da época, a

e às pessoas pertencentes a grupos da luta armada, das esquerdas ou opositoristas do governo ditatorial. A lei da anistia, nº 6.683 foi promulgada em 29 de agosto de 1979, pelo então presidente João Baptista Figueiredo; tal lei propiciou a anistia geral e irrestrita, o que significou que ambos os lados foram perdoados e limpou de certo modo as mãos dos militares e seus aliados. É preciso lembrar que as mulheres foram as primeiras a se mobilizarem pela anistia das vítimas da repressão, com a criação, em 1975, do Movimento Feminino pela Anistia, liderado por Terezinha Zerbini. Com o emergir dessa luta, as reivindicações de grupos minoritários, assim como de parte das esquerdas, passaram a ficar em segundo plano, o que mudou o foco de grande parte da imprensa nacional.

forma como foi feita tal ação apenas reforçava o discurso aceito pela esquerda de que somente com o fim da opressão de classes, o fim da opressão sobre a mulher também seria alcançado. Ou seja, havia uma sustentação discursiva mútua (ORLANDI, 2012, p. 88) entre o jornal e seus colaboradores mais importantes. Nesse ambiente de disputas discursivas sobre o mundo do trabalho, o discurso polêmico⁵² das feministas, suas bandeiras e seus argumentos não receberam o devido apoio do jornal. Pois, como demonstrou o presente capítulo, em determinadas situações, as feministas obtiveram um espaço para opinarem e defenderem suas bandeiras, mas quase sempre se enquadrando dentro daquilo que a redação acreditava ser importante.

Todavia, é preciso salientar que, mesmo com todos esses problemas e as dificuldades para se publicar algo relacionado à situação das mulheres no Brasil, assim como ligado aos grupos feministas da época, o jornal **Movimento** funcionou como um local de disseminação de algumas bandeiras feministas, principalmente no que tange ao trabalho exercido pelas mulheres, o que pode ser entendido como positivo para os feminismos. É preciso lembrar que o contexto no qual as reportagens e cartas analisadas foram publicadas favorecia o debate acerca do tema, pois referido contexto estava em evidência. A mesma situação vai ocorrer com o tema do próximo capítulo: a questão dos direitos reprodutivos, o aborto e a sua legalização.

⁵² A esse respeito, ver: ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**. São Paulo: Pontes, 2012.

4 ATÉ ONDE CONTROLO O CORPO? OS DIREITOS REPRODUTIVOS EM FOCO

As formas como estas práticas foram registradas, discutidas, enfrentadas e criminalizadas podem nos fazer perceber de que maneira a ‘civilização brasileira’ foi sendo constituída, tentando reger, entre outras coisas, os produtos do corpo feminino, através da regulamentação das condutas sexuais das mulheres, no interior das relações hierarquizadas de classe e gênero (PEDRO, 2003, p. 21).

O aborto, prática comentada por Joana Maria Pedro, assim como os direitos reprodutivos debatidos no jornal **Movimento** são os objetos de análise do presente capítulo. Adianto, ao meu leitor e à minha leitora, que, no material utilizado (Jornal **Movimento**) para análise, encontrei apenas duas notícias relacionadas diretamente ao aborto. Um dos motivos para esse pouco espaço deve-se à política de controle de natalidade brasileira – aqui mais especificamente o uso das pílulas anticoncepcionais – foco de grande parte da imprensa alternativa. A questão do aborto, possivelmente por ser um tema polêmico na sociedade brasileira, foi mais debatida na seção cartas de leitores, como veremos na segunda parte desse capítulo, e é nessas cartas que foi realizada a maior parte das minhas análises.

É de conhecimento de pesquisadores e pesquisadoras que a utilização de práticas abortivas para interromper uma gravidez indesejada é antiga e, no Brasil, segundo Mary Del Priori em seu texto **A árvore e o fruto: um breve ensaio histórico sobre o aborto**, já era realizada desde o período colonial, passando a ter uma condenação maior com o decorrer dos séculos. Por mais que se apresentem argumentos em favor do aborto, a criminalização e a exposição social das mulheres que fizeram uso são práticas comuns em diversas culturas até os dias atuais, principalmente na sociedade ocidental, continuam a ocorrer. Pois, como afirma Joana Maria Pedro (2003, p. 22), “foi a cultura ocidental burguesa que instituiu a punibilidade dessas práticas (**aborto e infanticídio**), responsabilizando exclusivamente as mulheres: incriminando-as” (grifo nosso). Contudo, mesmo essa exposição social e a criminalização do aborto não impediram que diversas mulheres procurassem e ainda procurem diferentes métodos para interromper a gravidez. Da mesma forma que não funcionou como uma barreira para

se defender a legalização de tal prática ou que se colocasse o tema em debate, mesmo que a imprensa, de maneira geral, colocasse a questão da reprodução e o controle sobre ela como o foco principal. Mais do que isso, pode-se dizer que o que estava em jogo era o controle sobre os corpos das mulheres, como será visto no decorrer do capítulo.

Adianto que dividi o capítulo em duas partes; na primeira, analiso a forma como o jornal abordou a questão da pílula anticoncepcional no Brasil. Na segunda, o tema do aborto e seu emergir nas páginas do jornal foram os objetos de análise. Tal divisão foi feita em virtude da distância temporal existente entre os dois temas nas páginas do jornal **Movimento**, assim como pela quantidade de material encontrado sobre ambos.

4.1 O CONTROLE POR MEIO DA PÍLULA

Como frisado anteriormente, a questão do controle de natalidade ganhou mais espaço e destaque nas páginas dos jornais brasileiros da década de 1970 e, no **Movimento**, não seria diferente. Entretanto, o mencionado jornal só passou a discutir tal temática no número 47, de maio de 1976, ou seja, praticamente um ano após a fundação do jornal, tendo como objeto de chamada central a pílula, (Figura 4 – ver página 47). Um dos possíveis motivos para esse “atraso” era a relação que o tema tinha com o Movimento Feminista de Segunda Onda. Foi por meio das feministas que tais temas viraram um campo de disputas e reivindicações. Esses embates, que ocorrem até hoje, são frutos, seguindo a linha de pensamento de Michel Foucault, de um leque de conflitos envolvendo variados campos de poder e de saber, dentre os quais a religião, a ciência, os valores sociais e culturais, e a política⁵³.

Existe a possibilidade também de se supor que os embates entre tais campos, colocaram o tema em voga na imprensa tanto na alternativa quanto na tradicional. Pois, ainda que encontremos dificuldades na implantação de políticas públicas, os direitos das mulheres – principalmente os reprodutivos – representavam, nos anos de 1960 e 1970, um conjunto de práticas que mobilizaram um grande número de organizações feministas em defesa dos direitos das mulheres. Porque, como afirmou Joana Maria Pedro,

⁵³ Ver a esse respeito: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 29. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

o final dos anos 60 e os anos 70 foram permeados por inúmeros movimentos de mulheres, entre eles os feministas, reivindicando o direito ao corpo, a descriminalização do aborto, o direito ao prazer, enfim, os direitos sexuais e reprodutivos. “O pessoal é político”, elas anunciavam. E, desta maneira, foi impossível ignorar estas questões (PEDRO, 2003c, p. 297).

Inicialmente o foco das disputas era o controle de natalidade forçado, o qual consistia na implantação no Brasil de políticas de esterilização principalmente das camadas populares e menos favorecidas da sociedade. Isso porque, de acordo com Suely Gomes Costa, a luta contra essas políticas ocorreu em virtude de não entendê-las como um avanço na conquista de direitos, mas sim como uma forma de controle do corpo (COSTA, 2002, p. 316). Posteriormente, as mulheres perceberão que o desenvolvimento da pílula anticoncepcional serviu como uma arma no controle sobre seus corpos, pois separava a reprodução do prazer, quer dizer, pela primeira vez a medicina, mesmo sem a intenção, trabalhou a favor das mulheres. Da mesma forma, conforme apontou Luzinete Simões Minella (2000, p. 182), a pílula legitimou “um tipo de poder que elas já tinham ancestralmente, tendo em vista sua função de ‘cuidar da família’[...]”, e influenciou no “aumento do seu poder de decisão, manipulação e negociação com o parceiro[...]” (MINELLA, 2000, p. 182), permitindo às mulheres escolherem o momento de terem filhos ou filhas.

A imprensa, ao perceber que o tema da reprodução ganhava espaço dentro da sociedade, passou a abordá-lo, o que impulsionou ainda mais o debate público, retirando-o assim da exclusividade mantida pelos campos da medicina e do judiciário. Mas isso não significou um debate aberto sobre o tema, pois a maior parte da imprensa inicialmente focou no planejamento familiar. Esse tema foi capa de diversos veículos de informação no Brasil nos anos de 1970 e 1980, dentre eles a revista **Veja**⁵⁴. Como já citei, no **Movimento** número 47, de maio de 1976, a questão do planejamento familiar apareceu pela primeira vez, sendo o foco a inserção da pílula anticoncepcional no Brasil.

O jornal, ao abordar o tema, mostrou-se contra a forma como o governo brasileiro vinha aplicando a política pública, seguindo, dessa

⁵⁴ A esse respeito ver: CRESCÊNCIO, Cíntia Lima. **Veja o feminismo em páginas (re)viradas (1968-1989)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. 2012.

maneira, as críticas feitas pelas feministas. O **Movimento**, em suas reportagens sobre planejamento familiar, entendia que tal política tinha como alvo apenas as mulheres pertencentes às camadas mais populares da população brasileira, sobretudo os corpos delas. Contudo, mesmo apresentando essa argumentação, o jornal compartilhava com o ideal de parte da esquerda, que via essa ação do governo como forma de controle das massas trabalhadoras, com o intento de evitar uma revolução comunista, lembrando que o jornal tinha ligações com o PC do B na época. Essa visão da esquerda foi construída em virtude, segundo Joana Maria Pedro, das políticas públicas não terem sido propostas pela ditadura militar, elas eram fruto da atuação de sociedades civis internacionais nas camadas menos favorecidas da sociedade brasileira. No nosso caso, foi a “IPFF- International Planning Parenthood Federation, que viria a financiar, a partir de 1965, a BEMFAM – Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil” (PEDRO, 2003b, p. 3).

Ainda de acordo com a autora, o Brasil e outros países da América Latina representavam uma real ameaça aos Estados Unidos da América, que estava vivenciando o auge da guerra fria. Por causa disso, era preciso desenvolver políticas de controle de natalidade para a região.

O investimento no controle de natalidade no Brasil, e em outros países da América Latina, teve relação direta com a Revolução Cubana em 1959. A partir daí, a política norte-americana passou a considerar a América Latina como um “continente explosivo”, um campo fértil para a agitação comunista. Começaram a ser criadas, então, organizações de ajuda aos latino-americanos. Essas ajudas traziam como exigência a adoção de programas e estratégias de redução do crescimento populacional (PEDRO, 2003b, p. 2).

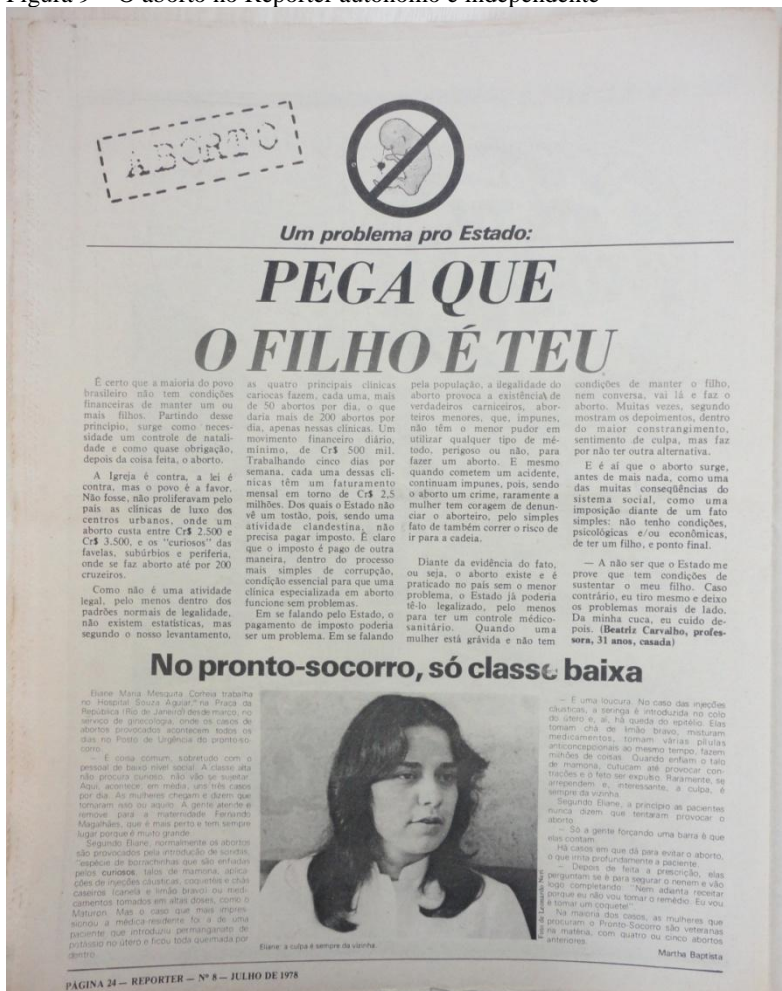
Ou seja, tais ideais influenciavam a redação do jornal na forma como abordavam determinado assunto. Ainda acerca dessa influência partidária, é plausível de se pensar que ela fez com que o jornal buscasse, de certo modo, diferenciar-se e se distanciar da abordagem realizada pelas feministas e pelos jornais publicados por elas. Pois, de acordo com Karina Woitowicz (2010), em pesquisa acerca dos direitos reprodutivos no movimento feminista, esse foi o principal tema de reportagens que abordavam questões relacionadas a direitos reprodutivos. A grande maioria dessas reportagens seguia a linha de questionamentos e de negação do uso da pílula. Exemplo é a reportagem

publicada no **Brasil Mulher** (dez. 1975, p. 7), que sugeria às leitoras que jogassem as pílulas fora e que aconselhassem suas colegas a fazerem o mesmo. Outra publicação feminista, o **Nós Mulheres** (ago/set. 1977, p. 13), sugeria a hipótese de se desenvolver um método anticoncepcional para os homens, “afinal, não há nenhuma razão pela qual só nós, mulheres, devemos arcar com esse peso”.

Outro fator que contribui para a hipótese de afastamento é que, por mais que esse periódico tenha dado espaço para as discussões acerca do planejamento familiar e do uso da pílula, se for comparado com alguns outros títulos alternativos da época, como por exemplo, o semanário carioca **Repórter autônomo independente**, que levantou tais questões em várias de suas publicações, além de abordar constantemente o problema do aborto clandestino realizado em clínicas mal estruturadas no Brasil⁵⁵, (Figura 9) o **Movimento** parece não ter dado tanta importância para a discussão sobre o problema dos direitos reprodutivos. Mesmo quando noticiou a respeito do assunto, o jornal preferiu manter-se próximo aos discursos ditos autorizados, como o jurídico e o medicinal, e longe dos feministas.

⁵⁵ Esses dois temas foram recorrentes nas páginas do semanário carioca, principalmente o aborto. Um dos possíveis motivos para isso era o maior engajamento do jornal em questões mais ligadas às camadas mais populares, deixando um pouco de lado as questões ligadas diretamente ao governo da época. O periódico caracterizou-se por dar mais espaços para acontecimentos ou fatos que faziam parte do dia a dia da população brasileira. É também característico do periódico o uso de temas polêmicos em suas reportagens, chegando a usar de linguagem pornográfica e imagens com forte apelo sexual como forma de chamar a atenção dos leitores e das leitoras.

Figura 9 – O aborto no Repórter autônomo e independente



Fo

nte: Reporte autônomo independente (1978)

Outros periódicos alternativos que também noticiaram o tema foram o **De Fato** e o **Em Tempo**, que apresentaram em suas páginas debates, utilizando argumentos feministas sobre eles e, em muitas das reportagens publicadas, as redações mostraram-se favoráveis a tais argumentos (Figura 10). Esse aparecimento e utilização de argumentos oriundos dos feminismos vão contrariar algumas pesquisas que apontaram para o fato de as feministas e suas reivindicações não terem

recebido espaço dentro dos veículos de imprensa e, quando receberam, foi uma pequena nota ou algo para completar a página da publicação.

Figura 10 – O aborto no De fato

Aborto: um problema feminino

O aborto provocado, tido como crime na legislação brasileira, é amplamente praticado no Brasil, em todas as camadas sociais. Os métodos variam entre bebedeiros, talos de plantas, sorcos, até os mais sofisticados usados em clínicas clandestinas. Um levantamento feito em 1972 por 81 professores de Medicina, orientados pelo médico Otávio Rodrigues Lima, divulgou que são feitos 1 500 000 abortos legais por ano. Um grupo de trabalho organizado pela Secretaria de Saúde de São Paulo, em 1967, constatou que em cada grupo de 100 mulheres 19 praticam aborto, e o número de abortos estimados para a capital em 1965 foi de 14.000. Em 1972, em estatísticas feitas nos hospitais da SUSME (Superintendência de Serviços Médicos), no Rio, verificou-se a ocorrência anual de mais de 500 000 abortos. Se considerarmos que a maioria dos abortos são praticados «ilegalmente» e que, por se tratar de crime, a constatação de sua prática é mais difícil, temos que os dados estatísticos ficam a dever em muito no que se refere ao número de ocorrências.

O aborto é um problema basicamente feminino — é a mulher quem sofre todas as consequências sociais e biológicas do ato de abortar — mais uma consequência de uma estrutura social determinada por interesses de uma classe dominante e machista. A criminalização da norma punitiva, significa na prática uma forma dolorosa para uma mulher represso: à mulher e, especialmente, à mulher de camada social inferior.

MORAL E RELIGIÃO

A religiosidade e moralidade que se refletem na legislação instituída não fogem à regra de cima, que se justifica pela defesa da vida do feto — a mesma regra que denuncia, para admitir que mulher tem o «direito» de que procrie o conformismo ao dogma, como caminho que leva ao céu.

A moral social que abomina o aborto não é menos contraditória. Exalta-se a maternidade de crianças, em um país onde as crianças são tratadas da pior maneira possível: não existem para a grande maioria creches, orfanatos, asilos, escolas ou jardins de infância. O índice de mortalidade infantil mantém-se alto em todo o País, sendo que em Belo Horizonte, entre 1960 e 1965, aumentou um indicador de padrão de vida do que de saúde, pois a sobrevivência de crianças menores de um ano depende mais de condições gerais de higiene e nutrição do que de cuidados médicos.

A LEGISLAÇÃO

A justificativa que se coloca em nível jurídico é a proteção ao nascituro, conforme ocorre no direito civil. A proteção à vida, que é uma vez que se pode fazer em sentido humano, juridicamente, após o nascimento com vida. (*) Entretanto, é o próprio legislador quem induz à confusão ao enquadrar o crime de aborto no título que trata de crimes contra a pessoa e especificamente penal que pune o aborto se mostra não somente distanciada da realidade social, já que não são raríssimos os casos de condenação ao mesmo tempo em que é fator desencadeante da indústria de abortos clandestinos.

Em Belo Horizonte, os abortos são «desencadeados» quando a «criminoso», vítima de uma intervenção primitiva, não consegue recursos de higiene, é forçada a procurar a Santa Casa, quando não desmaia na rua e é levada ao Pronto Socorro. A partir daí é que se inicia o inquérito. Não é de se estranhar, que somente mulheres de classes «inferiores», tanto «vítimas» quanto «perpetras», cheguem a ser julgadas pelo tribunal do júri. Mulher de classe média para cima dispõe de recursos para pagar o preço,

que varia de 1.500 a 3.000 cruzeiros, para os industriais do aborto clandestino. E se a consequência mais grave é providenciada a internação em clínica particular, e o feto permanece por trás dos batentes.

CONTROLE DE NATALIDADE

Visto sob o ângulo de medida para o controle de natalidade, a legalização do aborto num país subdesenvolvido poderá se transformar numa séria arma política, a ser usada como tem sido a aplicação de métodos anticoncepcionais. No Brasil, a difusão do uso de métodos e drogas anticoncepcionais para o desenvolvimento internacional do Departamento de Estado dos EUA; a Federação Internacional do Planejamento Familiar (IFFP), ligada à BENFAM, a Fundação Ford, a interesse das nações desenvolvidas em reduzir a taxa de natalidade nos países do «Terceiro Mundo» está patente nas altas somas se trata, portanto, de exagero prever-se para a institucionalização e praticado em larga escala a adoção de países amigos. (*)

UM PROBLEMA SOCIAL

Numa ótica feminista, porém, tem-se a considerar também aspectos dos mais sérios contra a mulher, que passa a não ter controle sobre seu próprio corpo.

1) — A proibição do aborto significa violência contra a mulher, que passa a não ter controle sobre seu próprio corpo.

2) — O aborto é praticado em larga escala no Brasil e sua proibição legal apenas estabelece um critério seletivo, onde os menos privilegiados suportam todos os riscos.

3) — Manter-se uma lei que não corresponde à realidade social. Basta dizer que, em Belo Horizonte, nos últimos dez anos, foram instaurados apenas 11 inquéritos policiais por crime de aborto, de acordo com informação da Delegacia de Homicídios, todos contra

pessoas pertencentes à camada social inferior, e que dificilmente chegam a ser condenadas.

4) — O «privilegio» de que gozam as mulheres de melhor condição econômica, por se tratarem menos, não elimina os sérios problemas que sofrem com a culpa advinda de sua moral social falsa.

5) — As implicações políticas da questão, pelo aborto implica também reformas sociais mais amplas, onde o aborto vem a ser praticado como uma opção pessoal. Entre as opções só seja realmente livre quando diante de pressões sócio-econômicas e políticas. E dependerá da ação feminina, principalmente, acelerar esse processo de transformação. Ou retardar.

(*) Artigo 4º do Código Civil Brasileiro: «A personalidade civil do homem começa ao nascimento com vida; mas, a lei põe a salvo a concepção os direitos do nascituro».

Nascituro é «o ser humano já concebido no estado de feto, e que ainda não veio à luz».

Aquele que está concebido e que nasce, tem-se a espera como feto futuro. (José Nery, Novo Dicionário Jurídico Brasileiro)

(*) — Robert McNamara, presidente do Banco Mundial, ex-presidente da Ford e ex-secretário de Defesa dos EUA, afirma que a explosão demográfica constitui a maior ameaça para o progresso da América Latina e anuncia que o Banco Mundial adotará programas, em seus préstamos, aos países que aplicarem planos para o controle de natalidade.

— Tornou-se célebre a frase de Lyndon Johnson: «Cinco dólares investidos com o crescimento das massas são mais baratos que cem dólares investidos no crescimento econômico».

— Eduardo Galeano resume o problema em uma frase: «Em América Latina, apesar da higiene e eficaz mata a los guerrilleros y los obreros que en las tierras e en las casas».

Fonte: De Fato (1976)

Após a publicação de um número abordando a questão de métodos anticoncepcionais, o **Movimento** só voltou a tocar no tema praticamente um ano depois, na publicação de 25 de abril de 1977, tendo como foco principal a pílula. A reportagem, intitulada *Os Segredos da Pílula*, trata de uma mesa redonda ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, na qual quatro especialistas foram chamados para falar sobre a pílula anticoncepcional e seu uso no contexto brasileiro (Figura 11).

Figura 11 – A pílula e seus segredos⁵⁶

Fonte: Movimento (1977)

A matéria foi produzida sem o jornal ter enviado um representante para assistir ao debate. A redação optou por reproduzir uma síntese feita por um dos especialistas convidados, o médico Mario Victor de Assis Pacheco⁵⁷. Interessante é que, apesar da socióloga Moema Toscano, uma das fundadoras do **Centro da Mulher Brasileira** ser uma das pessoas que compuseram a mesa, ela não foi escolhida para fazer o relato, uma vez que o assunto abordava um tema relacionado diretamente às mulheres, o que corrobora com a hipótese de afastamento dos feminismos. Mais do que isso, pode-se entender essa ação da redação do jornal como uma reprodução das relações de poder existentes em torno do tema, no qual a ciência médica acabou inferindo, que eram os homens (no caso aqui médicos) quem detinham o saber e, por isso,

⁵⁶ No apêndice C encontra-se a transcrição desta fonte.

⁵⁷ Formou-se em medicina pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil em 1931. Posteriormente, graduou-se também em Educação Física pela Faculdade de Educação Física do Exército em 1939, quando já atuava como médico das forças armadas brasileira. Foi chefe do setor de Ginecologia da Policlínica Central do Exército até o ano de 1963, quando assumiu o cargo de Subdiretor do Hospital Central do Exército na cidade do Rio de Janeiro. No mesmo ano, foi designado membro do Grupo Executivo da Indústria Farmacêutica (GEIFAR), órgão da Presidência da República. Com a promulgação da lei de anistia, foi anistiado, possivelmente por ter ligações com algum órgão de repressão do governo – e promovido ao posto de General. Faleceu em 1986. Foi autor de alguns livros que trataram do tema do controle de natalidade, dentre eles: **Indústria Farmacêutica e Segurança Nacional** (1968); **Explosão demográfica e crescimento do Brasil** (1974); e **Explosão demográfica e crescimento do Brasil** (1983).

comandavam os corpos femininos, retirando das mulheres parte de sua autonomia.

Além disso, analisando o conteúdo do relato, percebe-se que não foram publicadas as contribuições de Moema Toscano para o debate. A única citação feita às palavras da socióloga foi sua lamentação de que o corpo feminino havia se tornado local servia “de objeto para experimentadores que se proclamam médicos, economistas, sociólogos, etc.” (MOVIMENTO, abr. 1977, p. 5). Esse também é o único momento em que aparece algum questionamento referente à medicalização dos corpos, problema que costumeiramente era ignorado por correntes contrárias aos feminismos, o que acabava dificultando o reconhecimento dos direitos reprodutivos (WOITOWICZ, 2010, p. 139). Ao mesmo tempo, é possível pensar que Moema Toscano tenha feito uma síntese do que foi o evento, porém a redação optou por não publicar, talvez por não concordar com o conteúdo do texto.

Todavia, a publicação do depoimento feito pelo médico, de certa maneira, corrobora com a minha hipótese de que o jornal buscava manter-se afastado das ideias feministas, quando o assunto era o uso de métodos contraceptivos, aproximando-se do discurso médico ou até sendo influenciado pelo lugar de fala desses sujeitos na sociedade.

Retornando ao texto, o depoimento dado pelo médico Mario Pacheco focaliza as críticas no já citado debate acerca do uso da pílula como forma de controle de natalidade das camadas menos favorecidas do Brasil, reiterando, dessa forma, o posicionamento do jornal em relação à temática. Posicionamento que se enquadra dentro daquele disseminado por grande parte da esquerda da época e por parte de grupos feministas, o da crítica feroz ao programa da BEMFAM⁵⁸. Entre as críticas, destaque-se a afirmação de que a citada organização disponibiliza para as mulheres métodos anticoncepcionais, dentre eles a pílula e o DIU, que não são seguros para evitar uma gravidez e que, em determinadas situações, podem até causar aborto (MOVIMENTO, ABR. 1977, p. 5). O que me leva a concluir que esse talvez tenha sido o motivo para o jornal ter publicado um texto de alguém que pertencia as forças militares da época.

⁵⁸ É preciso salientar para a leitora e o leitor que a crítica feita para a BEMFAM pelo médico e por parte da imprensa alternativa não era totalmente idêntica a feita pelos feminismos. Estes atacavam em sua grande maioria a BEMFAM por verem no programa um controle sobre os corpos femininos, o que acabava limitando a autonomia das mulheres. Já o jornal, as esquerdas e o médico viam na BEMFAM uma forma de controle das camadas mais populares e entendiam que isso era uma arma do capitalismo para impedir o crescimento do ideal comunista nesses setores da sociedade.

Entretanto, uma questão chama a atenção na reportagem quando analisada mais calmamente e considero-a a mais importante. Essa questão é a possibilidade de um método contraceptivo masculino, anunciado com uma fonte maior e em negrito, com os dizeres: *Por que as pílulas só para as mulheres? Porque os homens veriam seus testículos se atrofiando*. A possibilidade de existir um método para os homens vinha sendo proposta por grupos feministas da época, afirmando que "não há nenhuma razão pela qual só nós, mulheres, devamos arcar com esse peso" (NÓS MULHERES, ago/set. 1977, p. 13). Ao dar um destaque somente para esse trecho, o jornal advertia ao leitor e à leitora que a possibilidade de se desenvolver algo para os homens seria prontamente recusada. Para os três representantes masculinos da mesa, o uso de algum tipo de medicamento contraceptivo destinado ao público masculino poderia acarretar problemas de saúde. Nas palavras do médico:

No mesmo momento em que cientistas descobriram a síntese da pílula anticoncepcional para ser usada pelas mulheres [...] **foi descoberta a síntese da pílula masculina**, constituída do hormônio esteróide testosterona. Mas, como se verificou que o uso contínuo dessa pílula, que reduz o número de espermatozóides de 300 milhões por ejaculação para zero, produzia também a atrofia dos testículos, além da **perda acentuada da potência, jamais se cogitou de lançá-la à venda**. Assim, logo que percebesse a diminuição do volume de seus testículos ou um princípio de impotência, o homem deixaria de comprar a droga (MOVIMENTO, abr. 1977, p. 5). (grifo nosso)

E o médico continua seu posicionamento contrário à pílula masculina argumentando que “a sorte do homem é poder apalpar e ver seus testículos” (MOVIMENTO, abr. 1977, p. 5), o que demonstra a reprodução de um ideal de masculinidade e que, vindo de um representante da classe médica, funcionaria como algo verdadeiro e natural dos homens. Da mesma forma que legitimava o uso do corpo feminino como objeto de interesse da medicina e de controle dessa ciência. Controle que vinha ganhando força desde o século XIX com o domínio sobre o parto, chegando ao Brasil no decorrer da primeira metade do século XX, quando

[...]as mulheres, seus corpos e suas práticas, tão antigas e costumeiras quanto sua própria existência, passaram a ser alvo de políticas públicas de controle e intervenção, amparadas por estes saberes. Eram dispositivos de controle que revelam, em meio às disputas de poder entre os sexos, que a autonomia das mulheres em relação ao seu corpo estava em jogo (PEDRO; SILVA, 2003, p. 127).

Desse modo, ao se analisar conjuntamente as duas reportagens publicadas acerca das pílulas anticoncepcionais e a aplicação delas no contexto brasileiro, o que se percebe, além do possível afastamento das ideias feministas, é a manutenção e a divulgação de um discurso de gênero, no qual apenas o corpo das mulheres deve ser objeto de controle da medicina e também local de experimentos científicos. Isto é, o caráter disciplinador dos corpos atua diretamente no corpo das mulheres, no qual este se apresenta como um “**produto** de uma medicalização que privilegia a reprodução, ou sua negação” (VIEIRA, 1999, p. 77). No que se refere ao corpo masculino, qualquer intervenção por meio de medicamentos poderia significar a perda da dita “masculinidade”, algo inconcebível dentro de uma sociedade dominada pelos homens. Sendo assim, ao tentar se distanciar dos feminismos que lutavam e ainda lutam “para evitar a apropriação dos corpos das mulheres, seja como objetos de experimentação e pesquisa, seja nos procedimentos habituais de domesticação” (ROTANIA, 2000, p. 11 -24), o jornal acabou dando veracidade ao discurso médico, que colocava o corpo feminino como um campo de conhecimento específico dessa ciência.

Após a publicação da reportagem ponderada, nos números analisados não encontrei novas publicações acerca das práticas contraceptivas utilizadas pela sociedade brasileira. O mesmo se pode dizer sobre a publicação de cartas de leitores comentando o assunto, algo estranho quando se tratava de temas ligados à reprodução e que estava em alta no período, seja recebendo críticas ou elogios. O estranhamento que esse silêncio causa refere-se ao fato de que, quando o tema do trabalho das mulheres foi abordado no jornal, a seção de cartas de leitores e de leitoras foi um campo de debates e de disputas, além de ser uma questão recorrente como apresentado no capítulo anterior. Ao passo que, em relação ao controle de natalidade, nenhuma carta foi publicada posteriormente à circulação dos dois números nos quais há reportagens tratando do assunto. Entendo que esse silêncio ocorreu

devido à forte ligação que o tema tinha com os grupos feministas na época, o que devia ser entendido como um desvio da luta principal. Mas é preciso lembrar, também, que o jornal estava sob censura prévia, e que qualquer crítica ao governo normalmente seria cortada da edição final. Sendo assim, posso supor que a censura também teve influência no silenciamento do tema.

Os direitos reprodutivos só retornariam às páginas do jornal em fevereiro de 1980, sendo o foco da matéria publicada o aborto. Tema considerado polêmico até os dias atuais e que, no decorrer do período, foi pouco abordado pela imprensa alternativa, e, dentre aqueles que se propuseram a debater, destaque novamente para o **Repórter autônomo independente** e o **De Fato**.

O tema foi tabu até mesmo dentro da imprensa feminista, conforme apontou Karina Woitowicz (2010) em sua tese de doutoramento, o aborto não recebeu tanta atenção na década de 1970. O tópico só vai ser alvo de reportagens ou notícias na imprensa feminista a partir da década seguinte, recebendo um grande destaque no jornal **Mulherio** (WOITOWICZ, 2010, p. 128 – 189). O não receber atenção da imprensa feminista tem relação com a interferência que a igreja tinha dentro dos grupos durante os anos de 1970. Conforme apontou Joana Maria Pedro (2003b, p. 11),

a prudência para “não assustar a Igreja” foi uma posição utilizada pelo renascente movimento feminista brasileiro, àquela época, o qual precisava contar com todos os aliados possíveis em vista da situação em que se encontrava o país. Assim, ao ressurgir o movimento feminista em meados dos anos setenta, tornou-se inicialmente e em razão das circunstâncias aliado da Igreja Católica na crítica aos contraceptivos hormonais, chegando inclusive algumas vezes a repetir alguns discursos da Igreja Católica, coisa impensável no movimento feminista europeu.

A interferência só será minada exatamente na década de 1980, quando o feminismo já não precisava mais do apoio clerical, pois que a ditadura já estava em sua fase final fazendo com que os movimentos sociais ganhassem as ruas com maior ímpeto, conforme apontou Leila Barsted:

A inclusão desse temário no final dos anos 70 tem vários significados: superação do tabu, ampliação dos espaços democráticos dentro da oposição ao regime e, ao mesmo tempo, “descompressão” política por parte do regime autoritário. **O debate sobre o aborto, a sexualidade, que coloca o corpo como tema da política, se instala nos anos 80.** As feministas trazem uma grande contribuição para expandir a agenda da luta política por democracia. A chegada de mulheres brasileiras do exterior, com a promulgação da Anistia Política em 1979, representa uma profunda contribuição aos termos desse debate no Brasil em função da experiência de militância feminista em outros países, o que já apontava para a internacionalização do debate no Brasil. Os temas básicos que vão configurar a agenda dos direitos reprodutivos no país, têm um peso importante da experiência vivida lá fora (BARSTED, 1993). (grifo nosso)

Tal silêncio jornalístico sobre o aborto também ocorre quando analisamos outros jornais publicados no Brasil nos anos de 1970, assim como em revistas. O que possibilita levantar a hipótese que, mesmo com a efervescência que os feminismos causaram no Brasil, alguns temas ainda eram vistos como tabus e que não deveriam fazer parte dos debates públicos. Quando era centro das atenções, a prática era quase sempre condenada ou considerada uma afronta à vida⁵⁹. Indo mais além, o aborto, além de ser considerado um tabu, com fortes ligações religiosas, era e ainda é considerado um crime tanto por quem pratica, quanto para quem fornece o serviço, segundo o código penal brasileiro em vigor desde 1940. Ou seja, o método de interrupção acabou se tornando “alvo de penalização, valoração moral, normatização religiosa e condenações sociais de todo tipo[...] (ASSIS; MIGUEL, MOTTA, TORNQUIST, 2010, p. 252)”, como veremos a seguir.

4.2 UM TABU EM DEBATE

No decorrer dos números pertencentes aos seis anos analisados para esta pesquisa, o jornal **Movimento** praticamente não abordou a

⁵⁹ A esse respeito ver: Joana Maria (Org.). **Práticas proibidas:** Práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

bandeira feminista do aborto, nem mesmo quando suas reportagens falavam sobre o controle de natalidade que estava sendo imposto no Brasil dos anos setenta. Ao todo, no material aqui analisado, foram publicadas apenas duas reportagens, a primeira delas na edição de fevereiro/março de 1980, intitulada *Que tome a palavra a mulher* e localizada na seção de cultura do jornal. E a segunda é um relato de como é tratada a temática em outros países, cujo título é *Pílulas & Abortos vs Tradição*, publicada em setembro de 1980, no caderno opinião. Ou seja, o tema não foi abordado pelo jornal em uma reportagem específica sobre o assunto no Brasil, por algum motivo.

A causa que suponho do porquê o tema ter sido pouco abordado diretamente pela redação do jornal deve-se à forma como ele foi e ainda é tratado na sociedade, como um assunto interdito; é objeto de discussão tanto de grupos favoráveis quanto de grupos desfavoráveis à sua legalização e sua descriminalização⁶⁰. Além desse problema, o aborto, por ser tratar de uma prática ilegal, à exceção dos casos previstos por lei, por estar ligado à ideia de morte e por questões morais, acabou se tornando uma prática silenciosa em nossa sociedade.

Durante o período da ditadura, o tema foi tabu até mesmo, como já citamos, dentro dos movimentos feministas, em vista da ligação com a igreja. Verifica-se isso em um depoimento dado anonimamente à Anette Goldberg (1987, p. 113) sobre o CMB, afirmando que

era engraçado, tinha até gente que saía vomitando **se se falasse em aborto**; não se podia falar em problemas pessoais, todas se diziam bem e felizes, quem tinha problemas eram as operárias, as outras mulheres, uma dissintonia total com a realidade. (grifo nosso)

Ainda no que diz respeito ao debate entre as feministas, também em depoimento à Goldberg, Maria Luiza Heilborn observou que a divulgação que ela e outras tentavam fazer sobre o aborto e a contracepção não encontrava ressonância entre as participantes do CMB e que tais assuntos desencadeavam brigas inacreditáveis. De acordo com

⁶⁰ Descriminalização seria o ato de absolver de crime, tirar a culpa de, inocentar, excluir a criminalidade ou antijuricidade de um fato. Legalização seria o ato de tornar legal, dar força da lei a, autenticar, legitimar (Dicionário Aurélio). Descriminalizar/despenalizar a interrupção voluntária da gravidez significa que a mulher deixa de poder ser acusada em tribunal, deixa de ser perseguida pela justiça, julgada e punida com pena de prisão. Legalizar significa que a interrupção voluntária da gravidez deixa de ser vista como um crime e políticas públicas podem favorecer a prática.

a autora, o tema foi censurado no ideário feminista brasileiro, até o ano de 1979, com a promulgação da lei de Anistia. O que fez com que “somente a partir dos anos 80 que a questão do aborto passa a ser discutida, publicamente, pelo movimento feminista” (BARSTED, 1997, p. 110). Lembra-se aqui de que foi também nessa década que os feminismos romperam com a igreja.

Outro suposto motivo está ligado à maior preocupação que o jornal e as esquerdas do Brasil tinham relativamente às políticas de controle de natalidade implementadas no país durante o regime militar, uma vez que tais ações governamentais eram destinadas às mulheres pertencentes às camadas menos favorecidas da nossa sociedade. Dessa forma, era mais importante e crucial na visão do jornal apresentar notícias que abordavam essas políticas, como uma forma de conscientização dos leitores e das leitoras; e até mesmo de realizar uma crítica ao próprio governo.

E, a última hipótese é a forte relação que o tema tem com os movimentos feministas, considerados por grande parte das esquerdas como divisionistas da luta maior, conforme apontou Barsted (1997, p. 105):

A luta pelo direito ao aborto no Brasil tem seu cerne na radicalidade da contestação contra a interferência do Estado no corpo feminino, contra a disciplinação moral e religiosa sobre este mesmo corpo por parte dos setores religiosos e contra o moralismo da sociedade em geral e dos setores de esquerda, em particular, que viam nessa questão do aborto um viés divisionista e pouco relevante socialmente.

Mesmo assim, não se pode afirmar que o jornal não possibilitou o debate ou não abordou o tema. Até porque, além das duas matérias, doze missivas entre os meses de março e junho de 1980, discutindo a questão do aborto, foram publicadas. O período de quatro meses entre a primeira e a última carta encontrada está inserido no lapso temporal existente entre as duas notícias citadas anteriormente. Sendo assim, é possível perceber, com essas cartas, como a temática do aborto estava sendo interpretada e ressignificada pela sociedade brasileira, assim como a posição do jornal sobre o tema.

A primeira publicação a propósito do aborto nas páginas do **Movimento** saiu na edição de fevereiro/março de 1980, número 242, com o título *Que tome a palavra a mulher*, ocupando duas páginas (20 e

21) na seção cultural e dividida em quatro partes. O texto de autoria de Maria Alice Rocha tem ligações com a manifestação realizada na cidade do Rio de Janeiro no começo de 1980. A manifestação foi liderada por Branca Moreira Alves e contou com aproximadamente quarenta participantes que se deslocaram até a 25ª delegacia de polícia “protestando contra a prisão de duas jovens, de um médico e de uma enfermeira, acusados da prática de aborto” (BARSTED, 1997, p. 20-21). Tais prisões ganharam repercussão na época, o que pode ter facilitado a publicação.

Ao analisarmos a reportagem, o primeiro aspecto que chama a atenção é o texto localizado na parte superior da página com os dizeres *A legalização do aborto*, apontando que os conteúdos dos textos publicados defendiam a prática, isto é, já antecipando o discurso (ORLANDI, 2012). Essa defesa foi possível, teoricamente, devido ao lugar de onde falava a autora (ORLANDI, 2012, p. 39-40). Lugar esse que sustentou os argumentos de Maria Alice Rocha nas disputas de poder acerca do tema, dentro até mesmo da redação.

A matéria apresenta argumentos que defendem a prática do aborto, da mesma forma que refletem acerca dos problemas que a criminalização de tal prática causa às mulheres, principalmente por terem de procurar clínicas clandestinas para a realização, o que estava causando um número de aproximadamente setenta mil mortes por ano no Brasil (MOVIMENTO, fev/mar. 1980, p. 20). Segundo a autora, assim como para aquelas pessoas que defendem, o aborto “pode ser uma intervenção simples, com risco muito reduzido para a saúde, quando efetuado em condições adequadas” (MOVIMENTO, fev/mar. 1980, p. 20).

Além dos argumentos apresentados, Rocha ainda discorre sobre o problema da falta de políticas de saúde públicas voltadas para mulheres no Brasil, que, juntamente com os discursos religiosos e moralistas, acabam mantendo as mulheres ignorantes em relação aos seus corpos. Por fim, coloca-se que é preciso debater o tema e rever algumas questões relativas a ele, principalmente no que tange à legislação vigente e que, para isso, é preciso “que tome a palavra a mulher” (MOVIMENTO, fev/mar. 1980, p. 20). Mais do que isso, a autora trouxe para o debate as disputas existentes pelo domínio do corpo. Disputas travadas principalmente na década de 1970, período considerado por pesquisadoras e pesquisadores de gênero e feminismo “como um período marcante na conquista de legislação mais liberais sobre a interrupção voluntária da gravidez” (PEDRO, 2003d, p. 169).

É preciso lembrar que o controle sobre os corpos das mulheres já estava consolidado no Brasil, segundo Joana Maria Pedro, desde a promulgação do Código Penal de 1940 (PEDRO, 2003e), que, além de continuar criminalizando a prática, legitimou o controle por meio de abortos legais realizados somente com profissionais da saúde autorizados, ou seja, os médicos. O Código de 1940 continua em vigor, mantendo assim “uma política bastante conservadora em relação à legislação sobre o aborto”⁶¹.

Outras duas partes da reportagem seguem a mesma linha de raciocínio da primeira, descrita anteriormente. Elas têm em seus conteúdos os relatos de duas mulheres que praticaram o aborto e a apresentação do método Karmam utilizado na França. Mas o que chama a atenção ao realizar uma análise mais detalhada é a quarta parte da reportagem, intitulada *A condenação dos bispos católicos*, que já deixa bem claro o posicionamento em relação ao aborto (Figura 12), e que possivelmente foi publicado como um contraponto aos argumentos favoráveis. Além disso, o texto não recebeu autoria.

⁶¹ Relativamente à legislação do aborto e aos discursos que a afetam, verificar a tese de doutoramento de Myriam Santin (2005), que apresenta e discorre sobre como ocorrem às disputas envolvendo os movimentos feministas, a Igreja Católica e a política no Brasil.

Figura 12 – posição da igreja⁶²

Fonte: Movimento (1980)

O texto é formado por pequenos trechos de um documento escrito pelos bispos do Brasil, intitulado *Valores básicos da vida e da família*, e junto ao texto tem-se a publicação de uma foto do encontro realizado

⁶² No apêndice D encontra-se a transcrição desta fonte

pelos bispos em São Paulo. Os fragmentos enfatizam a questão do direito à vida, argumento amplamente utilizado por sujeitos contrários à prática. Além disso, atacam as feministas de maneira direta, afirmando ser “contra toda a argumentação capciosa que proclama o direito exclusivo sobre o seu corpo ou da necessidade de frear legalmente uma situação calamitosa (abortos clandestinos)[...]” (MOVIMENTO, fev/mar. 1980, p. 21). Dessa maneira, suponho que mais do que servir como contraponto, a publicação serviu como um posicionamento de parte de alguns profissionais do jornal em relação às feministas. Para além disso, não é impossível de se pensar que, ao apresentar argumentos clericais contra o aborto, o jornal estava tentando induzir os leitores e as leitoras a serem contra a prática, uma vez que a imagem discursiva que se tem dos integrantes da igreja tem um grande impacto na sociedade brasileira, caracterizada por sua forte ligação com o cristianismo. Isto é, o “imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem” (ORLANDI, 2012, p. 42). Além disso, Leila Linhares Barsted (1997, p. 111) lembra que “a reação da Igreja veio sob a forma de diversos artigos na grande imprensa, acenando com a excomunhão para aqueles que defendessem o aborto”, o que pode ter influenciado a redação a publicar um texto com o posicionamento clerical.

Ao mesmo tempo, por causa do espaço dado ao texto em relação à reportagem de Maria Alice Rocha, pode-se imaginar que o texto foi publicado com o intuito de demonstrar o pensamento conservador da igreja, o que creio ser a hipótese mais plausível em razão do público de leitores e de leitoras do jornal.

Sendo assim, por mais que se evitasse no Brasil o aparecimento de discursos que defendiam a prática do aborto, sendo o mais comum a divulgação de argumentos contrários, pertencentes a sujeitos “autorizados” a falar sobre o assunto, o semanário **Movimento**, ao dar um maior espaço aos textos de Maria Alice da Rocha, possibilitou publicidade ao discurso feminista, apresentando argumentos em favor da legalização. Isto é, dentro de uma sociedade que procurava dificultar ao máximo o contato com determinados discursos, conforme pontuou Foucault (2009, p. 37), o jornal inseriu mais uma vez as feministas na ordem do discurso.

A partir dessa publicação, o tema aborto deixou de receber espaço nos cadernos existentes dentro do jornal e tornou-se objeto de debates entre as pessoas que defendiam sua liberação ou legalização e aquelas contrárias por meio da publicação de cartas enviadas à redação. Ao todo, como já informado, foram publicadas doze epístolas nos números encontrados. A primeira carta foi publicada no exemplar número 245,

de 17 de março de 1980 (Figura 13), na página 23, do **Movimento**, com o título de *Oposição à luta de libertação da mulher* e de autoria de Amnéris Marosi, moradora da cidade de São Paulo, localizada na parte superior direita da seção Carta do Leitor. Na mesma seção, foram publicadas outras quatro cartas, questionando o posicionamento soviético relativamente ao Afeganistão e apontando que não se poderia considerar o levante ocorrido nesse país como um levante socialista. Além das cartas, há, na parte inferior, um anúncio vendendo fotos feitas por André Boccato durante um período em que esteve em Cuba.

Figura 13 – Carta Amnéris Marosi⁶³

IGREJA E FAMÍLIA

Oposição à luta de libertação da mulher

Vários textos e resoluções foram discutidos e aprovados na 18ª Assembleia Geral da CNBB. A imprensa, porém, só ressaltou um deles, referente ao problema da terra. Um outro documento aprovado, de atualidade indiscutível, foi praticamente esquecido pela imprensa (em especial pela imprensa alternativa), intitulado "Valores básicos da Vida e da Família", seu conteúdo está mercado pela condenação do aborto e, portanto, de sua legalização.

O que me chamou a atenção no debate em questão foi a utilização de dois pesos e duas medidas na discussão desses documentos. Não faltaram aplausos por parte de diversos setores, a condenação da propriedade capitalista e a defesa da resistência popular na conquista de formas alternativas de propriedade, que o documento de Raici propõe. Nenhum comentário, no entanto, foi feito a respeito da condenação do aborto.

A família, ao que parece, em sua estruturação tradicional, é um conjunto de que a Igreja não pretende abrir mão. Já havia se manifestado por ocasião da votação da lei do divórcio no Congresso, terminantemente contrária a qualquer alteração no relacionamento entre os sexos. A lei do divórcio foi aprovada — ainda que absolutamente insatisfatória — a despeito de sua intransigência.

É preciso perceber que a capacidade de mobilização política e as alternativas populares que vem se realizando no seio da Igreja se, por um lado, podem representar um elemento importante para a transformação da sociedade sob alguns aspectos, por outro lado, podem representar um atraso — quando não sua paralisia. É o que se coloca particularmente no caso da luta pela libertação da mulher. É fato bastante conhecido que a luta da libertação da mulher passa pela destruição da família patriarcal que sustentamos. Passa, entre outras coisas, pela conquista do divórcio verdadeiro, pelo direito ao aborto livre e gratuito etc. A hierarquia católica parece, no entanto, ao se sensibilizar por algumas das reivindicações dos setores oprimidos — nos aspectos em que estas também lhes interessa. Sua simpatia, por exemplo, pela pequena propriedade familiar não é nova. Desde João XXIII a defende, considerando-a a expressão ideal por funcionar como "comunidade de pessoas". A outras reivindicações mostra-se completamente surda. Não se propõe sequer a discutir e mais a mais elementar dos direitos: o direito da mulher sobre seu próprio corpo. Além disso, não reconhece a situação real em que milhares de abortos são feitos de forma clandestina nas piores condições possíveis, atingindo principalmente os setores oprimidos, de quem a Igreja Católica afirma ser o real portador.

Em relação, portanto, à luta pela libertação da mulher temos na Igreja um terreno e poderoso oponente. E é preciso discutir a questão. A imprensa dando uma de aversão em nada contribui para isso. Pelo contrário.

Amnéris Marosi
São Paulo - SP

Fonte: Movimento (1980)

⁶³ No apêndice E encontra-se a transcrição desta fonte.

A carta tem como objetivo questionar o esquecimento por parte da imprensa alternativa acerca da publicação do texto clerical citado na análise anterior. Indo mais além, a autora critica os poucos jornais que se dispuseram a relatar o texto da igreja, apontando que apenas reproduziram o discurso e não fizeram nenhum questionamento. Deixando, assim, transparecer que havia uma concordância com o posicionamento conservador existente dentro da igreja.

Depois de expor esses argumentos contra a ação da imprensa e, no caso aqui o **Movimento**, a autora muda seu foco para os argumentos utilizados pela igreja e que foram publicados, assim como para a própria instituição, criticando-a por seu posicionamento extremamente dúbio no que se refere às reivindicações emergidas das camadas mais populares, defendendo apenas aspectos que lhe são interessantes, como por exemplo, a família tradicional (MOVIMENTO, mar. 1980, p. 23)⁶⁴.

Contudo, conforme apontou Luciana Klanovicz, em pesquisa feita acerca das cartas de leitores em revistas e jornais, as missivas publicadas foram escolhidas pelos próprios jornais; dessa maneira, a redação só seleciona as cartas que entende estarem de acordo ou parcialmente de acordo com seus princípios editoriais (KLANOVICZ, 2003, p. 285). A partir de então, pode-se supor que as críticas feitas por Amnéris Marosi, em sua carta ao texto produzido pelos bispos brasileiros, argumentando que a igreja, “não se propõe sequer a discutir e nega o mais elementar dos direitos: **o direito da mulher sobre seu próprio corpo**. Além disso, não reconhece a situação real em que milhares de abortos são feitos de forma clandestina” (MOVIMENTO, mar. 1980, p. 23. Grifo nosso). Também eram críticas do jornal direcionadas à igreja, assim como à sociedade que condena as mulheres que praticam o aborto, corroborando com minha hipótese anterior acerca da publicação do texto dos bispos. Isto é, o não fazer crítica na matéria pode ser entendido então como esquecimento da enunciação, conforme os apontamentos feitos por Eni Orlandi (2012, p. 35).

Para corroborar em parte com essa hipótese, estão as cartas publicadas nas edições dos dias 23 de março de 1980 (Figura 14) e 30 de março de 1980 (Figura 15). Ao todo, foram veiculadas cinco cartas, sendo três na edição do dia 23 e duas na edição do dia 30. Todas elas são de autoria de grupos de feministas enviadas ao então Juiz Mota Morais e ao promotor Rodolfo Ceglia, demonstrando o total apoio às

⁶⁴ Trecho da carta de MAROSI, Amnéris, de São Paulo – SP. Extraída do jornal **Movimento**. São Paulo. n. 245. 17 mar. 1980, p. 23.

mulheres presas pela prática de aborto e que foram notícia nas páginas policiais de alguns veículos de comunicação brasileiros. Os grupos que assinaram foram: *Grupo de Mulheres do Terceiro Mundo* (Holanda) e o *International Subcomitee* (NAC), de Londres (Inglaterra). As outras três recebem do jornal apenas o nome de uma das autoras e a quantificação do número de mulheres que assinam, sendo todas residentes em Paris, na França (MOVIMENTO, mar. 1980 p. 23). Todas as cartas, mediante os pequenos trechos publicados, defendem o direito de se escolher interromper a gravidez, conforme o seguinte trecho: “É necessário que seja um direito de todas as mulheres do mundo aceitar ou recusar livremente o aborto” (MOVIMENTO, mar. 1980 p. 23). Da mesma forma, defendem o direito de acesso a métodos contraceptivos. Enfim, o que se percebe é a presença da bandeira fortemente defendida pelos movimentos feministas, do direito ao controle do corpo. Direito reivindicado desde a década de 1970, como comentado anteriormente.

Figura 14- Cartas de grupos feministas

MULHERES

Pelo direito ao aborto

A carta e os abaixo-assinados que seguem foram enviados ao Juiz carioca Mota Meraia e ao promotor Rodolfo Ceglia, em solidariedade às mulheres Maria Irene Schmitz, Marcia Mendes Dantas e Maria da Conceição Brito e ao Dr. Carlos Roberto da Silva, acusados de prática clandestina de abortos.

Nós, um grande grupo de mulheres holandesas, queremos comunicar nosso protesto contra a punição de mulheres que praticaram o aborto. É necessário que seja um direito de todas as mulheres do mundo aceitar ou recusar livremente o aborto. Isto é uma responsabilidade das mulheres e um direito moral, um direito humano aceitar ou recusar o aborto. Nós esperamos que ele seja legalizado brevemente no Brasil.

Nós também esperamos que considere nossa carta, e que ela sirva de ajuda às mulheres presas.

Grupo de Mulheres do Terceiro Mundo, Centro de Informação e Ação Internacional (M.I.A.C.) Utrecht - Holanda

Nos abaixo-assinados, pesquisadores e pessoal administrativo dos grupos de pesquisa do Instituto de Estudos do Desenvolvimento Econômico Social da Universidade de Paris, apelamos a luta das mulheres brasileiras em favor da Liberdade de procriação, pelo direito à contracepção e ao aborto, e pelo controle de seu próprio corpo.

Lolise V. Clarel, secretária, e mais 12 assinaturas - Paris, França

A equipe de pesquisa nº 151 do CNRS - Centro Nacional de Pesquisas Sociais da Universidade de Paris - apóia a mobilização das brasileiras na luta em favor da liberdade de procriação, pela direito à contracepção e ao aborto.

André Michel, sociólogo, e mais 16 assinaturas - Paris, França

Special Nº 3
os Jornais
s programas
os partidos
s programas do
FB, PT e PPB
Preço: Crs 5,00
 para pedidos:
 7 - Pinheiros - S. Paulo
 de Corvelho Pinto, 625
 S. Paulo

Fonte: Movimento (1980)

Figura 15 – Cartas feministas

GARTAS ABERTAS

MULHERES

«O aborto deve ser seguro e legal»

“Só a mulher pode controlar seu próprio corpo”

As cartas que se seguem foram enviadas ao *Justiça*, ao *Ministério da Saúde* e ao *Ministério da Educação* e a existência de uma crise.

As mulheres, os homens não possuem visivelmente nenhuma experiência no que concerne à responsabilidade imensa de ter colocado uma criança no mundo, logo não tem nenhum direito de julgar, como se não as únicas envolvidas, começam por todo o mundo a acordar e se revelar, como atualmente em voo no país.

Não nos alegremos de saber que as mulheres brasileiras manifestam-se nas ruas, e que elas não vão mais se calar, seu número cresce, e elas tem nosso apoio. E os acusados serão defendidos.

Gostaria ainda, sr. promotor, de vos informar que estou enviando cópias desta carta a vários jornais brasileiros, importantes, a fim de que este apelo seja atendido.

Quanto aos abortos, portanto, não se trata de criminalizar-se principalmente, para as mulheres, de seu direito e suas possibilidades de ter ou não um filho. Logo, deve-se falar de filhos desejados e também de que poderia se fazer por eles nesta terra. Porque se filhos não desejados desafortunados são certamente conhecidos melhor seu destino e seus problemas.

Na esperança de ter conseguido despertar seu interesse em favor dos delinquentes.

Anja Bülow
Courbevoie - França

DIREITOS HUMANOS

No banco da escola

Tomei conhecimento através do Movimento nº 238 do artigo sobre o Prêmio Sorocó para os Direitos Humanos. Ora, percebo imediatamente que o povo já não é mais aquela massa titubada que não tinha resposta às agressões. Agora reivindica todos os aspectos por uma vida melhor e como meio de torná-los organizados contra a violência e presidente do MPFA de Minas, Helena Greco, alinha a lista de Direitos Humanos onde os direitos principais são denunciados através da imprensa especializada comitês contra a soberania do povo, dar assistência médica e jurídica às vítimas de arbitrariedades policiais e estimular os grupos de base que lutam contra o império do arbítrio e da opressão. Estas medidas são básicas e necessárias para que o povo adquira uma independência consciente educada e integral dos seus direitos.

Em cima desta ideia aproveito, desculpe a liberdade, para lançar uma sugestão.

Letícia Pessoa de Medeiros
Natal – RN

Reações

RELAÇÕES EDUCACIONAIS E DO TRABALHO

coordenação de M. NILDE MASCELLANI

- TÉCNICAS PEDAGÓGICAS APLICADAS AO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL
- TRABALHO EDUCACIONAL COM CRIANÇAS E FAIS DE ESCOLAS DA PERIFERIA
- DESTINADO A PROFESSORES, ORIENTADORES E DIRETORES DE ESCOLAS PÚBLICAS E MUNICIPAIS
- EDUCAÇÃO POPULAR E ORGANIZAÇÃO DOS SETORES POPULARES

Inscrições: Alameda da Progresso, 56 - 190 - 77 andar - conj. 701 - tel. 12-1635 - Centro - CEP 01000

MOVIMENTO 52 de 10/1980

Fonte: Movimento (1980)

O meu entendimento de que as cartas corroboram em parte se deve, primeiramente, ao posicionamento delas na página na qual estão veiculadas e, em segundo lugar, ao conteúdo delas. Quanto ao posicionamento, as três primeiras estão localizadas na parte inferior direita da página e o título recebeu um tamanho de fonte menor que as outras cartas do mesmo número, o que pode ser entendido como uma

questão que não recebeu a devida importância do semanário. Em outras palavras, por mais que se defendesse o aborto, o efeito de sentido pode ser outro. Já, as duas publicadas posteriormente parecem ter recebido maior atenção, estando localizadas na parte superior direita e ocupando um terço da página. A carta localizada logo abaixo no jornal defende a aplicação dos direitos humanos, pois a população brasileira não é “mais aquela massa tutelada [...]” (MOVIMENTO, mar. 1980, p. 23), e que é preciso a criação de um órgão para atendimento da população, além da necessidade de se inserir uma disciplina sobre o tema no currículo escolar, ensinando assim os direitos e os deveres para os cidadãos. A carta é direcionada a uma reportagem que não trata do aborto, o estranho é que a questão dos direitos humanos também é utilizada por aqueles que são contra a prática do aborto, pois eles afirmam que um dos direitos é o direito a vida. Dessa forma, é plausível de se imaginar que, mesmo dando um maior destaque na seção de cartas de leitores, ao publicar concomitantemente uma correspondência defendendo os direitos humanos, a redação novamente buscou dar outro sentido. Ou seja, “as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele” (ORLANDI, 2012, p. 30).

Contudo, entendo que a inserção da carta sobre direitos humanos tenha outro sentido, o de defesa do direito que as feministas reivindicam, que as mulheres tenham o controle sobre os seus corpos. Sendo assim, o jornal trabalhou a favor das feministas e de suas lutas, reconhecendo que as mulheres são donas dos próprios corpos. Para corroborar com a minha afirmação, ao se focalizar o conteúdo textual das cartas das feministas, logo no primeiro parágrafo delas há uma informação alegando que todas as cartas foram enviadas ao juiz que ordenou a prisão das mulheres, do médico e da enfermeira, e não à redação do jornal. Ou seja, entendo que, ao tomar conhecimento da existência de tais cartas e publicá-las, o jornal além de defender o direito das mulheres sobre seus corpos também se posicionou a favor das pessoas condenadas pelo juiz por prática de aborto, bem como a favor da prática em si.

Esse posicionamento favorável à legalização do aborto por parte do jornal tem relação com o contexto vivenciado na época da publicação, quando, segundo Leila Linhares Barsted (1992, p. 110),

[...] o movimento feminista deflagrou o debate sobre o aborto. Artigos em jornais e revistas da grande imprensa e imprensa alternativa, livros, teses, seminários, conferências, planfletagens nas

ruas, entrevistas na televisão, pressão sobre partidos progressistas e sobre candidatos às eleições legislativas caracterizaram essa nova fase de luta pelo direito ao aborto.

Ainda que o contexto tenha grande influência no posicionamento do jornal, compreendo que a ligação que o tema tem com as camadas menos favorecidas da população, uma vez que “é sobre as mulheres pobres que os riscos e sequelas decorrentes de um aborto inseguro são maiores[...]” (TORNQUIST, 2012, p. 23-24), teve maior impacto dentro da redação do jornal, pois, é preciso lembrar que o próprio jornal afirmava ser defensor dos grupos menos beneficiados e dos movimentos sociais existentes no Brasil.

A partir de então, o que se percebe é uma parcimônia por parte do jornal referentemente ao tema, que só será quebrada com a última reportagem encontrada nos números analisados. Essa afirmação de um posicionamento moderado por parte do periódico tem relação com o equilíbrio na publicação de missivas sobre o assunto, sendo cinco contrárias e três favoráveis. E também com a maneira como o jornal dividiu-as entre as publicações, nunca publicando opiniões contrárias em uma mesma edição. Dessa forma, o jornal deixou o debate para suas leitoras e seus leitores.

Das oito cartas, duas foram publicadas no número 248, de 7 de abril de 1980 na página 23 do jornal. A primeira delas recebeu o título de *Não é essa a solução para a injustiça social*, de autoria do monge Mateus de S. Penteado, do estado de São Paulo. E a segunda, intitulada com uma pergunta *A legalização é necessária?*, é de autoria de Irene Maria dos Santos, moradora de Rondônia. As duas cartas são contrárias à legalização e à prática do aborto, e foram direcionadas para a publicação da reportagem *Que tome a palavra a mulher*, analisada anteriormente, e funcionaram como uma resposta para a carta de Amnéris Maroni.

Ao analisar mais detalhadamente as duas cartas, o primeiro ponto que chama a atenção é o tamanho ocupados por elas na página da edição, que corresponde a 50% do total. Junto se observa que os títulos receberam uma fonte maior que as outras três cartas publicadas na mesma página. Tal ação pode ser entendida como uma estratégia discursiva da redação do jornal para chamar a atenção do leitor ou da leitora.

Voltando o olhar para a parte textual das cartas, as duas se utilizam do mesmo discurso argumentativo para criminalizar a prática,

ao unirem a questão religiosa, o direito divino à vida e a naturalização do papel de mãe das mulheres, chegando a afirmar que as mulheres não podem “negar aquilo que é mais fundamental em sua condição [...] a maternidade” (MOVIMENTO, abr. 1980, p. 23), e que é preciso “aprofundar o sentido de Deus na consciência do povo” (MOVIMENTO, abr. 1980, p. 23). Simultaneamente, as cartas consideram o aborto como um ato pavoroso e que sua legalização é o mesmo que “legalizar o Esquadrão da Morte” (MOVIMENTO, abr. 1980, p. 23), e que, antes de se legalizar, é preciso que a sociedade reflita sobre o tema, questionando “se é mesmo necessária, e se tem sentido” (MOVIMENTO, abr. 1980, p. 23) mudar o código penal.

Ao mesmo tempo em que fazem esse apelo tanto emocional quanto religioso, as cartas atacam as feministas, acusando-as de serem pertencentes às camadas mais favorecidas da sociedade, e que são “expressão da decadência e podridão da moribunda burguesia” (MOVIMENTO, abr. 1980, p. 23), além de não saberem nada da vida, pois nunca tiveram de fazer algum sacrifício. O sacrifício aqui pode ser entendido como a maternidade, uma vez que, em sua na carta, Irene Maria dos Santos dá ênfase às suas superações como mãe de três filhos; a necessidade de ter de efetuar uma atividade remunerada fora do lar; e as dificuldades existentes para aquelas pessoas pertencentes aos grupos inseridos na pobreza.

Além de ser uma demonstração de ponderamento do jornal em relação ao tema, percebo que a publicação dessas cartas também serviu como uma forma de ataque aos grupos feministas da época. Isto é, o jornal reproduziu de forma indireta que as feministas lutavam por uma causa individualista e divisionista da luta maior. Ao mesmo tempo em que tais veiculações podem ser entendidas como uma resposta de um país extremamente religioso a uma ofensa, no caso aqui, a carta de Amnéris e sua defesa pelo direito a abortar.

Ainda acerca das missivas, entendo que elas funcionavam dentro de um jogo de poder discursivo, no qual o corpo das mulheres está em disputa, como vozes autorizadas a falar dentro da perspectiva de Foucault (2005), uma vez que a imagem que se tem de uma mãe e de um representante da igreja é diferente socialmente da que se tinha e ainda se tem das feministas e de suas reivindicações.

A resposta às críticas feitas pelo monge Mateus de S. Penteado e, indiretamente, à Irene Maria dos Santos foi veiculada no jornal na edição número 250, de 20 de abril de 1980, sendo a autoria de Amnéris Maroni e recebeu o título de *Dois padrões: esposa ou prostituta* (Figura 16). Nessa carta, a autora discorre sobre o conservadorismo e o

machismo existentes dentro da igreja, apontando para o fato de que a igreja, por meio de seu discurso – do local de onde se fala e quem pronuncia –, acabou criando dois padrões a serem seguidos pelas mulheres, “a da Virgem Maria que mesmo mãe se mantém virgem, e Maria Madalena, prostituta redimida e santificada” (MOVIMENTO, abr. 1980, p. 23). Dessa forma, argumenta a autora, a igreja – no caso aqui analisado se utiliza de toda uma memória discursiva que tais imagens tem – reproduz a dupla moral burguesa: ou esposa-mãe, ou prostituta, da mesma maneira que nega o desejo sexual feminino. Por fim, Amnéris Maroni afirma que a legalização do aborto não necessariamente significa a negação da maternidade conforme aponta o monge em sua carta, mas sim como uma possibilidade de escolha e de controle do próprio corpo.

Seguindo a lógica da neutralidade, suponho que tal epístola só tenha sido publicada por ser uma resposta, ou seja, o jornal estava funcionando como um mediador do debate. Contudo, é possível que a carta de Amnéris Maroni tenha sido publicada por atacar diretamente a igreja e a moral conservadora que ela divide com a sociedade burguesa, sendo as duas instituições consideradas tradicionalmente inimigas das esquerdas, entrando, dessa maneira, dentro do enquadramento discursivo do jornal. Essa ação pode ser entendida então como pertencente à lógica do princípio de autoria de Foucault (2006, P. 26). Outra questão que contribui para essa hipótese é o fato de a carta ocupar aproximadamente 45% da parte textual da página, chamando a atenção do leitor e da leitora juntamente com o título.

Na mesma edição, foram publicados, em um mesmo espaço, pequenos trechos de missivas enviadas por grupos feministas apoiando as mulheres presas no Rio de Janeiro. Assim como na outra edição, suponho que as cartas tenham sido editadas pela redação do jornal. O que diferencia dessa vez é a informação de que elas eram cópias das cartas enviadas ao juiz e ao promotor do caso. Isto é, o jornal demonstrava, dessa forma, sua neutralidade à leitora e ao leitor, deixando de forma clara que a redação não foi atrás daquelas cartas, como é possível de ter acontecido anteriormente.

Figura 16 – Cartas em favor do aborto⁶⁵

ABORTO

Solidariedade internacional

Grupos feministas protestam contra repressão no Rio

Nesta semana receberam cópias de várias cartas enviadas por entidades e grupos feministas e feministas internacionais ao juiz Alberto Melo Moraes e ao promotor Rodolfo Cadia, onde desaprovam a punição, no Rio de Janeiro, do médico Carlos Roberto da Silva, da enfermeira Maria Ivone Schmitz e das mulheres Márcia Sanches Dantas e Maria da Conceição Brito, pela prática de aborto.

O "Collectif Toulousain pour l'Avortement et la Contraception" (Coletivo pelo Aborto e Contraceção) da cidade de Toulouse, França, expressa seu apoio e solidariedade aos punidos. "Nós na França", dizem, "lutamos pelo direito de cada mulher de fazer o que bem entende de seu corpo", isto é, ter uma filha ou não, desde que ela queira, se ela puder e quando ela quiser e puder".

Ainda na França, um grupo de 10 pesquisadoras médicas e científicas dos setores VI, VII, XII e XIII da Universidade de Paris, enviaram-nos cópia de abaixo assinado onde declaram autêntica "cada vez mais a luta das feministas brasileiras pela defesa dos direitos da mulher e inteiro domínio sobre seus corpos, e apdram sua campanha pela legalização do aborto".

No Dia Internacional da Mulher — 8 de março — vários grupos de mulheres da União Sindical Holandesa, a Seção holandesa do IV Internacional, o Movimento de Mulheres holandesas, o Movimento de Mulheres (tornal), e grupos de mulheres do Partido Trabalhista holandês, do Partido Democrático Nacional holandês, do Partido Socialista Facilitado holandês, além de mulheres espanholas e suecas, reunidas em Rotterdam, Holanda, também manifestaram-se contra a repressão às pessoas acusadas de aborto no Rio de Janeiro.

Outra carta enviada às autoridades caríacas encorajadas do processo contra o médico Carlos Alberto, a enfermeira Maria Ivone e as mulheres Márcia Sanches e Maria da Conceição, foi enviada pelo Women's Liberation Home de Groningen, Holanda, onde declaram que "as mulheres deveriam ter o direito de decidir se querem ter (mais) filhos ou não, e de fazerem o que acham ser melhor para elas e seus corpos. O aborto deve ser legalizado".

Dois padrões: esposa ou prostituta

As linhas abaixo tem por objetivo responder ao leitor R. Mateus, (Movimento nº 248) para quem o abaixo manifestação a favor do aborto (Movimento, nº 244) se incluiu entre os setores que expressam a "decadência e podridão da moralidade burguesa".

Para começar, o R. Mateus não tem parecido feliz em suas argumentações. A defesa do aborto não implica na negação da maternidade — como o leitor quer nos fazer crer — mas sim na possibilidade de escolha — direito elementar do ser humano. Não implica também na tentativa de "desviar a atenção do povo dos seus mais urgentes e sérios problemas". Quem deve escolher quais são os seus problemas e urgentes? Cabe, portanto, às mulheres a sua escolha, e não aquelas que se colocam no direito de interpretar-las por quem de interpretar-las se autoproclamam, e quem assim o faz não é a "moralidade burguesa", mas as mulheres trabalhadoras que desejam reverterem as "farsas de anjos" e quando não, a agitação da trilha, anda e cachaça do que não se encontra no aborto para provocar o aborto.

Tais fatos, infelizmente, não fazem parte da imaginação de uma "burguesia decadente". Ela não rejeita de mulheres trabalhadoras em congressos recentes e no parlamento dos jornais, que o leitor se nega a discutir, considera-on uma "desolada esfarrapada". E mais, compra a legalização do aborto à realização do Espetáculo da Morte. Postura típica — se pouco correta — dos que tentam acabar com a discussão apelando para o emocional.

Na verdade, essa postura da Igreja Católica em relação a um dos problemas sentidos pela mulher é a ponta de um iceberg. Não é de hoje que a Igreja nos interpreta, nos oferece dois padrões positivos de mulher: a Virgem Maria — que nunca não se mancha virgem —, e Maria Mãe — a prostituta rejeitada.

Como vemos, padrões sexuais, onde a mulher é vista como objeto de desejo sexual das mulheres.

Além disso, hierarquia e machismo são os elementos centrais que a estrutura da Igreja Católica propõe para a sociedade. A Igreja mantém, diz o ditado, E, em certo sentido, a verdade. Já que através da fé se mantém um verdadeiro espírito de mulheres — freiras, monjas, etc. — que trabalham, etc. — qualquer essa estrutura. E, diga-se de passagem, sem direitos mínimos trabalhistas tal como jornada de 8 horas, 13 salário, direito de sindicalizar-se etc. Se um direito possuem, o de "estabilidade no emprego".

Contrastes sexualmente — desde seu casamento com Cristo — o único direito que lhe é assegurado é o da obediência e submissão, sem sequer o reconhecimento social oferecido aos homens, que podem subir na sua hierarquia e tornar-se padre, bispo, papa.

E preciso ainda lembrar as últimas manifestações do atual papa. Em seu discurso, ele não hesitou em dizer, que retirou até mesmo o direito à palavra da mulher nos cultos religiosos. Não nos enganemos: se em breve nos veremos a volta do cristo da caridade, como no "Evangélio".

O que talvez a papa e seus seguidores estejam encorajando é que atualmente dispõem de uma organização rígida — controlada a duras penas — e uma vontade inerte de colocar as cartas na mesa.

Amélia Marini
São Paulo, SP

**PSICOTERAPIA
BIODINÂMICA
GEMMA ROCCO**

Psicologia Clínica-CRP 2.629
Fisioterapeuta - CREFITO - 1.143. F

Rua Itapicuru, 880 - Alto - São Paulo
Maiores informações Telefone: 864-8002
das 14,00 às 18,00 hs.

**Faça como as grandes personalidades
democráticas do nosso país:**

ASSINE MOVIMENTO

□ ASSINATURA ANUAL (Cr: 1.800,00 - Exterior: US\$ 70)
□ ASSINATURA BIANUAL (Cr: 2.800,00 - Exterior: US\$ 140)

Estou enviando o cheque nº _____ em nome de Edição S/A, Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo, SP, CEP 05418. Se a assinatura for feita na Europa, enviar para conta postal CCP 1778-46 S - M. Villalchi - Paris, FRANCE.

Nome _____ Idade _____
Endereço _____
Cidade _____ Estado _____ CEP _____

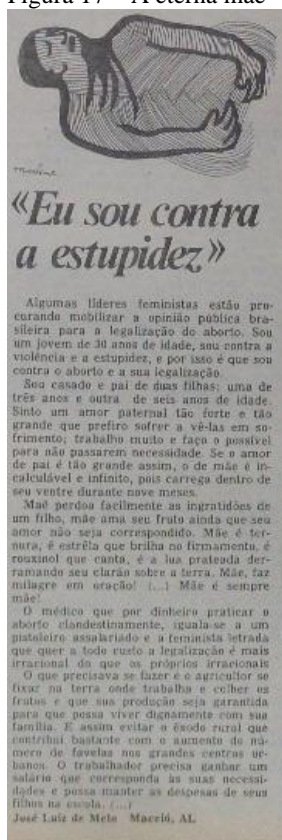
Fonte: Movimento (1980)

As quatro últimas cartas encontradas durante o processo de pesquisa foram publicadas nas páginas do jornal em duas edições:

⁶⁵ No apêndice F encontra-se a transcrição desta fonte.

número 251 e número 252. Como já antecipei, todas elas são contrárias à discriminação do aborto. Duas delas são de autoria de mulheres: *Paternalismo assustador*, de Enriele M. Fernandes, de Ribeirão Preto/São Paulo, e *Sem Slogans*, de Irene Bezerra, de Belo Jardim/Pernambuco. E duas de autoria de homens: *Sou contra a estupidez*, de José Luiz de Melo, de Maceió/Alagoas, e *Igual ao esquadrão*, resposta do monge Mateus às críticas feitas por Amnérís Maroni. Antes de voltar o olhar para elas, chama a atenção o fato de não serem mais publicação de missivas apoiando o aborto, digo isso pautado na já relatada participação de feministas tanto em reportagens quanto em seções de cartas de leitores de outras edições quando as temáticas eram outras, como no caso do trabalho das mulheres. Tal silenciamento fica maior, quando se olha para o contexto da época, o qual se caracterizou por uma maior ofensiva por parte dos feministas acerca do tema (BARSTED, 1992, p. 110). Do mesmo modo que se verifica um aumento no debate em torno da questão, chegando inclusive a ser debatido na revista *Veja*, conforme assinalou Cintia Lima Crescêncio (2012).

Retomando as epístolas, o primeiro fator que merece destaque são os títulos escolhidos, mais especificamente dois deles: *Eu sou contra a estupidez* (Figura 17) e *Igual ao esquadrão*. Esses dois títulos são chamativos, uma vez que um dos efeitos de sentidos plausíveis é que, mesmo expondo vários argumentos favoráveis, dentre eles o direito ao controle do corpo, a legalização do aborto é uma atrocidade e não deve ser aceita. Esse efeito de sentido é evidenciado com o uso da palavra *estupidez*, que remete a algo irracional, fugindo assim da “natureza” humana. Para corroborar ainda com essa suposição, foi colocado um desenho de uma mulher segurando seu ventre. Ou seja, o desenho atua como um discurso que remete à maternidade, deixando de forma evidente o que parte da sociedade espera de uma mulher, o ser mãe.

Figura 17 – A eterna mãe⁶⁶

Fonte: Movimento (1980)

Focando na parte textual das epístolas, em uma primeira leitura, aparentemente as cartas são breves opiniões acerca da temática; contudo, quando se analisa mais precisamente, é perceptível nos textos a presença de um discurso com fortes influências da igreja, de setores mais conservadores da sociedade civil e também de grupos de esquerdas brasileiros. Sendo o principal alvo das críticas os grupos feministas e a luta pela libertação – no caso o controle sobre o próprio corpo e o fim da naturalização da maternidade. Ambos são questionados nas cartas, como se percebe na pergunta feita por Irene Bezerra, “mas seria libertação fugirmos às responsabilidades humanas e específicas da **condição**

⁶⁶ No apêndice G encontra-se a transcrição desta fonte.

feminina? (MOVIMENTO, abr. 1980, p. 23. Grifo nosso). Aqui, além desses questionamentos, tem-se novamente o retorno da imagem da mãe, como se fosse à única e exclusiva missão feminina.

E é o uso contínuo dessa relação entre mulheres e maternidade que chama a atenção ao se analisar as missivas. Em vários trechos, a ideia do amor materno é trazida para a ordem do discurso, destaque para a carta de José Luiz de Melo que assim escreve:

Mãe perdoa facilmente as ingratidões de um filho, mãe ama seu fruto ainda que seu amor não seja correspondido, Mãe é ternura, é estrela que brilha no firmamento, é rouxinol que canta, é a lua prateada derramando seu clarão pela terra. Mãe faz milagre em oração [...] (MOVIMENTO, abr. 1980, p. 23).

Ao usarem tal “imagem”, os autores e as autoras possivelmente objetivavam acionar em seus leitores uma memória discursiva que se tem da mãe. Isto é, todo um discurso criado ao redor da maternidade é automaticamente acionado, juntamente com a posição de mãe. É o retorno, então, aos mesmos espaços do dizer, atuando assim como um processo parafrástico, segundo Eni Orlandi.

Ainda no que se refere à maternidade, também é usada como argumento contra as feministas e suas bandeiras, acusando-as de serem seres irracionais, assim como de ceifadoras de vidas que nada sabem sobre o que é ser mãe, questão que pode ser visualizada nas duas cartas de autoria de mulheres, que apontam para o fato de elas (as autoras) saberem o que é ser mãe, pois já tiveram a experiência. Simultaneamente, afirmam ainda que o tal controle sobre os corpos reivindicado pelas feministas acaba no exato momento em que ocorre a gestação, a partir desse ponto o corpo da mulher não mais pertence a ela. Ele passa a ser como um receptáculo de onde sairá uma nova vida (MOVIMENTO, abr. 1980, p. 23), e a legalização do aborto seria “um assassinato de uma vida inocente [...]” (MOVIMENTO, abr. 1980, p. 23), nas palavras do monge. O que temos então é novamente o uso do imaginário como parte do funcionamento discursivo, ou seja, “os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas” (ORLANDI, 2012, p. 42).

Simultaneamente, o uso contínuo da figura materna também pode ser entendido como um ininterrupto esforço por parte da sociedade, para convencer as mulheres de que esse era o seu principal objetivo. Algo

que entendo não ser compartilhado totalmente pela redação do jornal, pois, como veremos a seguir em reportagem publicada em setembro do mesmo ano, o periódico defende que as mulheres é que devem ser controladoras de seus corpos. Além de tentarem definir os objetivos das mulheres, tais cartas são aqui entendidas como demonstrações da forma como eram vistas as feministas por parte da sociedade, assim como verifica-se que “o antifeminismo era muito forte na sociedade brasileira dos anos de 1970 e 1980” (PEDRO, 2012, p. 249).

A partir de então, nos números analisados não foram mais publicadas cartas relativas ao aborto. Pode-se imaginar que essa ação tenha sido tomada por causa de pressões externas, no caso aqui de grupos ligados às esquerdas, os quais não concordavam com a legalização das práticas abortivas, conforme apontou Leila Linhares Barsted, ou porque não foram enviadas mais cartas à redação, o que creio ter sido algo difícil de ter ocorrido devido ao peso que o tema tem. Contudo, entendo que essa interrupção nas publicações das cartas seja fruto dos argumentos conservadores fortemente ligados à moral católica encontrados nas últimas missivas publicadas. Além disso, tais cartas apresentavam também argumentos considerados de senso comum, que não contribuíam para o debate. Ou seja, a redação, por não concordar com tais posicionamentos, possivelmente decidiu interromper as publicações de cartas a respeito do assunto.

Mais do que isso, o jornal igualmente resolveu se posicionar em relação ao aborto, ao publicar a última reportagem sobre a temática em suas páginas. Na edição número 272, de 7 de setembro de 1980, é veiculada a reportagem *Pílulas e Abortos vs Tradição*, de Daniel Junqua e Paul Yankovicht (Figura 18). Junto com ela, foi publicado o texto *Democracia dentro de nossas casas*, da jornalista Mirian Chrystus, que na época foi uma das organizadoras do ato público contra os assassinatos de mulheres por seus maridos em Belo Horizonte. Ambas foram veiculadas no caderno opinião do jornal, ocupando ao todo duas páginas.

As reportagens escritas por Daniel Junqua e Paul Yankovicht foram primeiramente publicadas no semanário Francês *Le Monde* e têm como foco central o tema do aborto e a mortalidade infantil em dois países, a Iugoslávia e a Argélia. O primeiro aspecto que chama a atenção ao analisar a reportagem é o próprio título com letras garrafais, que coloca juntos a pílula e o aborto contra os aspectos tradicionais. O que pode ser entendido como uma jogada da redação para que o leitor e a leitora posicionem-se, ou do lado da tradição ou a favor do uso de anticoncepcionais e da legalização do aborto. Outro ponto que merece

destaque é a imagem centralizada, no qual há o desenho de uma mulher grávida deitada, aparentemente sendo tocada por um tipo de aparelho pontiagudo originário do que parece ser um pedaço de gaze cheia de sangue. Não tenho como afirmar se essa imagem também foi usada no *Le Monde*, mas analisando-a, entendo que seu uso tem relação com a violência que milhares de mulheres se submetem em clínicas clandestinas e dos perigos que isso implica. Ou seja, entendo que a redação do jornal tenta de alguma forma conscientizar seus leitores e leitoras para esse problema, reproduzindo, assim, um dos argumentos utilizados pelos feminismos para a legalização da prática – ao mesmo tempo em que procurava se manter distante do movimento – , pois, mesmo sendo crime, as mulheres não deixaram de fazer; todavia, tendo em vista à condição de crime, elas estão “sujeitas ao risco de morrer ou ter sequelas graves” (NEGRÃO, 2009, p. 485). Esse parece ter sido também um forte argumento para “para sensibilizar setores da esquerda que não consideravam prioritária a luta pelo aborto” (SCAVONE, 2008, p. 676).

Em relação à parte textual, a reportagem da Iugoslávia inicialmente informa que o país legalizou o aborto já há dez anos, chegando ao número de trezentos mil abortos por ano e que, para legalizar, o governo teve de enfrentar fortes oposições de setores conservadores da sociedade, assim como dos membros da igreja. O texto também informa que existem algumas técnicas anticonceptivas disponíveis para as mulheres no país, no entanto, em virtude das dificuldades enfrentadas pelas farmácias e pelo governo em importar alguns medicamentos, estes acabam tornando-se caros demais para a grande maioria da população. Além disso, as mulheres também se recusam a usar a pílula anticoncepcional.

Segundo a reportagem, “apenas 50% das mulheres iugoslavas utilizam os anticoncepcionais [...]”, sendo o aborto a “forma mais ampla de interrupção da gravidez [...]” (MOVIMENTO, SET. 1980, p. 12). O autor argumenta que, mesmo com uma forte campanha de conscientização do governo e com a construção de “uma rede de centros de aconselhamento em todas as regiões do país” (MOVIMENTO, SET. 1980, p. 12), com o intuito de evitar gravidez indesejada, o aborto acabou se tornando uma fonte de renda para médicos e profissionais da saúde. Ele afirma isso pelo fato de os abortos custarem até trinta vezes mais do que outros procedimentos comuns. Além disso, outro problema é a grande procura de mulheres pertencentes a outras nações europeias que proíbem o aborto, e que buscam as clínicas na Iugoslávia para realizarem o método, principalmente as alemãs e as italianas. Por fim,

Yankovicht argumenta que é preciso manter a prática legalizada, mas que ela não pode virar uma mercadoria como está acontecendo em algumas regiões da Iugoslávia.

Figura 18 – Legalização versus conservadorismo



Fonte: Movimento (1980)

A segunda reportagem tem como foco a Argélia, a mortalidade infantil e o aumento nos casos de aborto. De autoria de Daniel Junqua, a matéria informa sobre a dificuldade existente no país para a implementação de políticas públicas de saúde reprodutivas voltadas para as mulheres por causa das fortes influências religiosas, no caso o Islamismo, na sociedade argelina. Em decorrência disso, as taxas de mortalidade infantil e de aborto têm aumentado no decorrer dos anos no país, o que vem preocupando as autoridades e os/as profissionais da saúde. Além disso, o domínio dos homens sobre as mulheres da família também surge como um empecilho para que métodos contraceptivos sejam utilizados. O autor continua apresentando os problemas que os aspectos tradicionais e religiosos têm causado na sociedade argelina, com destaque para o ponto no qual ele afirma que

as mulheres são retiradas muito cedo das escolas, o que aliás, também reduz as possibilidades de informação sobre os mecanismos de reprodução e dos meios de controlá-la (MOVIMENTO, set. 1980, p. 12).

Dessa forma, o autor argumenta que muitos dos problemas da mortalidade infantil e do aumento no número de abortos praticados na Argélia são frutos do pouco conhecimento que as mulheres têm sobre seus corpos e sobre a reprodução. Esse pouco conhecimento, segundo o autor, decorre do controle que os homens têm dos corpos das mulheres. Segundo ele, seria “preciso que as mulheres adquirissem consciência e tomassem o controle de seus corpos” (MOVIMENTO, set. 1980, p. 12). Mais do que isso, Daniel Junqua faz uma crítica à sociedade argelina, na qual o espaço público e o conhecimento racional são objetos dos homens. Sendo assim, ao publicar tal reportagem, creio que a redação do jornal mesmo que sem intenção, possibilitou, como efeito de sentido, a realização de uma crítica à própria sociedade burguesa ocidental, a qual, nas palavras de Joana Maria Pedro (2003, p. 27),

[...] instituiu papéis definidos para os gêneros e significou, para as mulheres, a redução ao espaço do privado, do lar, da maternidade e da família. O espaço público, conhecimento racional, a competição, a propriedade, a herança e a força tornaram-se atributos dos homens, seres considerados universais. [...] Na sociedade burguesa ocidental, a hereditariedade, a garantia de paternidade para a transmissão de propriedade que se acumulava e circulava, exigiram das mulheres um alto preço: a fidelidade e o casamento como forma legítima de expressão de sua sexualidade, a dedicação à maternidade como constituição da identidade de gênero.

Ainda analisando as duas reportagens, compreendo que o jornal, diferentemente da forma como abordou a questão do trabalho das mulheres, no qual sua preocupação era o trabalho realizado fora do ambiente doméstico, com o aborto a redação demonstrou ter aproximações com os argumentos feministas, mas não com o movimento feminista, o que acaba funcionando como uma ambiguidade dentro do jornal. Novamente entendo que esse concordar possivelmente

tem relação com os problemas causados pelos abortos clandestinos às mulheres de baixa renda, argumento também fortemente usado pelas feministas da época como uma arma para a discriminação do aborto.

Mesmo assim, ao se posicionar a favor, o jornal contradiz as afirmações de Leila Linhares Barsted, de que as questões ligadas à sexualidade e ao aborto não eram consideradas políticas pelas esquerdas da época (BARSTED, 1992, p. 108). Ou seja, entendo que o jornal tinha uma compreensão de que o aborto deveria ser

[...] tratado como uma grande epidemia mundial e estar diretamente vinculado às desigualdades de gênero e sociais, materializando-se na falta de acesso das mulheres às políticas de saúde, aos métodos contraceptivos, aos níveis de escolaridade e com o tipo de legislação acerca da sexualidade e reprodução de cada país ou região. Possui vínculos íntimos com o grau de democracia dos países e com o peso da religião nos assuntos de Estado (NEGRÃO, 2009, p. 488).

Ou seja, a redação do jornal buscava mostrar aos seus leitores e suas leitoras que era preciso rever algumas questões do Código Penal brasileiro em relação aos direitos individuais e aos reprodutivos, pois, na época, a França havia renovado sua legislação acerca do aborto, permitindo às mulheres o direito de “acesso ao aborto seguro gratuito, o qual, com o desenvolvimento da bioquímica, é raramente um procedimento cirúrgico caro e sim uma contracepção[...]” (ARDAILLON, 1997, p. 387), respeitando, dessa forma, a pluralidade social existente, lembrando que o possivelmente o jornal tinha esse posicionamento devido os males que o aborto tem causado nas camadas menos favorecidas da sociedade. Pode-se afirmar, assim, que a redação apontava para o fato de que no Brasil “a instituição da Justiça, a mais apropriada para instituir e respeitar os limites da cidadania, desfaz literalmente a possibilidade de individuação política tanto das mulheres como de outras minorias políticas” (ARDAILLON, 1997, p. 387).

Ainda acerca das matérias publicadas nesse número, cabe destacar a publicação do texto de Mirian Chrystus, intitulado *Democracia dentro de nossas casas*, cujo foco é a tentativa de criação de um centro da mulher no estado de Minas Gerais, no decorrer da década de 1970, e a criação de um grupo de mulheres contra a violência praticada contra as mulheres. No decorrer de seu relato, a autora afirma que os grupos de esquerda e opositores ao governo ditatorial brasileiro

aparentemente se mostraram favoráveis à criação de tal grupo. Contudo, segunda a autora tal apoio foi retirado após um tempo, por meio de críticas já conhecidas das feministas brasileiras: “a questão principal é a luta de classes, organizações paralelas significam apenas divisões de forças dentro de um processo de transformação social” (CHYSTUS, 1980, p. 13). A autora então questiona, afirmando que “através de argumentos diversos nos pregam a mesma coisa: o silêncio que nos foi imposto por séculos, o imobilismo até o próximo tiro” (CHYSTUS, 1980, p. 13). E continua apontando para o fato de que o grupo ao qual ela pertence vai continuar lutando contra todo tipo de violência cotidiana sofrido pelas mulheres. Isso pois “é certo que devemos participar de um processo de transformação por uma sociedade brasileira mais justa, mas esse processo deve incluir nossas reivindicações, nossa luta para melhorar a situação da mulher. E a democracia deverá começar dentro de nossas casas” (CHYSTUS, 1980, p. 13).

A veiculação de tal matéria junto com as analisadas anteriormente serve para corroborar com a minha hipótese de que o jornal, diferentemente do seu posicionamento anterior, no qual as lutas feministas eram consideradas divisionistas e de pouca relevância para a política nacional, estava apoiando algumas bandeiras ligadas aos direitos das mulheres. Porém, não se pode afirmar totalmente que isso seja algo compartilhado por toda a redação, mas é perceptível que algumas das reivindicações dos grupos feministas da época passaram a receber maior espaço dentro da mídia alternativa. Creio que isso tenha ocorrido pelo fato de os feminismos terem se tornado mais fortes, assim como terem ganhado importância nos anos de 1980, o que pode ter feito com que a redação passasse a olhar de outra forma esses importantes movimentos sociais. Além disso, pode-se supor que, com a Lei de Anistia, e um início de abertura política no Brasil, a redação passasse a publicar temas que antes seriam censurados, dentre eles o aborto.

Levando em consideração o que foi ponderado neste capítulo, percebo que, no que se refere a temas relacionados ao corpo feminino, principalmente nas questões ligadas à reprodução, o jornal **Movimento**, em um primeiro momento, tentou se afastar dos grupos feministas, ao tratar da questão do controle de natalidade que estava sendo imposto no Brasil. Mesmo quando o semanário utilizou o mesmo argumento empregado por alguns grupos feministas, de que o programa era voltado para as camadas menos favorecidas da nossa sociedade, tal utilização possivelmente ocorreu por causa da ideia que as esquerdas tinham na época, de que esse programa era feito para controlar o crescimento da massa trabalhadora, haja vista que o programa era incentivado por

órgãos internacionais. Além disso, é preciso destacar que o jornal, em alguns momentos, reproduziu o discurso médico e jurídico, que colocavam o corpo das mulheres como objeto de estudo. Ou seja, o semanário não questionava o fato de os métodos contraceptivos serem destinados às mulheres e que isso funcionava dentro da lógica da medicalização dos corpos e do controle deles. E quando o tema foi a invenção de um método para os homens, o jornal tratou de demonstrar que seria algo extremamente ruim, chegando a destacar a perda da masculinidade. Isto é, em uma sociedade na qual a virilidade tem grande importância social, qualquer ameaça a ela deve ser destruída.

Dessa forma, pode-se dizer que o **Movimento**, em um primeiro momento, reforçou os discursos que destoavam dos feministas. Pois, mesmo que não tivesse a intenção, ao reproduzir os discursos médicos e os jurídicos, o jornal funcionou “de modo a assegurar a permanência de uma certa representação” (ORLANDI, 2012, p. 73), dado que, em um universo no qual a disputa pelos sentidos se dá em uma relação tensa, o discurso feminista não recebeu grandes atenções quando se tratou do controle de natalidade, possivelmente por se configurar como “uma prática de resistência e afrontamento” (ORLANDI, 2012, p. 87).

Contudo, quando o tema foi o aborto, a redação do jornal apresentou um discurso mais favorável e com grandes aproximações com as feministas em determinados momentos e, em outra situação, a redação se colocou em neutralidade, caso das cartas de leitores e leitoras publicadas. É essa neutralidade que causa um estranhamento, uma vez que, analisando as reportagens cujo foco era o aborto, fica evidenciado o posicionamento do jornal no que se refere ao tema. Creio que a tentativa de se mostrar neutro fosse uma estratégia do jornal para não desagradar suas leitoras e seus leitores, assim como possíveis apoiadores e colaboradores. É preciso também destacar que, ao tentar se mostrar neutro em relação ao tema, o jornal possibilitou o debate e, mais do que isso, a neutralidade serviu para que alguns dos argumentos utilizados pelas feministas em favor do aborto fossem publicados. Alguns desses argumentos foram novamente apresentados ao público leitor com a última reportagem encontrada sobre o tema. Do mesmo modo, a neutralidade serviu para se verificar como tal bandeira feminista era vista por parte da sociedade brasileira da época.

Sendo assim, pode-se concluir que o jornal **Movimento**, por mais que se tenha afastado dos discursos feministas, ao tratar de uma temática tabu na sociedade, trouxe à tona de forma indireta o questionamento do controle do corpo feito pelas feministas. Afirmando ser indireta, pois creio que o jornal mostrou-se favorável ao aborto, porque tal intervenção

afetava mais as mulheres pertencentes às camadas menos favorecidas. Mesmo assim, é preciso destacar que, nas disputas de poder existentes, alguns discursos feministas tiveram ressonância dentro da imprensa alternativa, a partir de determinado período, no caso aqui, o **Movimento**. O que acaba contrariando a ideia que se tem de que os discursos e as bandeiras feministas não tiveram espaço dentro da imprensa alternativa. Essa ressonância também demonstra a força que os feminismos adquiriram no decorrer dos anos 1980 como um movimento social consolidado, algo que não poderia ser relegado por aqueles que se diziam defensores dos movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da dissertação, busquei explorar o jornal **Movimento** com base nos temas que julguei importante serem analisados, deixando de lado o modelo estrutural do periódico, dividido por seções. É claro que, durante as análises, o local onde estavam veiculadas as temáticas foi levado em consideração. Embora eu não tenha dividido a dissertação dentro do modelo estrutural, posso afirmar que essas considerações finais podem ser consideradas como Ponto de Vista, ou seja, uma coluna escrita dentro de um veículo da imprensa para expressar opiniões sobre alguma temática ou acontecimento. Uma vez que, este é o momento que tenho para estabelecer um balanço acerca de uma pesquisa que consumiu ao todo três anos, considerando desde a ideia, e que nesse determinado momento chegou ao final. Mas isso não significa que este seja o definitivo.

Entendo que muitos outros aspectos, assim como outras questões existentes dentro do **Movimento**, poderiam ter sido abordados. Do mesmo modo, que outros referenciais bibliográficos poderiam ter sido levantados e utilizados no decorrer da pesquisa e da escrita. Também poderiam ter sido utilizadas outras ferramentas metodológicas para analisar minhas fontes e elaborar minhas conclusões, o que levaria a outros sentidos, algo que pontuei algumas vezes no decorrer da escrita. Esses outros sentidos podem vir a ser construídos por outro pesquisador ou outra pesquisadora, que provavelmente escolherá outros caminhos para a elaboração da pesquisa. Afirmo isso levando em consideração que o periódico pode apresentar outros materiais envolvendo os feminismos e questões ligadas às mulheres, em números aos quais não tive acesso. E até mesmo naqueles em que trabalhei, encontrei material que tratava das temáticas, mas que preferi não utilizar. Assim como localizei em outros impressos alternativos do período matérias que abordaram as feministas e suas bandeiras, conforme citei na dissertação. Ou seja, é possível elaborar novas pesquisas com o material utilizado, elaborando novos sentidos por meio de outra subjetividade e perspectiva. E também podem ser feitas pesquisas com outros periódicos alternativos que ainda continuam aguardando em acervos o olhar de uma pesquisadora ou um pesquisador da temática.

Primeiro, procurei historicizar o emergir da imprensa alternativa brasileira durante a ditadura civil-militar e suas diferentes fases, o surgimento e o fim do jornal **Movimento** e parte da história dos

feminismos brasileiros. Realizar esse histórico da imprensa alternativa, por mais que existam pesquisas feitas sobre eles, foi mais complicado do que imaginava, principalmente porque grande parte dos trabalhos encontrados são breves relatos sobre alguns jornais. Em relação ao **Movimento**, a maior adversidade foi encontrar pesquisas específicas sobre o jornal, o que acabou dificultando a sua historicização. Também não localizei pesquisas que tenham como objetivo a relação entre o jornal e os feminismos. O que foi localizado são pesquisas que colocam o periódico como um dos poucos espaços de resistência ao governo brasileiro. Porém, isso não impediu que eu realizasse um breve histórico do jornal, apresentando suas ligações políticas, os colaboradores e seus objetivos. Da mesma forma que também não impossibilitou de demonstrar que o jornal apresentava contradições, principalmente na questão da defesa de movimentos sociais e de suas bandeiras, no caso aqui os feminismos, muitas vezes vistos como algo divisionista da luta principal. Ou seja, determinados movimentos sociais incomodavam tanto as esquerdas quanto o governo.

Em um segundo momento, busquei narrar brevemente a história dos feminismos no Brasil, por entender que tais movimentos foram de grande importância para a construção da história do período. Para tal, utilizei textos que, de certa forma, marcam e desmarcam o ano de 1975 como o fundador dos feminismos no país em virtude da deliberação da ONU em instituí-lo como o Ano Internacional da Mulher. Ao mesmo tempo, esta narração procurou demonstrar as dificuldades enfrentadas pelos movimentos feministas de Segunda Onda no Brasil. Dessa forma, essas duas primeiras etapas tiveram o objetivo de contextualizar a leitora e o leitor acerca da imprensa alternativa, do jornal **Movimento** e dos movimentos feministas.

Após essa contextualização, objetivei refletir a propósito da forma como o jornal abordou a questão do trabalho das mulheres. Inicialmente o foco se fixou nas capas publicadas pelo jornal, que traziam como tema central o trabalho. Em seguida, ative-me às reportagens publicadas e às cartas veiculadas nas páginas do **Movimento**. De maneira geral, o que percebi com as análises das capas e das reportagens realizadas foi que o periódico, na maioria das vezes, deixou de lado questões importantes acerca do trabalho das mulheres, como por exemplo, a dupla jornada de trabalho realizada por milhares de mulheres todos os dias no país. Ao mesmo tempo em que não questionava esse problema, o **Movimento** praticamente colocava a culpa dos problemas enfrentados pelas mulheres no universo do trabalho sobre elas mesmas e que a única saída para isso seria o fim do

capitalismo. Dessa forma, o periódico praticamente eximia os homens de culpa, ao mesmo tempo em que validava as imposições sofridas pelas mulheres no mundo do trabalho. Isto é, o jornal não reconhecia a exploração entre os sexos, somente a exploração entre as classes. Ou seja, reforçava a ideia compartilhada por parte das esquerdas de que a luta feminista era uma luta divisionista e de pouca importância.

Porém, mesmo com esse tipo de visão, é preciso salientar que, por mais que tivessem dificuldades em publicizar suas reivindicações em virtude da visão que as esquerdas tinham delas, as feministas obtiveram espaço dentro do **Movimento** para expor suas bandeiras. Mesmo que não fosse o objetivo da redação, ao publicar reportagens e cartas escritas por feministas, o jornal indiretamente acabou se tornando um espaço de divulgação. O que acaba afirmando a importância que os feminismos ganharam no decorrer das décadas de 1970 e 1980.

Por fim, abordei a maneira como o jornal debateu as questões do aborto e da pílula anticoncepcional. Na última parte da dissertação, procurei evidenciar que o **Movimento** tratou dos dois temas ligados aos direitos reprodutivos de maneira diferenciada. Primeiro, quando o mote foi a questão da inserção da pílula anticoncepcional no Brasil, o semanário, por mais que utilizasse de argumentos ligados aos grupos feministas, procurou se manter afastado desses grupos, uma vez que via a inserção da pílula como uma forma de controlar o crescimento da massa trabalhadora e não como uma medicalização do corpo das mulheres. Tanto é que, em determinadas situações, a redação do jornal preferiu reproduzir o discurso médico e jurídico sobre o tema, silenciando aquelas que eram o alvo central da medicação e do controle: as mulheres. Dessa maneira, o jornal contribuiu primeiramente para a manutenção de um discurso que colocava o corpo da mulher como um campo de experimentação, retirando dela a autonomia.

Contudo, ao abordar a questão do aborto, segundo tema sobre os direitos reprodutivos, o último capítulo demonstrou que houve uma mudança no discurso, tendo uma grande aproximação do jornal com os ideais feministas em um primeiro momento e após um espaço temporal de uma perceptível neutralidade, que propiciou um debate sobre a temática, o jornal novamente se posiciona favorável à discriminação. É possível que tal aproximação tenha relação com o problema de o aborto atingir as mulheres pertencentes às camadas menos favorecidas. Ressalta-se nesta última parte da dissertação, que a bandeira feminista do aborto encontrou ressonância dentro da redação do jornal, e tal veículo de comunicação possibilitou que os argumentos utilizados pelas

feministas fossem expostos à sociedade, principalmente a luta contra o controle dos corpos.

Verificar as formas como questões de gênero e como os feminismos foram tratados nas páginas do alternativo **Movimento** durante o período em que circulou pelas bancas do país foi até o momento meu maior desafio. Durante todo o processo de elaboração, de escrita, de análise, muitos desvios foram tomados, principalmente em relação à fonte escolhida. De uma primeira visão temerosa e até mesmo preconceituosa em relação ao **Movimento**, restou-me um olhar mais positivo, na medida em que percebia durante minhas análises que os feminismos obtiveram espaços dentro do jornal. Leitoras e leitores atentos podem apontar para o fato de que esse espaço possivelmente tinha um interesse por trás, e que as pessoas que liam o jornal eram um grupo restrito. Por fim, posso argumentar que o jornal tinha o objetivo de conseguir um maior número de leitores e leitoras publicando temas ligados aos feminismos.

Sei que as questões levantadas acima não devem ser desconsideradas; porém, no presente trabalho procurei demonstrar que, por mais que a historiografia afirme que as esquerdas e os periódicos alternativos ligados a elas não deram espaço para as reivindicações feministas, o jornal **Movimento** possibilitou o debate e a publicidade de algumas dessas reivindicações, mesmo que, em algumas oportunidades, fosse um texto enquadrado. É claro que não tenho como negar que, em várias situações analisadas, o jornal se colocou do lado oposto às feministas, mas isso não invalida minha afirmação anterior de que ele foi sim um meio de divulgação. Ela apenas confirma a ideia de que os movimentos feministas foram importantes para a história do período, o que acaba também contrariando a historiografia que costuma ignorar tais movimentos. Além disso, creio que este trabalho também demonstrou que muitas das bandeiras feministas obtiveram ressonância dentro das esquerdas e, mais do que isso, elas mobilizaram opiniões sobre temas que até então não eram pautas importantes para a sociedade.

Enfim, creio que o presente trabalho conseguiu contribuir para o debate acerca do período da ditadura civil-militar, sobre os meios de comunicação da época, mas principalmente sobre a importância de se afirmar e inserir os movimentos feministas nos livros de História desse conturbado momento político e social vivenciado pelo Brasil, uma vez que eles vêm sendo desconsiderados a respeito. Pois, como nos lembra Marc Bloch, a História é a ciência de todos no tempo e não apenas dos homens.

FONTES

- Movimento.** São Paulo. n. 37. 15 mar. 1976.
- Movimento.** São Paulo. n.47. 24 mai. 1976.
- Movimento.** São Paulo. n.64. 20 set. 1976.
- Movimento.** São Paulo. n.78. 27 dez. 1976.
- Movimento.** São Paulo. n. 94. 4 abr. 1977.
- Movimento.** São Paulo. n. 95. 25 abr. 1977.
- Movimento.** São Paulo. n.134. 23 jan. 1978.
- Movimento.** São Paulo. n. 135. 30 jan. 1978.
- Movimento.** São Paulo. n. 139. 27 fev. 1978.
- Movimento.** São Paulo. n. 147. 24 abr. 1978.
- Movimento.** São Paulo. n. 184. 14 jan. 1979.
- Movimento.** São Paulo. n. 242. Fev/mar. 1980.
- Movimento.** São Paulo. n. 245. 17 mar. 1980.
- Movimento.** São Paulo. n. 246. 23 mar. 1980.
- Movimento.** São Paulo. n. 247. 30 mar. 1980.
- Movimento.** São Paulo. n. 248. 7 abr. 1980.
- Movimento.** São Paulo. n. 250. 20 abr. 1980.
- Movimento.** São Paulo. n. 251. mar./abr. 1980.

Movimento. São Paulo. n. 272. 7 set. 1980.

Movimento. São Paulo. n. 334. 22 – 29 nov. 1981.

Reporte autônomo independente. Rio de Janeiro, n. 8 jul. 1978.

De Fato. São Paulo. n. 5. Jun. 1976.

REFERÊNCIAS

2wARDAILLON, Danielle. O lugar do íntimo na cidadania de corpo inteiro. In: **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro. vol. 5, n. 2, 1997.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru (SP): EDUSC, 2005.

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa, Estado autoritário**. Bauru: EDUSC, 1999.

ASSIS, Glaucia de Oliveira; MIGUEL, Denise Soares; MOTTA, Flávia de Mattos e TORNQUIST, Carmen Susana. “Não me sinto culpada”: práticas contraceptivas e aborto em grupos populares urbanos. In: **Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Legalização e descriminalização: 10 anos de luta feminista. In: **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro. vol. 1, n. 0, 1992.

_____. **Relatório do Encontro Saúde e Direitos Reprodutivos: Um Debate entre Mulheres**. Rio de Janeiro: CEPIA, 1993.

_____. O movimento feminista e a descriminalização do aborto. In: **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 1997.

BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BORGES, Joana Vieira Borges. **Para além do tornar-se: ressonâncias das leituras feminista de O Segundo Sexo no Brasil**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2007.

BORELLI, Andrea; MATOS, Maria Izilda. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CAPARELLI, Sergio. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo: Cortez, 1982.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1998.

CAPPELLIN, Paola. Promover a integração das mulheres no século XXI. In: TORNQUIST, Carmen Susana ... [et al]. **Leituras de resistência: corpo, violência, poder** – Vol. 2. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa brasileira pós-1974. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. Vol. 12, n° especial, 2004.

CHAUÍ, Marilena. Crítica e Ideologia. In: **Cultura e Democracia**. São Paulo: Moderna, 1980.

CHINEN, Rivaldo. **Jornalismo de Guerrilha**: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet. São Paulo: Disal, 2004.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. In: **Gênero**. Niterói, v. 5, n. 2, 2005.

COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 12, n° 2, 2002.

CRESCÊNCIO, Cíntia Lima. **Veja o feminismo em páginas (re) viradas (1968-1989)**. Florianópolis, 2012. 201p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda; FERREIRA, Marina Baird; ANJOS, Margarida dos. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins. **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

FICO, Carlos. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº47, 2004.

FILHO, Ciro Marcondes. In: **Catálogo de Imprensa Alternativa**. Rio de Janeiro: RIOARTE. 1986. p. 141.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2009.

_____. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro (RJ): Forense Universitária, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GOLDBERG, Anette. **Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma Utopia de Libertação em Ideologia Liberalizante**. Tese de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ – Brasil. 1987.

HOBSBAWN, Eric. Revolução Social. In: **Era dos extremos**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KLANOVICZ, Luciana. Com a palavra os leitores... . In: Joana Maria (org.). **Práticas proibidas: Práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica**. São Paulo: Fundação Perceu Abramo, 1998.

_____. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Página Aberta, 1991.

LUCA, Tânia Andrade de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LOBO, Elisabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

MEDINA, Cremilda Araújo. **Entrevista – Diálogo possível?** São Paulo: Editora Ática, 1995.

MELO, Hildete Pereira de. Invisibilidade do trabalho feminino: uma violência disfarçada: notas preliminares. In: TORNQUIST, Carmen Susana ... [et al]. **Leituras de resistência: corpo, violência, poder** – Vol. 2. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009. P. 314.

MELLO, Soraia Carolina. **Trabalho doméstico: coisa de mulher? Debates feministas no Cone Sul (1970 – 1980)**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

MICCOLIS, Leila. **Catálogo de Imprensa Alternativa**. Rio de Janeiro: RIOARTE. 1986.

MINELLA, Luzinete Simões. Autodeterminação e passividade feminina e masculina no campo da saúde reprodutiva. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 8, n.1, 2000.

MOREIRA, Sônia Virgínia. Retratos brasileiros: 20 anos de imprensa alternativa. In: **Antologia prêmio Torquato Neto**. Rio de Janeiro: RIOARTE. 1984.

NICHOLSON, Linda, Interpretando o gênero. In: **Revista Estudos Feministas**, vol. 8, n. 2, 2000.

NEGRÃO, Télia. De vitimas a criminosas: as mulheres que abortam. In: COELHO, Clair Castilhos; LAGO, Mara Coelho de Souza e et.ali. **Leituras de Resistência. Corpo, violência e poder**. Florianópolis: Editora Mulheres, vol. 2, 2009

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2012.

_____. Discurso, imaginário social e conhecimento. In: **Em Aberto**, n.61,ano 14. Brasília: INEP, jan./mar. 1994.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

PEDRO, Joana Maria. Trajetórias Políticas em mudança: tornar-se feminista no Cone Sul. In: PEDRO, Joana Maria; AREND, Sílvia Maria Fávero; RIAL, Carmen Silvia de Moraes (org). **Fronteiras de Gênero**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

_____. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). In: **Revista Brasileira de História**. v. 26, nº 48. São Paulo, ANPUH, 2006.

_____. O feminismo que veio da França. In: PEDRO, Joana Maria; ISAIA, Artur César; DITZEL, Carmencita de Holleben Mello (org.). **Relações de poder e subjetividades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. vol.24, n.1, 2005.

_____. Aborto e infanticídio: Práticas muito antigas. In: PEDRO, Joana Maria (org.). **Práticas proibidas: Práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

_____. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. In: **Revista Brasileira de História**. v. 23, nº 45. São Paulo, ANPUH, 2003b.

_____. Novos tempos, antigas questões... . In: Joana Maria (org.). **Práticas proibidas: Práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003c.

_____. A repercussão das disputas legislativas: a legislação sobre o aborto e a imprensa. In: Joana Maria (Org.). **Práticas proibidas: Práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003d.

_____. **Práticas proibidas:** Práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003e.

_____. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____ e SILVA, Cristiani Bereta. Um outro olhar sobre o corpo e práticas femininas: medicalização do aborto e infanticídio na cidade de Florianópolis – 1900/1996. In: Joana Maria (Org.). **Práticas proibidas:** Práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. Vive a imprensa alternativa. Viva a imprensa alternativa!. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins (orgs.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRADO, Danda. Memórias Feministas. In: TORNQUIST, Carmen Susana ... [et al]. **Leituras de resistência: corpo, violência, poder – Vol. 2**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009.

REIS, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro:** os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense: 1990.

_____. **Ditadura militar, esquerda e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ROTANIA, Alejandra Ana. Formas atuais de intervenção no corpo das mulheres. In: FARIA, Nalu e SILVEIRA, Maria Lúcia (org.). **Mulheres, corpo e saúde**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2000.

SARTI, Cynthia A. **O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido**. Texto preparado para apresentação no XXI Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association), The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, 24-26 de setembro de 1998.

SCAVONE, Lucila. Políticas Feministas do aborto. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. vol. 16, n. 2. 2008.

SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez. 1990.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista. A construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975 – 1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

TORNQUIST, Carmen Susana. et al. Delicadas escolhas: as razões, o universo e os métodos de uma pesquisa. In: AREND, Silvia Maria Fávero; ASSIS, Gláucia de Oliveira; MOTTA, Flávia de Mattos (orgs.). **Aborto e contracepção: histórias que ninguém conta**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

VEIGA, Ana Maria. Imprensa e censura nas memórias de jornalistas. In: BRANCHER, Ana Lice e LOHN, Reinaldo. **Histórias na ditadura em Santa Catarina: 1964-1985**. Florianópolis: editora da UFSC, 2014, p. 325-358.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. A medicalização do corpo feminino. In: GIFFIN, Karen e COSTA, Sarah Hawker (org.). **Questões da saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

WOITOWICZ, Karina Janz. Por uma outra história da mídia. In: WOITOWICZ, Karina Janz (org.). **Recortes da mídia alternativa**. Ponta Grossa: UEPG, 2009.

_____. Lutas e vozes das mulheres na imprensa alternativa: a presença do feminismo nos jornais *Opinião*, *Movimento* e *Réporter* na década de 1970 no Brasil. In: WOITOWICZ, Karina Janz (org.). **Recortes da mídia alternativa**. Ponta Grossa: UEPG, 2009.

_____. **Dizeres e fazeres feministas: a tematização dos direitos reprodutivos no movimento feminista brasileiro a partir da produção midiática alternativa**. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

APÊNDICE A – Transcrição Figura 2 - O dia internacional da Mulher

O dia internacional da mulher (8 de março) foi comemorado na cidade de S. Paulo com uma reunião, de debates e cinema que lotou o anfiteatro do Museu de Artes. A representante do jornal Nós Mulheres (fruto da atividade unitária de dois grupos feministas) fez breve relato histórico de alguns momentos marcantes da luta da mulher, por sua emancipação social, econômica, política e jurídica, em vários países do mundo. Relembrou a opressão sofrida pela mulher e a necessidade de análises concretas sobre a situação da mulher brasileira e, em particular, da mulher trabalhadora que é obrigada a cumprir uma dupla jornada de trabalho pois, além de sua atividade profissional tem de ser incumbir das tarefas domésticas. Mostrou a importância do trabalho profissional da mulher na medida em que é garantia de sua autonomia econômica ao mesmo tempo que lhe permite escapar dos estreitos limites domésticos e integrar-se a realidade quotidiana dos trabalhadores. Dessa maneira, a mulher adquire uma consciência coletiva dos problemas de sua camada social e de seu país.

Por outro lado, bem como assinalou outra representante do Nós Mulheres, se o trabalho feminino corresponde cada vez mais a uma necessidade do sistema econômico é um dever da sociedade como todo criar as condições para que as mulheres possam trabalhar sem deixar seus filhos no abandono. Nesse sentido, demonstrou que a existência de uma rede adequada de creches corresponde a um dos elementos básicos para que a mulher possa participar de forma integral das atividades econômicas, sociais e políticas do país. A oradora mostrou que as creches de S. Paulo cobrem tão somente 2% das reais necessidades da cidade e que sua qualidade deixa muito a desejar. Seu grupo, portanto, propõem-se a desenvolver um trabalho de organização de creches que ofereçam as melhores condições para as crianças e nas quais as mães possam participar de forma ativa, colaborando estreitamente em sua gestão.

A representante do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira fez a leitura das atividades de seu grupo, surgido por ocasião do Ano Internacional da Mulher, destacando serem seus principais objetivos: a) “o conhecimento e a divulgação da condição da mulher brasileira em geral e em particular da mulher de S. Paulo”; b) “contribuir para que a mulher de São Paulo se conscientize de seus direitos, ao lado das demais mulheres brasileiras, com vistas a igualdade de condições sócio-econômicas e jurídicas entre homens e mulheres”; e

c) “contribuir para uma participação cada vez maior das mulheres brasileiras no desenvolvimento econômico, social e cultural de nosso País”.

A representante do Movimento Feminino pela Anistia conclamou as mulheres brasileiras para que assumam suas “responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional”. Acentuando que “através da História, provamos o espírito solidário da Mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça”.

Relatou diversos acontecimentos que mostram a sensibilização da opinião pública com o manifesto do movimento feminino pela anistia como o sucesso da campanha de assinaturas e aprovação oficial do CNBB.

Outros grupos de mulheres deram seu depoimento e os debates se encerraram-se com a intervenção da redatora do jornal Brasil-Mulher. Seu grupo sugere “às mulheres presentes que reflitam a nossa experiência e façam o mesmo em seu bairro, em seu grupo de trabalho, com as mulheres da família.” Para tanto, as participantes do Brasil-Mulher pensam “que é preciso, em primeiro lugar, descobrir e entender a opressão que há séculos nos pesa da cabeça aos pés e que é transmitida de geração a geração. E, depois não ter vergonha ou meias palavras balbuciadas de dizer que é feminista”.

APÊNDICE B – Transcrição figura 3- Anúncio Nós mulheres

Nós, mulheres: quem somos?

Um grupo feministas de São Paulo (com colaboradoras de outros Estados) acaba de lançar o primeiro número de mais um jornal em nome da mulher brasileira.

Uma das provas mais evidentes de que a situação confortável de certas pessoas (os homens) está edificada sobre a posição bastante desfavorável de outras (as mulheres), é que sempre que essas últimas falam em seu favor, os primeiros entendem que elas estejam se levantando contra eles. Não é a toa que, muito contra a vontade, todas as vezes que uma feminista vai explicar o conteúdo de sua luta, precisa começar justificando: ninguém aqui é contra os homens, ou tem qualquer intenção de dominá-los. O que se pretende, é por um fim a dominação inversa.

Para não fugir a regra, o editorial de *Nós Mulheres* contém a mesma explicação “...não separamos a luta da mulher da luta de todos os homens e mulheres, pela sua emancipação”. Justificativa que ainda terá de se repetir à exaustão, até que os próprios homens (e mesmo muitas mulheres) se convençam de que, combatendo as feministas, estarão simplesmente colaborando para ocultar inimigos mais perigosos – e muito mais atuantes.

Mais além de não ser um jornal contra os homens que seria, sem dúvida, ridículo *Nós, Mulheres* também está bem longe de ser o resultado de um trabalho feito por menininhas de vida mansa, em reuniões e chazinhos vespertinos. (Outra acusação feita aos movimentos feministas, tentando caracteriza-lo como simples expressão da falta de assunto das mulheres de classe média).

Embora redigido – no sentido literal do termo – por universitárias, professoras e etc., ou seja por mulheres de vida *relativamente* mais fácil do que a maioria, o *Nós, Mulheres* é feito quase integralmente em torno de donas de casa da periferia, operárias, empregadas domesticas, varredouras de rua. Pessoas localizadas no ponto de confluência de dois grandes problemas sociais: o da mulher e o do trabalhador. Dessa maneira, *Nós, Mulheres* demonstra na prática (e a partir do conteúdo dos depoimentos) a relação intensa e necessária, no modelo social dito ocidental, entre essas duas posições. E confirma a afirmação de Ana (operária) no debate da última página sobre o trabalho feminino: “não pode ser individual, entende. A mulher,

sozinha, não pode deixar de aceitar, senão passa fome. Tinha que ser algo mais coletivo”. (Maria Rita Kehl)

APÊNDICE C - Transcrição figura 11- A pílula e seus segredos

Os segredos da Pílula – Reunidos no Rio, quatro especialistas brasileiros explicaram porque se opõem ao controle de natalidade.

Sob o patrocínio do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) e do Centro da Mulher Brasileira, realizou-se dia 12, no Teatro da Lagoa, no Rio, uma mesa-redonda para discutir o tema do controle de natalidade. Fizeram parte da mesa os médicos Gerson Rodrigues Lago e Mario Victor de Assis Pacheco, o demógrafo Ricardo Tavares e a socióloga Moema Toscano, tendo comparecido cerca de oitenta jovens que participaram dos debates. O dr. Mario Victor A. Pacheco fez um resumo do debate para o **Movimento**.

O dr. Gerson Rodrigues Lago abordou o tema sob o aspecto dos efeitos nocivos das pílulas anticoncepcionais. Salientou especialmente que as doses, hoje consideradas mínimas, de esteroides não oferecem qualquer segurança para a usuária, pois fica sempre o perigo de inibir a ovulação. Declarou que a doses mínimas tem efeito dez vezes superior às quantidades secretadas normalmente pelo ovário. “Ingeridas diariamente – disse – conservam no sangue uma dose de substância suficiente para impedir que a hipófise estimule o ovário a produzir seus hormônios. Isso sem contar que impedem a postura mensal do óvulo a ser fecundado, resultando daí o seu efeito anticoncepcional”. Assim, o risco que a mulher corre é ter seu ovário atrofiado, o que leva a menopausa precoce.” Quanto aos dispositivos intra-uterinos ou DIU, disse não considera-los anticoncepcionais, pois seu mecanismo de ação é o aborto provocado no início da gravidez, logo que o ovo atinge a cavidade uterina.

Falou em seguida o demógrafo Ricardo Tavares, que criticou as teorias econômicas de Malthus. Destacou que Malthus, coincidentemente, integrava as classes dominantes da época, apavoradas com o desemprego causado inicialmente pela Revolução Industrial. Em sua opinião, não cabe aos governos estabelecer políticas de limitação ou ampliação da família. Denunciou a seguir que a Benfam está fracassando no Brasil e que a organização jamais pretendeu baixar as taxas de natalidade – mas apenas induzir o governo brasileiro a adotar a política de controle de natalidade.

Representando o Centro Brasileiro da Mulher (está assim mesmo), a socióloga Moema Toscano lamentou que o corpo da mulher sirva de objeto para experimentadores que se proclamam médicos, economistas, sociólogos, etc.

O quarto debatedor foi o médico Mario Victor de Assis Pereira, que começou dizendo que o controle de natalidade só beneficia os fabricantes de anticoncepcional, os aliados do neocolonialismo, os submissos à discriminação que tem como vítima a mulher.

- O machismo internacional, científico e industrial, discriminam as mulheres, especialmente as não-brancas do Terceiro Mundo, entre as quais as brasileiras.

Colocou em confronto, a seguir, as principais teses defendidas pelos antinatalistas:

- Dizem eles que a superpopulação causa a fome e a miséria, mas nós, os natalistas, podemos afirmar exatamente o contrário, isto é, a fome e a miséria é que causam a superpopulação. Dizem também que estamos ameaçados de uma explosão demográfica, mas nós provamos o contrário: as taxas de natalidade no Brasil decresceram de 42,6 por mil em 1870 para 37,7 por mil em 1970. E essa involução, mesmo menos deve ser encarada como um fator de promoção do desenvolvimento.

O dr. Mario Victor condenou a seguir a Benfam, “que submete as mulheres brasileiras aos dispositivos intra-uterinos e às pílulas anticoncepcionais, que também pode provocar o aborto quando falham em evitar a gravidez” e afirmou que os excessos de população serão melhor combatidos com o desenvolvimento econômico, com uma justa repartição das riquezas. Negou também a tese de que o aumento da população brasileira provocará elevados índices da poluição do ambiente, dizendo que a poluição no Terceiro Mundo, inclusive no Brasil, resulta do subdesenvolvimento que nos é imposto por grupos internacionais.

Para ele, os antinatalistas podem ser divididos em três grupos: os que agem a soldo do capital estrangeiro; os que simplesmente repetem a tese superadas de Malthus, para quem as populações cresceriam em proporção geométrica enquanto a produção de alimentos aumentaria em produção aritmética; e os desinformados, que ignoram os efeitos nocivos das pílulas e não percebem a impossibilidade de se supervisionar cientificamente uma campanha de controle de natalidade em um país onde não há médicos em 48% de seus municípios.

- No mesmo momento em que cientistas descobriram a síntese da pílula anticoncepcional para ser usada pelas mulheres – constituída dos hormônios esteroides, estrogênio, progestogênio -, foi descoberta a síntese da pílula masculina, constituída do hormônio esteroides testosterona. Mas, como se verificou que o uso continuado dessa pílula, que reduz o número de espermatozoides de 300 milhões por ejaculação para zero, produziria também a atrofia dos testículos, além de perda

acentuada de potência, assim jamais se cogitou de lança-la à venda. Assim, logo que percebesse a diminuição do volume de seus testículos ou um princípio de impotência, o homem deixaria de comprar a droga. Em outras palavras, a indústria farmacêutica não gastaria em cientistas, técnicos, matérias primas, máquinas e propaganda para produzir um medicamento que não seria comprado.

O dr. Mario Victor concluiu dizendo que a sorte de um homem é poder apalpar e ver seus testículos, enquanto as mulheres, além de não poderem ver nem apalpar seus ovário, ainda são iludidas por uma menstruação artificial.

- Graças ao patriarcado científico e industrial, que jamais lançou à venda a pílula masculina, a mulher está impedida também de alternar o seu uso com o marido, o que evitaria, pelo menos, a atrofia dos ovários e testículos.

Concordando com Ricardo Tavares, o dr. Mario Victor disse que a Benfam jamais pensou em obter êxito na sua campanha de controle de natalidade por meio da distribuição em massa de pílula anticoncepcionais e da aplicação dos abortivos DIU.

- Ela nada fez do que cumprir ordens da matriz, a International Planned Parenthood Federation, a fim de convencer o governo brasileiro a modificar sua posição contrária ao controle de natalidade, manifestada oficialmente na Conferência Mundial sobre a População, realizada em Bucarest, em agosto de 197, sob o patrocínio da ONU.

APÊNDICE D - Transcrição figura 12 - Posição da igreja

A condenação dos bispos católicos – A igreja reafirma: “não matará”

A questão da aceitação e legalização do aborto é polêmica dentro do país. A Igreja Católica, no entanto, tem opinião fechada e formada sobre o tema. Na 18ª Assembleia Extraordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – realizada em Itaipu, interior de São Paulo entre os dias 5 e 14 últimos – 250 bispos aprovaram, por unanimidade, o documento “Valores Básicos da Vida e da Família” que condena a prática do aborto e, conseqüentemente, a sua legalização.

A seguir, os trechos do documento que tratam do planejamento familiar e do aborto:

Sobre o planejamento familiar – “O planejamento familiar nunca pode obedecer meramente à busca de prazer e comodidade. Lamentamos que, por uma situação econômica, os pais não possam receber mais um filho que gostariam de ter. O que não aceitamos é que a limitação da natalidade seja imposição de uma sociedade injusta.

“Pior ainda quando é ditada por pressões externas ou interesses escusos, servindo-se de instituições aparentemente humanitárias mas na verdade empenhadas na redução da natalidade a qualquer custo”.

“Sabe-se que hoje os comércios mais rentáveis no mundo são os dos armamentos, dos tóxicos e dos anticoncepcionais”.

Sobre o aborto – “Num declive sistemático, já experimentado em outras nações, passando pela legalização do divórcio e pelas iniciativas no sentido de um controle artificial da natalidade, começa-se também no Brasil, um país cristão, a defender o aborto, e conseqüentemente, sua legalização. Aliás, numa sociedade onde a violência cresce todos os dias e a vida é sempre mais desvalorizada, o aborto emerge como uma das formas mais cruéis da violência contra a vida humana”.

“Contra toda a argumentação capciosa que proclama o direito exclusivo da mulher sobre o seu corpo ou da necessidade de frear legalmente uma situação calamitosa já existente (abortos clandestinos), a Igreja proclama e proclamará a inviolabilidade da vida desde o primeiro instante da concepção no seio materno. O direito a vida é o direito fundamental do nascituro”.

“Muitas vezes não é a idolatria do prazer e do bem estar que levam ao aborto, mas as dolorosas situações pessoais ou condições de

miséria criadas pela iniquidade social. Entretanto reafirmamos que a lei humana não pode permitir o que a Lei de Deus proíbe: - não matarás”.

APÊNDICE E - Transcrição figura 13- Carta Amnéris Marosi

Oposição à luta de libertação da mulher

Vários textos e resoluções foram discutidos e aprovados na 18ª Assembleia Geral da CNBB. A imprensa porem só ressaltou um deles, referente ao problema da terra. Um outro documento aprovado, de atualidade indiscutível, foi praticamente esquecido pela imprensa (em especial pela imprensa alternativa). Intitulado “Valores básicos da Vida e da Família”, seu conteúdo está marcado pela condenação do aborto e, portanto, de sua legalização.

O que me chamou a atenção no debate em questão foi a utilização de dois pesos e duas medidas na discussão desses documentos. Não faltaram aplausos por parte de diversos setores, à condenação da propriedade capitalista e à defesa da resistência popular na conquista de formas alternativas de propriedade que o documento de ??? propõe. Nenhum comentário, no entanto, foi feito a respeito da condenação do aborto.

A família, ao que parece, em sua estruturação tradicional, é um elemento de que a Igreja não pretende abrir mão. Já havia manifestado por ocasião da votação da lei do divorcio no Congresso, terminantemente contrária a qualquer alteração no relacionamento entre os sexos. A lei do divorcio foi aprovada – ainda que absolutamente insatisfatória – a despeito de sua intransigência.

É preciso perceber que a capacidade de mobilização política e as alternativas populares que vem se gestando no seio da Igreja se, por um lado, podem representar um elemento importante para a transformação da sociedade sob alguns aspectos, por outro lado, podem representar um atraso – quando não sua paralisia. É o que coloca particularmente no caso da luta pela libertação da mulher. É fato bastante conhecido que a luta da libertação da mulher passa pela destruição da família patriarcal que conhecemos. Passa, entre outras coisas, pela conquista do divorcio verdadeiro, pelo direito ao aborto livre e gratuito, etc. A hierarquia católica parece, no entanto, só se sensibilizar por algumas das reivindicações dos setores oprimidos – nos aspectos em que estas também lhe interessa. Sua simpatia, por exemplo, pela pequena propriedade familiar, não é nova. Desde João XXIII a defende, considerando-a a empresa ideal por funcionar como “comunidade de pessoas”. As outras reivindicações mostra-se completamente surda. Não se propõe sequer a discutir e nega o mais elementar dos direitos: o

direito da mulher sobre seu próprio corpo. Além disso, não reconhece a situação real em que milhares de abortos são feitos de forma clandestina nas piores condições possíveis, atingindo principalmente os setores oprimidos, de quem a Igreja Católica afirmar ser o real porta-voz.

Em relação portanto, à luta pela libertação da mulher temos na Igreja um ferrenho e poderoso opositor. E é preciso discutir a questão. A imprensa dando uma de avestruz em nada contribui para isso. Pelo contrário.

APÊNDICE F - Transcrição figura 16 - Cartas em favor do aborto

Dois padrões: esposa ou prostituta

As linhas abaixo tem por objetivo responder o leitor Ir. Mateus para quem a minha manifestação a favor do aborto se incluiria entre os setores que expressam a “decadência e podridão da moribunda burguesia”.

Para começar, o Ir. Mateus não me pareceu feliz em suas argumentações. A defesa do aborto não implica na negação da maternidade – como o leitor quer nos fazer crer, mas sim na possibilidade de escolha – direito elementar do ser humano. Não implica também na tentativa de “desviar a atenção do povo dos seus mais autênticos e urgentes problemas”. Quem sofre os problemas é que deve eleger quais são os mais autênticos e urgentes. Cabe, portanto, às mulheres a sua eleição, e não aqueles que se colocam no direito – dado sabe-se lá por quem – de interpretá-las. Elas tem se posicionado, e quem assim o faz não é a “moribunda burguesia”, mas as mulheres trabalhadoras obrigadas a recorrerem às “fazedoras de anjos” e quando não, a agulha de tricô, soda, coca-cola, que são injetadas no útero para provocar o aborto.

Estes fatos infelizmente não fazem parte da imaginação de uma “burguesia decadente”. Eles são relatos de mulheres trabalhadoras em congressos recentes e no noticiário dos jornais, que o leitor se nega a discutir; considera-se uma “desculpa esfarrapada”. E mais, comparar a legalização do aborto à legalização do esquadrão da morte. Postura típica – e pouco correta – dos que tentam acabar com a discussão apelando para o emocional.

Na verdade, essa postura da Igreja Católica em relação a um dos problemas sentidos pela mulher é a ponta de um iceberg. Não é de hoje que a Igreja no interpreta, nos oferece dois padrões possíveis de mulher: a Virgem Maria – que mesmo mãe se mantém virgem – e, Maria Madalena – a prostituta redimida e santificada. Como vemos, padrões semelhantes a dupla moral (decadente) burguesa, que só permite a existência da esposa-mãe e da prostituta. Além disso, a Lei de Deus afirma “não cobiçaras a mulher do próximo”. Não existem, porém, nada parecido em relação a um “não cobiçaras o homem da próxima”. Ou seja, nem para nos qualificar como pecadoras, a Igreja reconhece nossa sexualidade, vetando por principio o desejo sexual das mulheres.

Além disso, a hierarquia e o machismo são elementos centrais que a estrutura da Igreja Católica propõe para a sociedade. A fé remove montanhas, diz o ditado. E, em certo sentido, é verdadeiro. Já que através da fé se mantém um verdadeiro exercito de mulheres – freiras, monjas, etc. – que trabalham para enriquecer essa estrutura. E, diga-se de passagem, sem direitos mínimos trabalhistas tais como jornada de 8 horas, 13º salário, direito de sindicalizar-se etc. Só um direito possuem, o da “estabilidade no emprego”. Castradas sexualmente – dado seu casamento com Cristo – o único direito que lhes é assegurado é o da obediência e submissão, sem sequer o reconhecimento social oferecido aos homens, que podem subir na sua hierarquia e torna-se padre, bispo, papa.

É preciso ainda lembrar as ultimas manifestações do atual papa. Em seu conservadorismo sem disfarces, quer retirar até mesmo o direito à palavra da mulher nos cultos religiosos. Não nos assustaremos se em breve nos propuser a volta do cinto de castidade, como na Idade Média.

O que talvez o papa e seus seguidores estejam esquecendo é que atualmente dispomos de uma organização mínima – conquistada a duras penas – e uma vontade incrível de colocar as cartas na mesa.

APÊNDICE G - Transcrição figura 17 - A eterna mãe

Eu sou contra a estupidez

Algumas lideres feministas estão procurando mobilizar a opinião pública brasileira para a legalização do aborto. Sou um jovem de 30 anos de idade, sou contra a violência e a estupidez, e por isso é que sou contra o aborto e a sua legalização.

Sou casado e pai de duas filhas: uma de três anos e outra de seis anos de idade. Sinto um amor paternal tão forte e tão grande que prefiro sofrer a vê-las em sofrimento; trabalho muito e faço o possível para não passarem necessidade. Se o amor de pai é tão grande assim, o de mãe é incalculável e infinito, pois carrega dentro de seu ventre durante nove meses.

Mãe perdoa facilmente as ingratidões de um filho, Mãe ama seu fruto ainda que seu amor não seja correspondido. Mãe é ternura, é estrela que brilha no firmamento, é rouxinol que canta, é a lua prateada derramando seu clarão sobre a terra, Mãe, faz milagre em oração! {...} Mãe é sempre mãe.

O médico que por dinheiro praticar o aborto clandestinamente, iguala-se a um pistoleiro assalariado e a feminista letrada que quer a todo custo a legalização é mais irracional do que os próprios irracionais.

O que precisava se fazer é o agricultor se fixar na terra onde trabalha e colher os frutos e que sua produção seja garantida para que possa viver dignamente com sua família. E, assim evitar o êxodo rural que contribui bastante com o aumento do número de favelas nos grandes centros urbanos. O trabalhador precisa ganhar um salário que corresponda às suas necessidades e possa manter as despesas de seus filhos na escola. (...)

APÊNDICE H - Planilha de fontes: Jornal “Movimento” – Trabalho das Mulheres (capas)

| Jornal | Número | Ano | Página | Descrição | Autoria | Numeração catalográfica |
|------------------|---------------|------------|---------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| Movimento | 64 | 1976 | Capa | Capa utilizando a cor rosa nas letras e imagem de uma mulher | Desconhecida | Foto 01 da pasta arquivo trabalho das mulheres, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO |
| Movimento | 78 | 1976 | Capa | Capa utilizando a cor azul nas letras, destaque para chamada única e repetição da imagem da capa analisada anteriormente | Desconhecida | Foto 02 da pasta arquivo trabalho das mulheres, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO |
| Movimento | 135 | 1978 | Capa | A capa apresenta diferenças em relação as anteriores, utilização da coloração laranja, destaque para a mudança na imagem, agora é um desenho de uma trabalhadora da área industrial. | desconhecida | Foto 03 da pasta arquivo trabalho das mulheres, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO |

APÊNDICE I - Planilha de fontes: Jornal “Movimento” – Trabalho das mulheres (reportagens, cartas de leitores e leitoras)

continua

| Jornal | Número | Ano | Página | Descrição | Autoria | Numeração catalográfica |
|------------------|---------------|------------|---------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| Movimento | 64 | 1976 | 8 – 9 | Quatro reportagens publicadas acerca do trabalho das mulheres no Brasil. Apenas duas tem autoria, e uma das reportagens são entrevistas com trabalhadoras | As duas autorias são de Ronaldo Aguinaga e Fernando Miranda. (são as duas reportagens menores) | Foto 04 da pasta arquivo trabalho das mulheres, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO |
| Movimento | 68 | 1976 | 17 e 19 | Carta de leitora questionando a reportagem anterior e a forma como o jornal abordou o problema do trabalho das mulheres, no qual foi colocada a culpa da situação nas mulheres. | Marianne Schiminck – de Belo Horizonte/MG | Foto 05 da pasta arquivo trabalho das mulheres, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO |
| Movimento | 78 | 1976 | 3 à 7 | Reportagens escritas por duas feministas, no qual abordam diferente da edição anterior a situação do trabalho das mulheres. Existe um questionamento na naturalização que se faz de alguns trabalhos exercidos pelas mulheres. | Adélia Borges e Rachel Moreno | Foto 06 da pasta arquivo trabalho das mulheres, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO |
| Movimento | 94 | 1977 | 16-17 | Descrição do que ocorreu em dois congressos que debateram a situação das mulheres na França e na América Latina | Aureliano Biancarelli e Alberto Villas | Foto 07 da pasta arquivo trabalho das mulheres, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO |
| Movimento | 96 | 1977 | 17-18 | Carta de leitora questionando a divisão sexual do trabalho e a reportagem que abordou os dois congressos. | Lucília Regina de Souza – Belo Horizonte/MG | Foto 08 da pasta arquivo trabalho das mulheres, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO |
| Movimento | 135 | 1978 | 7 - 8 | Reportagem que descreve o que ocorreu no primeiro congresso da mulher metalúrgica. | Desconhecida | Foto 09 da pasta arquivo trabalho das mulheres, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO |
| Movimento | 139 | 1978 | 16-17 | Reportagem com grupos feministas respondendo a uma série de perguntas do jornal sobre o movimento e o quais são as reivindicações | Redação do Jornal | Foto 10 da pasta arquivo trabalho das mulheres, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO |
| Movimento | 139 | 1978 | 18 | Carta de leitor afirmando que as reivindicações das mulheres não tem sentido e que os homens também não são livres. Culpabilização do capitalismo | José de Souza Martins – professor da USP | Foto 11 da pasta arquivo trabalho das mulheres, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO |

conclusão

| | | | | | | |
|------------------|-----|------|-------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| Movimento | 147 | 1978 | 18 | Carta de feminista em resposta a do professor da USP e a forma como o jornal vinha tratando do trabalho das mulheres | Heleieth Saffioti | Foto 12 da pasta arquivo trabalho das mulheres, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO |
| Movimento | 158 | 1978 | 21-22 | Carta de feminista alertando para o fato de os países onde o feminismo existe as conquistas sociais foram maiores se comparado com os que o feminismo não existiu | Rose Marie Muraro | Foto 13 da pasta arquivo trabalho das mulheres, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO |

APÊNDICE J - Planilha de fontes: Jornal “Movimento” – Pílula Anticoncepcional (capa e reportagem)

| Jornal | Número | Ano | Página | Descrição | Autoria | Numeração catalográfica |
|------------------|---------------|------------|---------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| Movimento | 47 | 1976 | Capa | Capa utilizando um desenho de crianças pedindo “esmola” e questionando o planejamento familiar por meio da pílula. | Desconhecida | Foto 01 da pasta arquivo direitos reprodutivos, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO. |
| Movimento | 95 | 1977 | 5 | Reportagem abordando a questão da pílula. É um entrevista com quatro especialistas sobre o assunto, porém somente o médico é que aparece na reportagem | Desconhecida | Foto 02 da pasta arquivo direitos reprodutivos, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO |

APÊNDICE L - Planilha de fontes: Jornal “Movimento” – Aborto (reportagens, cartas de leitores e leitoras)

| Jornal | Número | Ano | Página | Descrição | Autoria | Numeração catalográfica |
|------------------|---------------|------------|---------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|
| Movimento | 242 | 1980 | 20 - 21 | Matéria acerca da prisão de duas mulheres, um médico e uma enfermeira na cidade do Rio de Janeiro por aborto em clinica clandestina. Questiona a validade da criminalização do ato. | Maria Alice Rocha | Foto 01 da pasta arquivo aborto, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO |
| Movimento | 242 | 1980 | 21 | Pequena matéria informando a condenação da igreja católica em relação ao aborto | Desconhecida | Foto 02 da pasta arquivo aborto, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO |
| Movimento | 245 | 1980 | 23 | Carta de leitora questionando a falta de crítica por parte do jornal em relação ao posicionamento do jornal no que diz respeito ao texto clerical. | Amnéris Marosi – São Paulo/SP | Foto 03 da pasta arquivo aborto, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO |
| Movimento | 246 | 1980 | 22 | Cartas em apoio as mulheres presas no Rio de Janeiro | Grupos feministas | Foto 04 da pasta arquivo aborto, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO |
| Movimento | 247 | 1980 | 23 | Cartas em apoio as mulheres presas no Rio de Janeiro | Grupos feministas | Foto 05 da pasta arquivo aborto, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO |
| Movimento | 248 | 1980 | 23 | Carta de um monge condenando a legalização do aborto e criticando a reportagem que tome a palavra a mulher. | Mateus de S. Penteado – São Paulo/SP | Foto 06 da pasta arquivo aborto, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO |
| Movimento | 248 | 1980 | 23 | Carta de leitora criticando a reportagem que tome a palavra a mulher e a carta de Amneris. | Irene Maria dos Santos – Rondônia/RO | Foto 07 da pasta arquivo aborto, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO |
| Movimento | 250 | 1980 | 23 | Carta de leitora em resposta as duas anteriores sobre o aborto. | Amnéris Marosi – São Paulo/SP | Foto 08 da pasta arquivo aborto, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO |
| Movimento | 251 | 1980 | 23 | Cartas contra a discriminação do aborto, considerando ta pratica uma afronta a vida. | Enriele M. Fernandes – Ribeirão Preto/SP e José Luiz de Melo – Maceió/AL | Foto 09 da pasta arquivo aborto, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO |
| Movimento | 252 | 1980 | 23 | Cartas contra a pratica do aborto e em resposta a carta da Amneris. | Irene Bezerra – Belo Jardim/PE e Mateus de S. Penteado – São Paulo/SP | Foto 10 da pasta arquivo aborto, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO |
| Movimento | 272 | 1980 | 12-13 | Reportagem acerca do aborto e do infanticídio na Jugoslávia e na Argelia. Alertando para o mal que a criminalização do aborto causa na sociedade e principalmente nas mulheres. Essa reportagem foi publicada primeiramente no jornal Le Monde da França. Uso de uma imagem com uma mulher segurando o ventre e um objeto pontiagudo com uma gaze aparentemente suja de sangue. | Daniel Junqua e Paul Yankovicht | Foto 11 da pasta arquivo aborto, inserida na pasta arquivo MOVIMENTO |